

- Volume 2
- Número 1

janeiro a junho de 2023

Revista Científica da FAFIPE - FUNEPE RECIFF

REVISTA CIENTÍFICA DA FAFIPE- FUNEPE – RECIFE

Editora Chefe

Profa. Dra. Fabiana Ortiz Tanoue de Mello

Corpo Editorial

Prof. Me. Cleivaldo Aparecido Donzelli

Prof. Dr. Clayrmen Candido Peron

Profa. Dra. Fernanda Furio Crivellaro

Prof. Dr. João Luís Cardoso de Moraes

Prof. Dr. Lucas Agostini

Prof. Me. Marcelo Ricardo Martelo

Prof. Esp. Otávio de Oliveira Ornellas

Profa. Dra. Rachel Tonhati

Prof. Me. Renato Costenaro

Profa. Ma. Sabrina Ramires Sakamoto

Profa. Dra. Sandra Elena Spósito

Profa. Dra. Silvia Cristina de Souza

Prof. Me. Pedro Luis Menti Sanchez

Prof. Dr. Rafael Bottaro Gelaleti

Prof. Me. Wesley Piante Chotolli

Pareceristas

Profa. Dra. Daniela Aparecida Francisco

Profa. Dra. Elaine Costa Souza

Profa. Dra. Fernanda Furio Crivellaro

Prof. Me. Marcelo Ricardo Martelo

Prof. Me. Pedro Luís Menti Sanches

Profa. Dra. Sabrina Piccinelli Zanchettin Silva

Prof. Dr. Thiago Giovani Romero

Prof. Dr. Rafael Bottaro Gelaleti

SUMÁRIO

***BALANCED SCORECARD: UMA FERRAMENTA DA CONTROLADORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL*..... 5**

Eduarda Gomes dos Santos; Mirian Silva Requena; Sabrina Oliveira Silva; Fernanda Furio Crivellaro

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): EM UMA FILIAL DE UMA FÁBRICA DE BEBIDAS DO RIO DE JANEIRO..... 32

Marcelo Ricardo Martelo; Guilherme Henrique Mendes; Larissa Berto de Carvalho

A ADOÇÃO HOMOAFETIVA E OS SEUS REFLEXOS EM FACE DA SOCIEDADE 55

Pedro Luis Menti Sanchez; Rafaela Sara Amaral; Veruska Magalhães Anelli

UTILIZAÇÃO DE URINA DE VACA COMO BIOFERTILIZANTE E REPELENTE DE LAGARTA ROSCA (*Agrotis ipsilon*) NA CULTURA DA ALFACE (*Lactuca sativa*) 83

João Paulo de Souza Athahydes; Marlon Kelvin da Costa; Rachel Tonhati

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 96

Sabrina Ramires Sakamoto; Bruno Monteiro Silva; Patrícia Alves da Silva; João Luís dos Santos; Renato Costenaro

EXECUÇÃO DE SENTENÇA CRIMINAL ESTRANGEIRA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO “CASO ROBINHO” 119

Rogério Luís Marques de Mello; Cláudio Henrique Masao Nakano; Maria Vitória Aparecida de Oliveira

OS APELOS DOS PROFISSIONAIS NAS REDES SOCIAIS NA PANDEMIA DO CORONAVIRUS 140

Camila Cristina Filippin Moço; Giseli da Silva Toquetto Gomes; Glaucia Bettio, Rafael Bottaro Gelaleti; Sabrina Ramires Sakamoto

**PREVALÊNCIA E PERFIL DOS ISOLADOS PROVENIENTES DE CASOS DE
MENINGITE BACTERIANA NOTIFICADOS NO DRS DE ARAÇATUBA DE 2017
A 2021 161**

Giovanna Bertaglia dos Santos Scarpin; Tatiane Ferreira Petroni

BALANCED SCORECARD: UMA FERRAMENTA DA CONTROLADORIA PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

Eduarda Gomes dos SANTOS¹

Mirian Silva REQUENA²

Sabrina Oliveira SILVA³

Fernanda Furio CRIVELLARO⁴

RESUMO

As empresas lidam constantemente com alto fluxo informacional relacionado ao cliente, finanças, concorrentes, fornecedores e o mercado em geral e encontram dificuldades em ter a informação certa, no momento certo e oportuno, com isso as empresas acabam, muitas vezes, tendo dificuldades em tomar decisões assertivas, por não gerir essas informações e organizá-las de forma útil, com isso surge a importância de criar instrumentos que auxiliem no controle dessas informações possibilitando que as empresas alcancem os resultados esperados. Neste contexto, a Controladoria surge pela necessidade de controlar rigidamente o funcionamento das grandes empresas, com o seu desenvolvimento e evolução, sua maior responsabilidade se tornou embasar os gestores com informações úteis para que suas decisões pudessem vir ao encontro com o que a empresa realmente esperava, permitindo assim, o alcance de seus objetivos, garantindo uma gestão eficiente e eficaz, neste processo de tomada de decisões, a Controladoria dispõe de ferramentas que auxiliam os gestores em suas ações, como é o caso do Balanced Scorecard, que é um instrumento de balanceamento que fornece informações fidedignas, que são transformadas em dados reais capazes de influenciar significativamente as decisões, alinhando às metas da empresa e criando estratégias a fim de maximizar seu desempenho, portanto, é uma ferramenta de medição que atua sob quatro pilares, sendo: finanças, clientes, processos e crescimento. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi verificar se o Balanced

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

⁴ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

Scorecard, como ferramenta da Controladoria auxilia na gestão da informação de pequenas empresas, possibilitando que estas criem estratégias de atuação. Para o alcance deste objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória e descritiva, que terá como método o Levantamento e utilizará das técnicas de questionário e revisão bibliográfica. Para isso foi aplicado um questionário a 30 microempresas do comércio de Penápolis-SP onde foram identificadas as maiores dificuldades informacionais das empresas e se estas conheciam ferramentas que auxiliavam na construção de estratégias, por meio do trabalho notou-se que o Balanced Scorecard auxilia na gestão da informação das empresas, conciliando a estrutura desta ferramenta com suas dificuldades, assim foram propostas diretrizes de elaboração da ferramenta com o intuito de nortear os empresários na aplicabilidade desta ferramenta, junto as suas necessidades.

Palavras-chave: *Balanced Scorecard*; Controladoria; Gestão da Informação; Informação.

ABSTRACT

Companies constantly deal with a high flow of information related to the customer, finance, competitors, suppliers and the market in general and find it difficult to have the right information, at the right and opportune time, with this companies often end up having difficulties in taking assertive decisions, for not managing this information and organizing it in a useful way, with this comes the importance of creating instruments that help in the control of this information, enabling companies to achieve the expected results. In this context, Comptrollership arises from the need to strictly control the operation of large companies, with its development and evolution, its greatest responsibility became to provide managers with useful information so that their decisions could meet what the company really expected , thus allowing the achievement of its objectives, ensuring efficient and effective management, in this decision-making process, the Controllership has tools that help managers in their actions, such as the Balanced Scorecard, which is an instrument of balancing that provides reliable information, which is transformed into real data capable of significantly influencing decisions, aligning with the company's goals and creating strategies in order to maximize its

performance, therefore, it is a measurement tool that operates under four pillars, namely; finance, customers, processes and growth. In this context, the objective of this work was to verify if the Balanced Scorecard, as a Controllershship tool, helps in the information management of small companies, enabling them to create action strategies. To achieve this objective, an exploratory and descriptive research was developed, which will use the Survey as a method and will use the techniques of questionnaire and literature review. For this, a questionnaire was applied to 30 microenterprises in the commerce of Penápolis-SP where the greatest informational difficulties of the companies were identified and if they knew tools that helped in the construction of strategies, through the work it was noted that the Balanced Scorecard helps in management companies' information, reconciling the structure of this tool with their difficulties, so guidelines were proposed for the development of the tool in order to guide entrepreneurs in the applicability of this tool, together with their needs.

Keywords: Balanced Scorecard; Controllershship; Information; Information management.

1. INTRODUÇÃO

Diante da volatilidade no mundo atual dos negócios é imprescindível que as organizações, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, desenvolvam um bom planejamento estratégico e organizacional para se perpetuarem no mercado e se destacarem entre a concorrência. Dentre as maiores dificuldade de desenvolver o planejamento está na compreensão de quais informações devem ser usadas, como devem ser estruturadas, como podem ser buscadas e geridas de maneira segura, garantindo assertividade.

De acordo com Santos (1997) os gestores devem possuir uma visão holística e sistêmica sobre as entidades, sendo capaz de agir proativamente, dominando os eventos econômicos, fazendo acontecer e manipulando os fluxos físicos, operacionais, econômicos, financeiros e patrimoniais. E para auxiliar nesta percepção, surge a controladoria que possibilita perceber a organização como um todo, compreendendo inclusive o contexto em que ela atua, com a função de

analisar a partir destas informações as melhores práticas e escolhas dos procedimentos mais efetivos de gestão.

A controladoria utiliza-se, segundo Monteiro e Barbosa (2011), de diversos conhecimentos relacionados à administração, economia, estatística e da contabilidade para coordenar os esforços dos diversos setores da organização e conduzi-la ao cumprimento da sua missão. Marchioretto (2016) complementa dizendo que a controladoria possui dois papéis, sendo um de auxiliar, como uma ferramenta no processo decisório e o outro como gerenciador do processo decisório, nesse caso por meio dela é possível controlar e definir as mudanças e alterações dentro da empresa junto com os gestores de cada setor.

Com a utilização da controladoria os gestores obtêm informações fidedignas que auxiliam o processo decisório, vale salientar que dentro da controladoria estão presentes diversas ferramentas que podem ser utilizadas para facilitar o processo de controlar e organizar as informações, garantindo um planejamento eficaz, que é o caso do *Balanced scorecard*.

Paton *et al.* (1999) diz que *balanced scorecard* é um instrumento que integra as medidas derivadas da gestão estratégica, sem menosprezar as medidas financeiras do desempenho do exercício anterior e que mede o desempenho da organização sob quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos, aprendizado e crescimento, e ainda, possuem 3 níveis de informações, sendo; o primeiro descrever os objetivos, as medidas e as metas, o segundo, transformar as metas da empresa em metas para cada unidade ou setor e o terceiro nível, motivar suas equipes a articularem suas próprias metas com base no objetivo principal.

Paton *et al.* (1999) destaca o BSC como um sistema equilibrado de mensuração das medidas financeiras e não financeiras, objetivos de curto e longo prazo, perspectivas de desempenho e indicadores sobre o que foi planejado versus realizado, sua diferença em relação às outras ferramentas é o fato de não ser apenas um indicador de desempenho, mas de criação e alinhamento de novas estratégias, gerando oportunidades de crescimento e adicionando valor agregado em serviços e produtos personalizados.

Nesse contexto, surgiu a problemática: “O *Balanced Scorecard* como ferramenta da controladoria auxilia os microempresários na gestão da informação para tomadas de decisões assertivas?”

Este trabalho teve como objetivo, verificar se o *Balanced Scorecard* é uma ferramenta da controladoria eficaz para auxiliar os microempresários na gestão da informação, garantindo a tomada de decisões assertivas.

Para isso, foram construídos referenciais teóricos sobre gestão da informação e controladoria; identificado por meio de um questionário as maiores dificuldades informacionais dos microempresários; conciliado o *Balanced Scorecard* com os dados coletados junto aos empresários, apresentando os benefícios desta ferramenta para auxílio aos gestores.

2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

É comum identificar certas dificuldades relacionadas à gestão de uma determinada empresa, como a falta de planejamento, dificuldades em gerenciar custos, falta de estratégias claras, controle de fluxo de caixa, capital de giro, necessidades de vários empréstimos para conseguir arcar com as despesas, inadimplência de clientes, prazos longos para recebimento e prazos muito curtos para pagamento de fornecedores, falta de desenvolvimento profissional, especialização e a não avaliação de desempenho, pois sem uma avaliação constante não há como saber a situação real da empresa, por exemplo, seus pontos fortes e fracos e conseqüentemente onde e qual setor precisa melhorar. O que não é comum, é perceber que as empresas poderiam ter respostas para essas perguntas de forma mais ágil, quando aplicado dentro da organização o processo de gestão da informação.

Ou seja, segundo Barbosa (2008), toda a informação gerada através do convívio, da cultura, dos costumes e das experiências, juntamente com as informações que recebe-se ao longo do tempo seja pelas mídias sociais, noticiários relacionados aos concorrentes, fornecedores e diversos mercados, livros e pesquisas influenciam o comportamento organizacional, por isso quando gerenciadas e melhor aproveitadas impactam o desempenho da empresa.

Takeuchi e Nonaka (2008) definiram que a informação é um fluxo de mensagens. Valentim (2008) explica que a informação é o insumo básico para a execução das atividades estratégicas, táticas e operacionais, pois cada setor produz diversas informações e conhecimento que se acumulam com o tempo, e assim nasce a dificuldade das organizações em criar uma política informacional que permita a gestão, o processamento e a disseminação de forma eficaz.

Hoffmann (2016) acredita que a produção de informações são advindas do ambiente interno, que é o centro da organização onde são encontradas informações que respondem sua missão, visão, objetivos e metas, as ferramentas e processos utilizados e suas incertezas, e no ambiente externo, que é dividido em ambiente setorial que são as relações e conexões com fornecedores, parceiros, clientes, concorrentes e demais, e o ambiente macro, contendo dados e informações do governo, políticas econômicas e sociais, leis e etc.

Contudo uma empresa lida com informações que são produzidas em diversas esferas e que precisam ser retidas, compartilhadas e aplicadas para sanar necessidades e solucionar demandas estratégicas dentro das organizações com o intuito de reduzir incertezas em suas tomadas de decisões. Os Quadros 1 e 2 apresentam algumas das informações que os gestores lidam no ambiente interno e externo à organização, que devem ser estruturadas e utilizadas para desenvolver ações estratégicas.

Quadro 1 - Informações relacionadas ao ambiente externo.

Ambiente	Componentes	Questões frequentes
Externo	Clientes	Quais são as necessidades do cliente; O que o cliente procura; O cliente está satisfeito com a empresa; O relacionamento com o cliente é eficaz; As expectativas do cliente estão sendo alcançadas; Como está a satisfação do cliente com relação ao produto/serviço; Quanto está disposto a pagar pelo produto ou serviço;
	Fornecedores	Quem são os fornecedores; Quais os seus diferenciais; Quais condições de compra;

Concorrentes	Quem são os concorrentes;
	Quais são os itens que estão a frente;
	Quais suas forças e fraquezas;

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Quadro 2 - Informações relacionadas ao ambiente interno.

Ambiente	Componentes	Questões frequentes
Interno	Pessoas	Quem são os colaboradores; Quem são os gestores; Qual o perfil e comportamento dos mesmos; Quais formas de aprendizagem e motivação.
	Culturas enormes	Qual a missão, visão e valores da empresa; Quais regulamentações, legislações e portarias regem suas atividades; Quais melhorias quer promover;
	Processos	Quais os tempos de processo; Quais os gargalos do processo; Quais processos sobressaem na empresa; Quais custos estão elevados no processo;
	Estratégias	Quais objetivos e propósitos da empresa; Quais as metas da empresa; Qual retorno financeiro esta empresa espera alcançar;
	Financeiro	Como são calculados os preços; Quanto precisa vender para equilibrar o resultado; Quanto precisa estar disponível para não atrasar as contas;

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Uma das características importantes de bons gestores é a capacidade de identificar e responder assertivamente as mudanças constantes do mercado e essas informações estão recheadas de oportunidades que passam despercebidas para aqueles que não estão continuamente em um processo de desenvolvimento e aprendizado, e podem trazer respostas de como superar os desafios técnicos, gerenciais e estratégicos.

Neste sentido a informação, para ser útil precisa além de produzida ser utilizada nos processos decisões, com isso surge a Gestão da informação, que para Valentim (2008) é um conjunto de atividades a fim de obter um diagnóstico das

necessidades, prospectar, coletar, filtrar, monitorar, analisar e disseminar informações para uma melhor tomada de decisão.

Nesse sentido, gerenciar informações requer, primeiramente, uma cultura voltada à informação, uma administração participativa e, também, o comprometimento de cada indivíduo no processo. Além disso, o compartilhamento de ações e responsabilidades fará com que esse gerenciamento aconteça de forma eficiente e eficaz. (VALENTIM *et al.*, 2008, p. 187)

Valentim (2008) afirma que a Gestão da Informação é o alicerce do fazer organizacional, pois atua diminuindo situações ambíguas e os diferentes graus de incertezas diante de tantas mudanças que rodeiam o mundo corporativo, por isso a necessidade de obter condições que amenizam a complexidade dos processos existentes nas empresas sejam elas de médio, pequeno ou grande porte.

Ao se falar em Gestão da Informação, levanta-se o questionamento de como desenvolver uma gestão efetiva da informação. E conforme Moresi (2001) cita a gestão da informação precisa ser direcionada, para isso faz-se necessário formular uma política estratégica para o desenvolvimento e aplicação na organização, implementar essas estratégias em todos os segmentos relevantes e realizar um acompanhamento da melhoria diária de seus processos, resultando em um aprendizado organizacional.

A Figura 1, apresenta o processo simplificado da Gestão da Informação, defendido por Davenport (1997, *apud* MIRANDA; STREIT, 2007).

Figura 1 - Processo simplificado da gestão da informação



Fonte: Adaptado de Davenport (1997, *apud* MIRANDA; STREIT, 2007).

Conforme Davenport (1997, *apud* MIRANDA; STREIT, 2007) a fase da determinação dos requisitos, é quando se determina as necessidades de informação, assim como a identificação dos objetivos e a combinação entre esses objetivos e o uso das informações. A fase de captura envolve o monitoramento do ambiente, categorização das informações através de uma estrutura relevante, formatação e

representação em forma de documentos e definir quais documentos gerenciar. A fase de distribuição da informação é o momento de conectar gestores e usuários das informações, a fim de definir, por exemplo, qual a mídia mais apropriada ou qual estratégia mais apropriada para levar a informação específica até seus usuários. Na fase final do processo que se refere ao uso, são estabelecidas as melhorias, como: medições; contextualização; e incorporação de medidas de uso na avaliação de resultado.

Assim, na visão de Moresi (2001) gerenciar a informação é encontrar um ponto de equilíbrio entre o controle e a criatividade, a centralização e a descentralização, o foco e a exploração. Resumindo, as atividades devem ser planejadas, mas também proporcionar espaço para a liberdade de novas interpretações, ter uma coordenação centralizada e mesmo assim compartilhar informações entre si, como também focar nas necessidades de informações da empresa sem perder a capacidade de perceber o que está fora do foco principal.

Com essas práticas, as organizações são capazes de descobrir sintomas de ameaças e oportunidades iminentes, além de diagnosticar suas causas, aprendendo com as suas próprias experiências e as de outras, isso tudo é possível não só pelas mudanças de suas ações como preços e produtos, mas também por meio de modificações em suas estruturas internas e em seus procedimentos de processar informação.

Entretanto, como não é uma tarefa fácil e simples, gerenciar é em si um processo complexo que exige certos ajustes e mudanças comportamentais, pois suas decisões impactam todos os envolvidos interna ou externamente.

Hoffmann (2016) enfatiza a importância da aplicação da Gestão da Informação em uma organização, como sendo a capacidade de analisar as informações obtidas para uma rápida tomada de decisão, visando a obtenção de vantagem competitiva e sendo capaz de minimizar ameaças de forma ética e legal. Dá-se então a necessidade de criar estratégias e fazer uso de ferramentas que possam auxiliar na gestão eficaz das informações contidas nos diversos segmentos da organização, garantindo melhoria em seus processos organizacionais.

A capacidade de mobilizar e fazer uso da informação interna ou externa, permite que uma empresa desenvolva relacionamentos que fidelizem os clientes,

lance produtos inovadores que são desejados pelos clientes e que possuem alta qualidade e baixos custos, mobilize as habilidades e motivações dos funcionários e busquem por ferramentas (tecnologia, banco de dados, sistemas) que auxiliem em todo este processo (KAPLAN; NORTON, 1997).

3. *BALANCED SCORECARD*: UMA FERRAMENTA DA CONTROLADORIA

A Controladoria surgiu conforme Vieira (2005), no início do século XX nas grandes corporações norte-americanas, com a finalidade de realizar um rígido controle das organizações relacionadas, subsidiárias ou filiais, nessa época a partir da Revolução Industrial, muitas empresas se fundiram, formando assim grandes corporações gerando um crescimento vertical e diversificado. Com isso, houve a grande necessidade da atuação de um profissional especializado para garantir bons resultados em todos os aspectos relevantes.

Para Figueiredo (1995) a controladoria é um órgão administrativo que tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborando com os gestores na busca da eficácia gerencial.

Seja como um órgão administrativo ou contábil ela é uma peça primordial, como podemos notar na definição a seguir;

A controladoria é a ferramenta que serve de base para que os dados reais sejam demonstrados, apurando-se, então, o resultado de cada um deles seja observado pelos gerentes ou responsável por cada setor e o dono da empresa, tendo como resultado final a maximização dos recursos da empresa. (MARCHIORETTO, 2016, p. 253)

Portanto, a controladoria é a área especializada em demonstrar dados reais e fidedignos aos seus diversos usuários, como também gerenciá-los de forma eficiente e eficaz, analisando-os sob diversos fatores, sejam eles, econômicos, financeiros ou contábeis, e encontrar meios e estratégias para um melhor desempenho organizacional, buscando maximizar seus recursos, controlar ameaças e evitar crises, garantindo sua permanência no mercado.

A importância desta área em uma organização está na sua responsabilidade de embasar os gestores, como diz Bianchi, Bakes e Giongo (2006), fornecendo-lhes informações úteis, para que suas decisões venham ao encontro do que a empresa espera, permitindo que todos trabalhem no mesmo objetivo.

Desse modo, toda sua importância se concentra em garantir que as medidas e decisões tomadas sejam de fato assertivas, que sejam embasadas em informações sólidas, argumentadas em conhecimentos e princípios contábeis, de acordo com as normas e leis vigentes, assegurando que a organização possa transpassar a todos envolvidos direta ou indiretamente (clientes, fornecedores, colaboradores, gestores e etc) sua missão e valores de acordo com a excelência de seus produtos ou serviços prestados/oferecidos e conseqüentemente seus resultados alcançados, a partir de uma gestão confiável e transparente, visando o sucesso da organização em geral.

Figueiredo (1995) aponta que o objetivo da controladoria é orientar a execução das atividades, otimizar o resultado da empresa, reduzir os riscos operacionais e facilitar a identificação de causas dos desvios entre o que foi planejado e executado. Tem a função de transformar dados em informações, capazes de influenciar as decisões das organizações.

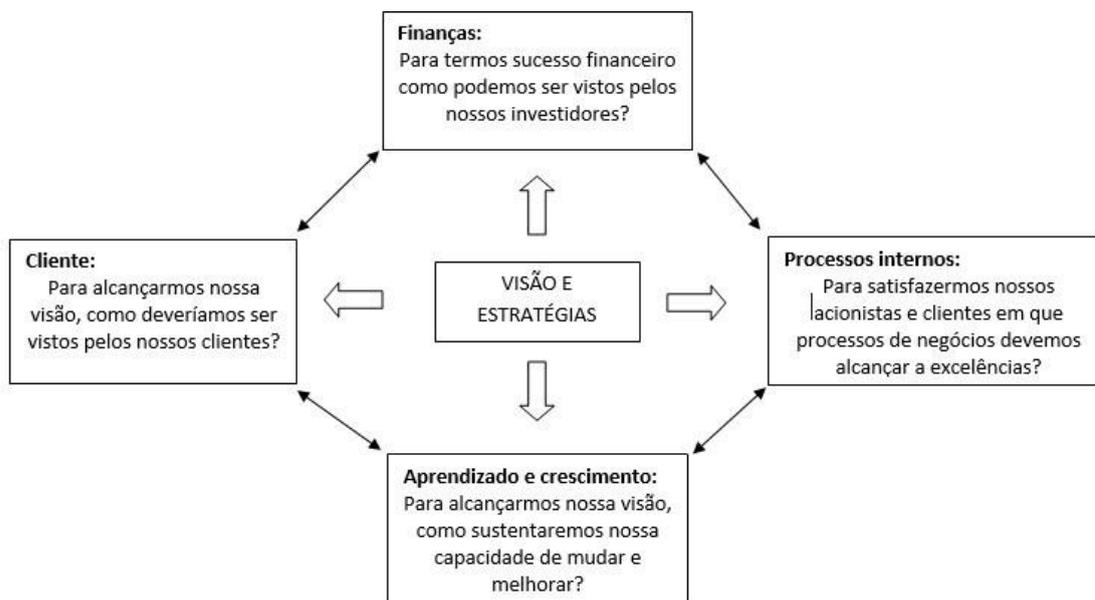
Devido à quantidade de informações geradas em um ambiente mercadológico, utilizar ferramentas úteis no processo de gestão da informação organizacional, pode auxiliar no processo de captação, retenção, organização e compartilhamento das informações, diante das ferramentas utilizadas em processos de gestão, surge o *Balanced Scorecard* (BSC).

Como descrito por Marbak e Silva (2016) o *balanced scorecard* (BSC) é um modelo de gestão capaz de demonstrar as fases de execução e monitorá-las, sendo uma ferramenta completa para qualquer ramo de atividade, capaz de mensurar, avaliar e impulsionar seu desempenho.

Kaplan e Norton (1997) os criadores desta ferramenta em 1997, conceitua o BSC como um sistema estratégico de administração, baseado em mensurações, que proporciona alinhar as atividades da organização junto as estratégias adotadas por ela, garantindo que toda as atividades possam ser monitoradas e avaliadas.

Estes estruturaram a ferramenta da seguinte forma, conforme figura 2.

Figura 2 - BSC em suas dimensões.



Fonte: Adaptado de Kaplan e Norton (1997).

Esse sistema tem como objetivo avaliar a performance da gestão em quatro dimensões: a perspectiva dos clientes, processos internos, aprendizagem e crescimento e financeiro, todas essas dimensões são monitoradas para verificar se estão de acordo com o objetivo estratégico da organização (KAPLAN; NORTON, 1997).

O BSC é uma ferramenta que tem como centro a visão e estratégias da empresa e ao redor, alinhados a este centro se encontram as dimensões que o compõe, garantindo que a visão da empresa e todas as suas estratégias precisam estar devidamente relacionadas com suas metas financeiras, a perspectiva dos clientes, a execução de seus processos e a necessidade de melhorias contínuas que promovam o crescimento estrutural, de pessoal e tecnológico, ou seja, toda estratégia precisa ter o alinhamento dessas dimensões para que fiquem completas e estruturadas.

O BSC é mais que um sistema de indicadores é um sistema de gestão estratégica que possibilita a empresa: esclarecer e obter consenso em relação à estratégia; comunicar a empresa a estratégia; alinhar metas de departamentos e pessoal; associar objetivos estratégicos com metas de longo prazo e os orçamentos anuais; identificar e alinhar iniciativas estratégicas; realizar revisões periódicas

de suas estratégias; obter retorno dos colaboradores, acionistas e gestores para aprofundar o conhecimento da estratégias e aperfeiçoá-la (KAPLAN; NORTON, 1997).

Portanto, o BSC é uma base de gerenciamento de informação, onde por meio da organização dessas informações, as estratégias são delimitadas, estruturadas e monitoradas, promovendo melhorias constantes em seus processos e ações organizacionais. E de acordo com Kaplan e Norton (1997) um *scorecard* bem-sucedido exige um alto nível de comprometimento, tempo da equipe, trabalho em conjunto de consultores internos e externos.

Os processos de construção do BSC, deve seguir algumas etapas, que conforme Barros, Filgueiras e Gomes (2010) citam fará toda diferença para a implementação da ferramenta.

- i) Nomear a equipe que será responsável para a estruturação do instrumento;
- ii) Identificar o objetivo da empresa, sua visão e missão;
- iii) Desenhar um mapa estratégico com as informações relacionadas as quatro dimensões do BSC (finanças, clientes, processos e aprendizado), interligando essas informações ao objetivo;
- iv) Detectar quais informações não estão de acordo com objetivo da empresa e que afetam o desempenho da empresa;
- v) Contribuir para a solução do problema de falta de sintonia do trabalho em equipe, pois produz um consenso e trabalho entre todos os executivos independentes de suas experiências anteriores ou de suas habilidades funcionais;
- vi) Comunicar a todos os colaboradores os objetivos críticos que precisam ser alcançados, com a compreensão de todos, eles são capazes de estabelecer metas locais que apoiem a estratégia global;
- vii) Auxiliar na percepção dos pontos cegos e interpretações dos diferentes objetivos segundo seus funcionários;
- viii) Monitorar e acompanhar as ações estratégicas que serão implantadas periodicamente.

Estar atento as etapas de estruturação e elaboração do BSC, garantem o sucesso do uso do instrumento para alcance dos objetivos e reestruturação organizacional, o sucesso do uso desta ferramenta está relacionado mais à sua implementação do que em relação à ferramenta em si, pois devido ao elevado grau exigido de engajamento de toda equipe desde seu planejamento, implementação e execução, muitos profissionais não executam da maneira correta todas as etapas necessárias ou focam em apenas algumas das perspectivas, interferindo nos resultados obtidos, pois para seu melhor aproveitamento é importante que a equipe responsável por sua aderência seja capaz de influenciar, motivar e conscientizar toda a equipe em geral.

Kaplan e Norton (1997) esclarecem que o BSC é mais do que um novo sistema de indicadores, ele pode ser utilizado como a estrutura organizacional básica de seus processos nas tomadas de decisões, todavia, seu verdadeiro poder ocorre quando deixa de ser um sistema de medidas e se transforma em um sistema de gestão estratégica.

A ferramenta se torna mais completa e eficiente de acordo com a importância dada a sua estruturação, planejamento e execução, pois cada etapa definirá claramente os pontos onde a empresa precisa desempenhar um trabalho de aprimoramento seja financeiro, contábil, comportamental ou de capacitação. Suas funções aumentam a capacidade de alinhar as metas departamentais e pessoais à estratégia definida, agregando valor, aumentando sua capacidade de gerar lucros, superando os desafios do mercado, preenchendo as lacunas que antes não eram vistas se destacando, portanto, entre os concorrentes, e não apenas sobrevivendo economicamente, mas se sobressaindo em todos os aspectos organizacionais. Com uma implementação correta o BSC auxilia as funções da controladoria, transmitindo informações adequadas ao processo decisório e satisfazendo as diversas necessidades existentes das organizações.

4. METODOLOGIA

Para auxiliar a situar o assunto abordado, aprofundar o conhecimento e obter explicações críticas e científicas sobre o tema e assim, constituir hipóteses,

foi realizado a pesquisa exploratória, que para Gil (2002) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. É descritiva que tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002), onde foi possível descrever por meio dos empresários da cidade de Penápolis – SP quais são as informações que possuem maiores dificuldades de gestão e quais as ferramentas utilizadas por elas para tomadas de decisões assertivas.

Para o melhor aprofundamento no BSC, conceito, importância e formas de aplicação foi utilizado o método de pesquisa Levantamento, que para GIL (2002) caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas referentes às empresas que se deseja conhecer e é usado para confirmar ou negar determinada informação dentro deste grupo, entre as suas principais vantagens são o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e quantificação, uma vez que as próprias pessoas informam sobre seus comportamentos (GIL, 2002).

A técnica utilizada foi o questionário.

O questionário é um conjunto de perguntas, que a pessoa lê e responde sem a presença de um entrevistador. Ele pode ser enviado via correio, fax, Internet, etc., sendo devolvido, geralmente, pelo correio. O questionário pode ser estruturado não disfarçado: o respondente sabe qual é o objetivo da pesquisa, e o questionário é padronizado, usando principalmente questões fechadas. (BOYD; WETFALL, 1964, *apud* CARNEVALLI; MIGUEL, 2001, p. 04).

Onde foi estruturado com 14 questões e aplicados em 30 empresas do comércio da cidade de Penápolis-SP. Sua finalidade foi verificar as maiores dificuldades informacionais para gestão eficiente, se fazem uso de ferramentas que auxiliam na gestão de informação e se conhecem ou já fizeram uso do BSC, para que assim fosse possível compreender se o BSC é um instrumento eficaz para gestão da informação que garante qualidade e assertividade em tomadas de decisões.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados foram obtidos através de um questionário aplicado na cidade de Penápolis/SP com 30 empresários com o objetivo de identificar as maiores dificuldades dos gestores e os critérios utilizados para a obtenção de informações relevantes para as tomadas de decisões. A pesquisa se concentrou em empresas do comércio dentre vários segmentos como; roupas, calçados, cosméticos, tecidos, jóias e lojas de acessórios eletrônicos.

5.1 Resultados Apurados

O questionário foi composto por questões relacionadas à obtenção de informações, identificação do perfil de clientes, processos internos, desligamento de funcionários e utilização de ferramentas de planejamento estratégico, com o intuito de adequar uma ferramenta que possa suprir a necessidade de todos empresários.

A pesquisa inicia-se com indicação de algumas informações comuns em empresas onde o questionado tinha que responder de 1 a 5 para a frequência que buscam estes tipos de informações para criar estratégias, considerando que (1) é Nunca, (2) Raramente, (3) Ocasionalmente, (4) Frequentemente e (5) com Muita Frequência.

- I. Informações sobre processos internos: 73,33% responderam que com muita frequência buscam informações sobre seus processos internos, 6,67% frequentemente, 10% ocasionalmente, 3,33% raramente e 6,67% nunca;
- II. Informações sobre colaboradores: 40% responderam que com muita frequência buscam informações sobre seus colaboradores, 6,67% frequentemente, 20% ocasionalmente, 10% raramente e 23,33% nunca;
- III. Informações sobre movimento de vendas: 93,33% responderam que com muita frequência buscam informações sobre o movimento de vendas, 3,33% frequentemente e 3,33% ocasionalmente;
- IV. Informações sobre o lucro do período: 93,33% responderam que com muita frequência buscam informações sobre o lucro do período, 3,33% frequentemente e 3,33% raramente;

V. Informações sobre o cliente: 73,33% responderam que com muita frequência buscam informações sobre seus clientes, 6,67% frequentemente, 10% ocasionalmente, 3,33% raramente e 6,67% nunca;

VI. Informações sobre o mercado concorrente: 13,33% responderam que com muita frequência buscam informações sobre seus concorrentes, 13,33% frequentemente, 6,67% ocasionalmente, 6,67% raramente e 60% nunca;

VII. Informações sobre os fornecedores: 56,67% responderam que com muita frequência buscam informações sobre seus fornecedores, 13,33% frequentemente, 26,67% ocasionalmente, 3,33% nunca.

Quando perguntados sobre o grau de dificuldades que a empresa possui para montar um planejamento estratégico 50% dizem nunca possuir dificuldade, 6,7% raramente possui dificuldade, 33,3% ocasionalmente têm dificuldade, 6,7% frequentemente possuem dificuldade e 3,3% com muita frequência possuem dificuldade.

Consequente a terceira questão foi sobre quais informações os gestores julgam mais importantes para a elaboração desse plano de ação, 12 empresas responderam que a mais importante é a informação voltada ao produto, se possui qualidade, se o preço está acordo, se o produto tem demanda, quanto precisa manter em estoque; 7 empresas destacam a informação do cliente como sendo relevante (necessidades, gostos, se o atendimento é adequado); 7 empresas destacam informações voltadas a divulgação e publicidade, como uso de redes sociais e 4 todas as informações são essenciais para elaborar um plano de ação.

Quando perguntado sobre as informações que as empresas possuem maiores dificuldades em obter ou gerenciar, as respostas foram: 7 – colocar preço, identificar custos; 7 – definir o perfil do cliente e entender suas necessidades; 5 – identificar prazo de entrega, de reposição de estoque, de quantos dias pode dar para pagamentos a prazo; 4 – definir giro de produtos, quais saem mais; 4 – não possuem dificuldades em adquirir informação; 1 – controlar o caixa e 2 – não sabem identificar quais tipos de informações são necessárias.

Evidenciou-se nesta pesquisa que 83,3% das empresas não possuem dificuldade em definir seu público alvo. Aproximadamente 90% dos entrevistados

utilizam informações financeiras para tomar decisões, sendo tais informações as que prevalecem sobre as demais. Dentre as empresas entrevistadas 86% alegaram não ter dificuldade na organização de seus processos internos.

Outra característica dessas empresas é o fato de não terem um grau elevado de desligamento de funcionários já que 80% responderam não possuir rotatividade de funcionários.

Após identificar a relação das empresas com as informações que estas precisam administrar e usar constantemente, iniciou-se a segunda etapa do questionário, onde o intuito era verificar se há uso ou conhecimento de ferramentas que auxiliam neste processo de gestão e organização da informação.

Identificou-se que 56,7% conhecem alguma ferramenta que auxilia no processo de gestão e organização da informação para o desenvolvimento de estratégias e 43,3% desconhecem ferramentas voltadas a este propósito. Quando solicitadas para identificar as ferramentas, foram citadas: 13 vezes softwares administrativos (sistemas para administração de dados e controle da empresa que servem para gerar informações, contudo, há a necessidade de uma ferramenta que os auxiliem a traduzir as informações em estratégias), 1 vez o Canvas e 16 empresas não souberam identificar as ferramentas. Ressaltando que softwares administrativos fornecem apenas relatórios, geram informações, porém não são capazes de criar estratégias para a empresa.

Quando perguntadas se já fizeram uso de alguma das ferramentas citadas para auxiliá-las na organização das informações para tomadas de decisões, percebeu-se: 63% nunca utilizaram destas ferramentas, 23% fizeram uso do Canvas, 6,7% fizeram uso de outra ferramenta não citada, 3,3% utilizaram a Análise Swot e 3,3% utilizaram o BSC. Aos que fizeram uso de alguma destas ferramentas, garantiram a eficiência, facilidade de manuseio e importância da utilização para garantir estratégias assertivas.

Segundo os gestores que não utilizam nenhuma ferramenta, ao serem questionados o porquê de não usar, 16,7% não sabiam da existência dessas ferramentas para criar um planejamento estratégico dentro das organizações, 36,7% alegam a falta do uso pela complexidade das ferramentas, 6,7% afirmam que exige muito tempo a elaboração destas ferramentas e 40% não especificaram o

motivo ou não souberam responder. Assim, a nova estrutura do BSC visa exatamente a rapidez e a facilidade tanto na implementação quanto na execução de sua análise, ganhando tempo para que possam priorizar questões relacionadas em sanar os problemas e identificar as maiores falhas.

Por fim, foram perguntados se conhecem o BSC, 80% não conhecem a ferramenta, 16% já ouviram falar, mas nunca utilizaram e apenas 3,3% já utilizaram e destes que utilizaram 100% tiveram muita dificuldade em aplicar.

5.1.1 Análise do questionário

Analisando as respostas dos 30 empresários que responderam o questionário, percebeu-se que as informações que são buscadas pelos empresários com maior frequência para a criação de estratégias, em primeiro lugar a maioria responderam informações financeiras, como o movimento das vendas e o lucro do período, seguido do conhecimento do perfil de seus clientes, sobre os processos internos, fornecedores, colaboradores e em menor grau de relevância foram a respeito do mercado concorrente.

Dentre essas informações que embasam as estratégias da empresa, as que são consideradas mais importantes pelos empresários são as informações relacionadas ao produto e o cliente, mas há quem acredite que todas as informações são essenciais para a criação de estratégias eficazes. Esses registram que as informações que eles possuem maiores dificuldades de acesso, são as informações voltadas ao produto (qualidade, o que o cliente espera, o que ofertar no mercado, quantidade que deve ser comprada), cliente (quem é o cliente, suas características, como se comunicar e se relacionar com ele) e finanças (quanto precisa vender, quais prazo eles podem dar ao cliente, quanto de estoque precisa ser mantido para não perder vendas)

Na execução do questionário metade dos entrevistados afirmaram não terem muita dificuldade na elaboração de um bom planejamento estratégico, apenas dez das trinta empresas disseram ter média dificuldade na construção de um planejamento estratégico eficaz. Mesmo respondendo que não possuíam dificuldades para elaborar um bom planejamento estratégico, os questionados

apresentaram dificuldades na obtenção, identificação e análise de informações relacionadas ao preço, identificação de custos, organização do fluxo de caixa, identificação da oferta e demanda dos produtos e o cumprimento dos prazos de entrega, problemas que surgem exatamente pela falta de uma ferramenta estratégica, pois 43,3% disseram não ter conhecimento sobre nenhuma e 56,7% afirmaram que conhecem alguma, mas mencionaram a utilização de softwares administrativos que por sua vez disponibilizam relatórios financeiros e de processos, porém se não houver um profissional ou uma ferramenta que consiga norteá-los sobre como proceder diante dos dados apresentados não conseguirão enxergar as falhas e as lacunas deixadas na má gestão.

Percebe-se um comportamento comum entre as empresas mesmo sendo de ramos diferentes, por exemplo, achar tais ferramentas complexas, difíceis de aplicar ou por levarem muito tempo para sua execução, não saberem quais informações são necessárias para elaboração. E ainda 80%, nunca ouviram falar do instrumento BSC.

Ao analisar a ferramenta do BSC percebe-se que por meio do uso deste instrumento as informações cujo proprietários argumentam o uso ou dificuldade são contempladas, podendo este ser utilizado como suporte às decisões das organizações, também é perceptível que muitas empresas acabam não utilizando o instrumento devido a dificuldade de preenchimento e de quais informações devem ser usadas para estruturar o instrumento. Porém, o uso do BSC norteia na busca, controle e direcionamento de informações que podem ser utilizadas de encontro com o objetivo organizacional, garantindo recompensa a empresa pelo uso constante em seu processo decisório, para alcançar resultados claros, fazendo-os identificar seus erros sugerindo quais ações e atitudes tomarem a fim de alavancarem seu desempenho e até melhorando a situação financeira da empresa em geral.

5.1.2 Diretrizes para estruturação do BSC

A falta de conhecimento e o grau de dificuldade dos poucos que já ouviram falar sobre o *balanced scorecard*, é visível e devido a importância da ferramenta no

processo de gestão da informação para tomadas de decisões assertivas, foram estruturadas diretrizes que poderão ser utilizadas para a elaboração deste instrumento.

O primeiro passo para a estruturação do instrumento é identificar quem serão os funcionários responsáveis à liderança do processo de elaboração, criar uma equipe a qual conheça o objetivo da empresa e esteja disposta a se dedicar neste processo.

O segundo passo estruturar um mapa estratégico com as informações relacionadas a empresa, separando-as nas quatro dimensões, identificando como esta se comporta no mercado, evidenciando suas ações, este mapa pode ser construído seguindo como modelo a estrutura abaixo, que foi desenvolvida conciliando as informações internas e externas presentes no ambiente organizacional e a estrutura do BSC, separando as informações por dimensão específica, e este modelo possui perguntas que norteiam o preenchimento do BSC, conforme Figura 3.

Figura 3 - Modelo BSC

VISÃO E MISSÃO (onde quer chegar e quais valores segue) Qual a missão e visão da empresa; quais regulamentações regem suas atividades; quais melhorias quer alcançar;			
OBJETIVO E ESTRATÉGIAS (como a empresa age para chegar aonde quer) Quais objetivos da empresa; Quais as metas da empresa; Qual retorno financeiro esta empresa espera alcançar.			
FINANCEIRO	CLIENTE	PROCESSOS	APRENDIZADO
<ul style="list-style-type: none"> - Como são calculados os preços; - Quanto precisa vender para equilibrar o resultado; - Quanto de prazo é possível dar ao cliente; - Quanto precisa estar disponível para não atrasar as contas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são as necessidades do cliente; - O que o cliente procura; - O cliente está satisfeito com a empresa; - O relacionamento com o cliente é eficaz; - As expectativas do cliente estão sendo alcançadas; - Como está a satisfação do cliente com relação ao produto/serviço; - Quanto está disposto a pagar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os tempos de processo; - Quais os gargalos do processo; - Qual a viabilidade financeira dos processos; - Quais processos sobressaem na empresa; - Quais custos estão elevados no processo; - Quem são os responsáveis pelos processos; - Quem está envolvido ao processo (fornecedores, concorrente). 	<ul style="list-style-type: none"> - Quem são os colaboradores; - Quem são os gestores; - Qual o perfil e comportamento deles; - Quais formas de aprendizagem e motivação; - O que precisa ser mudado ou melhorado.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A partir do preenchimento deste modelo, podem surgir dificuldades para identificar caminhos que estão sendo seguidos e que estão afetando o rendimento da empresa, a ideia do uso do instrumento é compreender as informações possibilitando usá-las como norteadoras de estratégias de mudanças ou melhorias, devido a esta dificuldade encontrada pelas empresas conforme citado no questionário, foi estruturado um instrumento complementar ao BSC, utilizado para diagnosticar quais são as dimensões que precisam ser analisadas profundamente, na busca por melhorias ou reestruturação.

Dando início ao terceiro passo utilizar o diagnóstico que auxilia na percepção das informações da empresa e detecta quais informações não estão de acordo com o objetivo da empresa, este instrumento foi desenvolvido de tal forma: foram criadas quatro planilhas, uma para cada dimensão, onde existe questões que devem ser respondidas e cada resposta gera uma pontuação, a soma da pontuação, demonstra se a dimensão está eficiente ou precisa ser revista.

Assim, conforme a Figura 4 demonstra, cada questão possui respostas com pontuações específicas que ao final geram um gráfico que faz com a empresa encontre seus principais pontos fracos, são 7 questões financeiras, 5 sobre clientes, 5 sobre processos e 5 sobre aprendizagem.

Figura 4 - Exemplo do instrumento de diagnóstico

Questões	Respostas
1.1 - Qual critério a empresa utiliza para a formação de preço?	Adiciona o percentual de lucro 1
	Preço dos concorrentes 2
	Mark-up 3

Fonte: Elaborada pelas autoras

Na análise financeira, têm – se questões relacionadas à qual o critério de formação de preços, mensuração de cada tipo de custos, ponto de equilíbrio, indicadores, fluxo de caixa, atualização dos preços de acordo com o mercado e capital de giro, somando um total máximo de 21 pontos.

No âmbito relacionado aos clientes, as questões são sobre identificação do perfil, pesquisas de mercado, reclamações, diferencial competitivo e investimento em renovação de produtos, podendo obter até 15 pontos.

Dentro de processos, o assunto abordado refere-se aos produtos dos quais se têm uma maior lucratividade, se a empresa realiza previsões de vendas, se consegue cumprir os prazos de entrega, qual a capacidade produtiva e os pontos fortes e fracos, somando também 15 pontos.

E por fim, dentro da área de aprendizagem, encontra-se quais as atitudes tomadas para promover metas e melhorias, quais as formas de motivação da equipe, atitudes diante dos problemas internos, planos de reconhecimento profissional e qual a satisfação de seus colaboradores, tendo um total de 15 pontos, ressaltando que atingirá o total máximo aqueles que responderem corretamente, pois cada alternativa vale de 1 a 3 pontos, onde 1 é totalmente errado, 2 é o ponto médio e 3 a resposta que deve ser prevalecida.

Ao final, será apresentado um resultado com as pontuações, gráficos de desempenho, porcentagem e então um diagnóstico de acordo com o resultado, esclarecendo onde se concentra os pontos mais críticos.

A partir do diagnóstico, dá-se início ao quarto passo buscar ações reparadoras e preventivas, contribuindo para a solução de um problema. Com as soluções estruturadas, o quinto passo é comunicar a todos os colaboradores os objetivos críticos que precisam ser alcançados, com a compreensão de todos, eles são capazes de estabelecer metas locais que apoiem a estratégia global.

O sexto passo é monitorar e acompanhar as ações estratégicas que serão implantadas periodicamente.

Por meio da conciliação da teoria embasada no referencial teórico e do questionário aplicado, foi possível estruturar diretrizes que auxiliem na compreensão e uso do instrumento BSC, onde por meio deste estudo, estruturou-se um instrumento paralelo que pode ser utilizado como complemento e auxílio a ferramenta.

Sendo assim, o BSC em seus passos de execução contemplam as fases da gestão da informação, na fase 1: determinação de requisitos, o BSC executa esta atividade nos passos na determinação do objetivo e na verificação das necessidades de melhorias, quando a empresa precisa definir porque precisa das informações; na fase 2: captura, o BSC norteia quais informações precisam ser capturadas para garantir o desenvolvimento de estratégias; na fase 3: distribuição, é o momento da

definição de novas ações que possuem a participação e integração dos colaboradores e gestores, garantindo que as informações cheguem até os usuários; na fase 4: uso, quando incorporam as medidas de uso da informação, avaliando e monitorando o resultado.

O BSC, portanto, é um instrumento que pode ser utilizado para gestão da informação eficaz dentro das organizações, já que este auxilia na captação, controle, organização e uso das informações.

6. CONCLUSÃO

O BSC é um instrumento que engloba diversas informações úteis, que estão ligadas às maiores dificuldades encontradas na gestão: como excelência dos produtos, prazos de entrega, diminuição de custos, satisfação de funcionários e clientes, modernização dos processos produtivos e maximização dos lucros. O *balanced scorecard*, preenche essas lacunas balanceando os indicadores contábeis e os ativos intangíveis, onde o retorno do investimento passa pela qualidade do serviço, satisfação e retenção do cliente.

Sendo assim, o BSC pode ser utilizado como um sistema gerencial, já que este incorpora medidas financeiras e não financeiras, auxiliando na gestão da informação que possibilita decisões assertivas dentro das organizações.

Conclui-se, portanto, que de acordo com os objetivos apresentados, o *balanced scorecard* como uma ferramenta para a gestão da informação e para tomadas de decisões assertivas supre a necessidade dos gestores, destacando os processos críticos para um desempenho superior ao atual da empresa, comunicando os objetivos que serão alcançados, auxiliando nos pontos cegos, mostrando as falhas, ressaltando os pontos fortes, traduzindo números em informações relevantes para as futuras decisões, podendo aumentar sua lucratividade e reduzir riscos operacionais.

A ferramenta contribui ainda a respeito da parte comportamental dos recursos humanos, enfatizando a necessidade de investimento no maior capital da empresa, para que juntos possam alcançar seus objetivos e missões de acordo com seus valores. Ressalta-se que mais importante do que se atentar às informações

relacionadas ao ambiente externo, o maior desafio é justamente saber extrair e gerenciar de uma maneira estratégica as informações relacionadas ao ambiente interno, pois são essas informações que fazem parte do dia a dia da organização e que são possíveis de mensurar, alterar, adequar, valorizar e qualificar e o BSC auxilia na captação e uso dessas informações.

Assim, a ferramenta *balanced scorecard* qualifica-se como útil nas tomadas de decisões auxiliando de forma mais assertiva, prevenindo cenários que antes não conheciam e capaz de resolver de forma rápida, específica e eficiente os problemas que não sabiam ter, pelo uso e controle da informação de forma estratégica.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, M.; BACKES, R. G.; GIONGO, J. A participação da controladoria no processo de gestão organizacional. **Contexto**, Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 69-92, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20547>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BOYD, H. W. J.; WETFALL, R. **Pesquisa mercadológica: texto e caso**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

CARNEVALLI, J. A; MIGUEL, P. A. C. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo *survey* sobre a aplicação do QFD no Brasil. *In*. Xxi Encontro Nacional De Engenharia Da Produção – Enegep, 21 edição, 2001, Santa Bárbara d'Oeste. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2001. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/168069/mod_forum/attachment/271505/artigo%204.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

FIGUEIREDO, Sandra. Contabilidade e a gestão empresarial: a controladoria. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Fortaleza, v. 24, n. 93, p. 20-34, 1995. Disponível em: http://www.isesonline.com.br/downloads/sandra/artigos/CONTABILIDADE_E_A_GESTAO_EMPRESARIAL_%20-_A%20CONTROLADORIA.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

FILGUEIRAS, A. A . de; BARROS, L. P. de S; GOMES, J. S. O processo de implantação do Balanced Scorecard em uma empresa estatal brasileira: o caso Petrobras. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 45-57, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36693>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 . ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_proje to_de_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_proje_to_de_pesquisa.pdf) . Acesso em: 22 mar. 2022.

HOFFMANN, W. A. M. Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseados em inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, São Carlos, v. 45, n. 3, 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4045>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XQ-EIA_HJWYC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Kaplan+e+Norton&ots=IxLUyGcZb1&sig=bHSY5B4zqGWJCDsWvtjKSEH7jnI#v=onepage&q=Kaplan%20e%20Norton&f=false. Acesso em: 29 ago. 2022.

MARBAK, H. F.; SILVA, J. L. Ferramentas de controladoria para organizações. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 89, 2016. Disponível em: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/ferramentas_de_controladori a_para_orga_nizacoes.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/ferramentas_de_controladori_a_para_orga_nizacoes.pdf). Acesso em: 27 ago. 2022.

MARCHIORETTO, I. S. A importância da Controladoria para os profissionais – Uma visão holística ou ferramenta de controle?. **Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia – REPAE**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 251, 2016. Disponível em: <https://www.crcms.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/05/Artigo-A-ImportA%23U0303%23U00a2ncia-da-Controladoria-Para-Os-Profissionais-Uma-VisA%23U0303%23U00a3o-HolA%23U0303%23U00adstica-Ou-Ferramenta-de-Controle.pdf> . Acesso em: 03 maio 2022.

MIRANDA, S.V de; STREIT, R. E. O processo de gestão da informação em organizações públicas. **I Encontro de administração da informação, Enadi [evento na internet]**, Florianópolis, p. 24-26, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enadi309.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MONTEIRO, J. M; BARBOSA, J. D. Controladoria empresarial: Gestão econômica para as micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa – RMPE**, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 2, p. 38-59, 2011. Disponível em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/194/157>. Acesso em: 03 maio 2022.

MORESI, E. A. D. Inteligência organizacional: um referencial integrado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 35-46 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/k98fxVjC9gWQpJxBNnxvBYh/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PATON, C. *et al.* O uso do *balanced scorecard* como um sistema de gestão estratégica. *In: VICONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 1999, Londrina. **Anais [...]**. São Paulo: Congresso Brasileiro de Custos - Abc, 1999. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3219/3219>. Acesso em: 03 maio 2022.

SANTOS, R. V. dos. Gestão econômica (GECON): novos desafios da controladoria na gestão empresarial. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 1997, São Paulo. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos, 1997. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3321/3321>. Acesso em: 02 maio 2022.

TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Gest%C3%A3o+do+conhecimento&ots=8du27eDiiD&sig=WJZf9YCW-sIPQB9YUyN4X5Gaal0#v=onepage&q=Gest%C3%A3o%20do%20conhecimento&f=false>. Acesso em: 16 ago. 2022.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Marília, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119521>. Acesso em: 22 ago. 2022.

VIEIRA, P. A. Controladoria Estratégica: Focando o Futuro da Organização. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 27, 2005. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/1532>. Acesso em: 27 ago. 2022.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): EM UMA FILIAL DE UMA FÁBRICA DE BEBIDAS DO RIO DE JANEIRO

Marcelo Ricardo MARTELO¹

Guilherme Henrique MENDES²

Larissa Berto de CARVALHO³

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar as dificuldades apresentadas em um programa de inclusão de pessoas com deficiência (PcD) em uma empresa brasileira. O programa ora citado, foi realizado na fábrica de bebidas alcoólicas, situada no estado do Rio de Janeiro-RJ. Fundado no ano de 2021, o programa Estágio SUMMER PcD (CRJ), tem por finalidade a inclusão de pessoas com deficiência, visto que a empresa acredita no potencial destes e tenta por meio desta iniciativa, demonstrar aos demais nichos de mercados a possibilidade de se ter uma mão de obra qualificada, mesmo está sendo pessoa PcD. Instituída pelo governo federal do Brasil, a lei 8.213/91 (BRASIL, 1991) tem por objetivo garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, obrigando empresas que possuam a partir de 100 funcionários, isto deverá incluir 2% a 5% de profissionais PcD em seu quadro de colaboradores. Por meio de procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico com vistas a resgatar conceitos sobre o referido tema. Ainda, foi realizado um estudo de caso com a aplicação de entrevista com a especialista de recrutamento e seleção que está à frente do programa. Após a coleta e interpretação dos dados, foi possível concluir que não basta apenas a inclusão dessas pessoas nas organizações, mas também que elas disponibilizem de uma estrutura para que estes colaboradores possam atuar, de forma a colaborar com seu desenvolvimento e atuação.

Palavras-chave: Lei 8.213/91; Mercado de trabalho; Programa estágio summer PcD-CRJ.

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

ABSTRACT

This work has aims to verify the difficulties showed in the program of inclusion of people with disabilities (PwD) in a Brazilian company controlled as tasks. The aforementioned program was carried out at the alcoholic beverage factory, located in the state of Rio de Janeiro-RJ. Founded in 2021, the Internship SUMMER PwD (CRJ) program aims to include people with disabilities, as it believes in their potential and tries, through this initiative, to demonstrate to other market niches the possibility of having a skilled workforce, even if they are PwD. Established by the federal government of Brazil, law 8.213/91 (BRASIL, 1991) aims to guarantee the inclusion of people with disabilities in the labor market, forcing companies that had from 100 employees, that is, to include 2% to 5% of PwD professionals in its staff. Through methodological procedures, a bibliographic survey was carried out with a view to a concept developed on the aforementioned theme. Also, a case study was carried out with an interview application with a recruitment and selection specialist who is ahead of the program. The collection and interpretation of data, it was possible to develop the action that not only the inclusion of these people in the organizations, but they are also available for a structure that these employees can act, in order to collaborate performance and development.

Keywords: Labor Market; Law 8.213/91; PwD-CRJ summer internship program.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU (2014) cerca de 1 bilhão de pessoas da população mundial vive com algum tipo de deficiência, no Brasil segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 25% da população faz parte desse grupo. Pode-se categorizar os tipos de deficiência em física, auditiva, visual, mental (intelectual, função cognitiva) e múltipla, como disposto no Decreto nº 5.296/2004. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2018) mostram que apenas 1% desta população se encontrava em empregos formais.

O artigo 93 da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991) prevê que em empresas com mais de 100 funcionários, é obrigada a ter de 2 a 5% de seus cargos ocupados por colaboradores que se enquadrem como pessoas com deficiência. Porém em sua pesquisa, Muniz (2020) afirma que a lei que prevê uma cota de PcDs nas empresas garante parte deste público no mercado de trabalho, porém muitas vezes as empresas realizam as contratações para fins unicamente de cumprimento da lei, não garantindo uma completa acessibilidade da pessoa na rotina.

A importância deste estudo de caso se justifica pelo desejo de analisar como está sendo tratada a questão da inclusão das pessoas com deficiência em um programa exclusivo realizado por uma indústria de bebidas localizada na cidade do Rio de Janeiro, e avaliar quais foram as principais dificuldades durante o recrutamento, seleção e retenção dos colaboradores contemplados. Definido por Resende e Vital (2008, p. 14) “inclusão de PcD nos diferentes contextos sociais é um movimento ainda recente no Brasil, que se configura como parte da busca de uma nova realidade: a sociedade inclusiva”.

Para as pessoas com deficiência, fazer parte de uma sociedade que a respeita é fundamental, aumenta sua confiança além de apresentar maior autonomia nas atividades do dia a dia. Traz o sentimento de pertencer à sociedade como um cidadão comum, e demonstra que, ao conseguir um emprego, as pessoas nestas condições conseguem ultrapassar seus limites e que isso depende das oportunidades que lhes são dadas. Após muitas empresas verificar o potencial dos profissionais nestas condições e como a empresa muda após se fazer a inclusão devido a humanização que ocorre dentro de todos os profissionais.

Hoje, estou completamente convencido de que a contratação de profissionais com deficiência é possível, viável e também um bom negócio. É importante retransmitir essa ideia para as empresas, mostrando, que promover a inclusão não é fazer caridade. Estamos falando de um modelo de negócio que dá certo (CARMO, 2011 p 59).

O procedimento da inclusão de pessoas com deficiência não é um processo fácil, e exige muitas mudanças dentro da organização. É necessário bom entendimento dos aspectos e exigências técnicas de cada tipo de deficiência, saber como ter e manter ambientes físicos e até como se relacionar com estes

profissionais. É essencial avaliar que tipo de atividades desenvolvidas pela empresa é possível fazer o processo de inclusão de pessoas com deficiências.

A inclusão de pessoas pertencentes aos principais cinco grupos de minorias pautados em gênero, idade, pessoas com deficiência, etnia e orientação sexual contribui para um ambiente com mais comunicação, empatia, cultura, além de auxiliar na retenção de talentos e maior lucratividade competitividade perante outras empresas. Ainda encontramos uma série de barreiras, preconceito e capacitismo sobre a contratação de pessoas com deficiência, e esta inclusão nas organizações proporciona-lhes uma oportunidade significativa de progredir profissionalmente, bem como alcançar a igualdade de direitos que deve existir entre todas as pessoas sem distinção.

Como aborda o autor Maciel (2000, p 53.) “o simples contato com uma PcD pode provocar diferentes tipos de reações, preconceitos e inquietações. Soma-se a isso a falta de conhecimento da sociedade sobre a deficiência”. Para o autor, tal desconhecimento, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema direcionado as pessoas com deficiência não tem nenhum tipo de doença crônica, somente algumas limitações de que nada impede de trabalhar e exercer a função com excelência, desde que seja dado o suporte necessário. Esse tipo de preconceito, faz com que essas pessoas não consigam se encaixar no mercado de trabalho, muito pelo fato da falta de conhecimento.

É necessário garantir que pessoas com deficiência tenham acesso ao mercado de trabalho. Em outras palavras, não se trata apenas de contratar uma pessoa com deficiência, mas também de oferecer meios como acessibilidade e garantir a inclusão e desenvolvimento a fim de reter esses trabalhadores. Este estudo contribuirá para o processo de incluir funcionários deficientes através do aumento do conhecimento do tópico e dos benefícios que podem resultar do processo. Como resultado, funcionários deficientes serão vistos pelos empregadores como profissionais com potencial para desenvolver habilidades necessárias e também o estudo aborda um grande problema para os portadores de PcD no mercado a forma de que esses profissionais podem se destacar no mercado realizando resultados e como esses resultados pode ser visto pelos empregadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O deficiente no mercado de trabalho

A inserção de pessoas com deficiência está acontecendo dentro das empresas através da pressão de organizações, as mudanças que ocorrem são consequências dessa pressão, como a Lei de Cotas. Consideram três dificuldades para a inserção das pessoas com deficiência: “as formas como os gestores veem a deficiência, a adequação das condições e práticas de trabalho por parte das empresas e a necessidade de avaliar a satisfação das pessoas com deficiência inseridas no mercado. (CARVALHO, 2009, p.123). Mesmo com essas dificuldades encontradas para a inserção, é importante que as empresas se humanizem, contribuindo para a diminuição do isolamento social, até mesmo ajudar a melhorar o modo como a própria pessoa com deficiência se enxerga.

Ao entender a importância da inclusão, não deixando de compreender suas limitações e dificuldades, pode-se facilitar as empresas que entra na Lei de Cotas a encontrar boas maneiras de aproveitar essa mão de obra, visto que, mesmo sendo uma obrigação legal, os deficientes podem ser produtivos para as empresas que os empregam.

2.2 Lei de Cotas

A Lei Federal nº 8.213/91 (BRASIL, 1991), também conhecida como “Lei de Cotas”, Art. 93 estabelece que: “A empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Percentual da Lei de cotas

Números Funcionários	% de Cota
de 100 a 200	2%
de 201 a 500	3%
de 501 a 1.000	4%
de 1.001 em diante	5%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Lei Federal nº 8.213/91, Art. 93

A lei ainda salienta, em seu parágrafo 1º do Art.93 da Lei nº 8.213/91, que a dispensa de pessoa com deficiência ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência.

Essa exigência legal não assegura o cargo para uma pessoa com deficiência, porém garante uma vaga para PcD.

Já no parágrafo 2º, a lei diz que o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e pessoas com deficiência, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

É importante salientar que a Lei nº 8.213/91 não é limitada apenas à contratação, é necessário que a empresa deva, dentro do processo de admissão, traçar planos de acessibilidade, como a adaptação do local de trabalho e outras dependências da empresa para a melhor locomoção do PcD e a sensibilização dos outros colaboradores com as pessoas com deficiência, por meio de palestras e treinamentos. Para que através dessas ferramentas ocorra o melhor acolhimento do PcD. Perante a Lei nº 8.213/91, todas as pessoas são iguais.

É necessário que as empresas olhem além da Lei de Cotas, considerando a capacidade e o profissionalismo dessas pessoas que não querem mais ser objeto de caridade muito menos permanecer excluídas em “instituições especiais”

Incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho edifica, ajuda a construir uma autoimagem e uma identidade positiva, insere o indivíduo no mundo e modifica sua relação com o outro. Ele não está mais fora da sociedade, excluído como uma pessoa de pouco valor, mas sim dentro, fazendo parte da construção de um Brasil desenvolvido e produtivo (SCHWARZ; HABER, 2009, p.215)

Os PcD possuem um longo caminho a percorrer-se até que a inclusão seja efetuada, pois o preconceito está enraizado na mentalidade das pessoas. Em que pessoas com deficiência não possui capacidade de atuar no mercado.

As barreiras para a inclusão de deficientes talvez estejam mais em nossas cabeças do que em problemas efetivos. Como durante muito tempo os deficientes estiveram segregados, a sociedade acabou por reforçar seus preconceitos e nos acostumamos a mantê-los sempre isolados e marginalizados (GOLDSCHMIDT, 2006).

2.3 Dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho

A maior dificuldade enfrentada para as pessoas com deficiência é o preconceito por parte dos colegas e até mesmo de gestores. De acordo com (GOLDSCHMIDT, 2006) ``É fundamental investir na sensibilização de gestores e funcionários`` pois os gestores serão responsáveis por gerenciar as dificuldades do dia a dia e os funcionários precisam estar preparados para receber esses colegas. No ambiente de trabalho deve ser feitas adequações para o bem-estar do funcionário com deficiência, sendo ela deficiência visual, físico, auditivo ou intelectual, o tratamento no dia a dia deve ser igual a todos.

Do ponto de vista de desempenho profissional, os funcionários deficientes deverão ser avaliados da mesma maneira que qualquer outro funcionário. O que será preciso avaliar permanentemente é o programa de inclusão em si: devem ser revistas periodicamente às fontes de recrutamento, os métodos de seleção e treinamento e as ações de sensibilização e integração, visando melhorar continuamente o programa. Depois de alguns anos envolvidos com processos de inclusão de deficientes no mercado de trabalho, o que percebe é que, vencida a dificuldade inicial, a maioria das empresas percebe que esta é uma oportunidade maravilhosa e que deveria ter iniciado este processo há muito tempo! (GOLDSCHMIDT, 2006)

A dificuldade na adaptação do serviço é comum com qualquer pessoa, no caso de uma pessoa com deficiência conatural ou adquirida as dificuldades são maiores, porém não deve ser um obstáculo para as empresas no momento da contratação, a partir do momento em que se traçarem planos de acessibilidade esses obstáculos serão menores.

2.4 Deficiência físicas

Para que uma pessoa com deficiência seja incluída na empresa, é preciso uma avaliação pelo médico do trabalho. Este médico será responsável por fornecer um laudo com as descrições dos limites e graus comprometimento da deficiência. A seguir apresenta deficiências enquadradas na Lei de Cotas nº 8.213/91 (BRASIL, 1991):

- Deficiência Auditiva: Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

- Deficiência Visual: Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

- Deficiência Física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de: Paraplegia: Perda total das funções motoras dos membros inferiores. Paraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores. Monoplegia: Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior). Monoparesia: Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior). Tetraplegia: Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores. Tetraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores. Triplegia: Perda total das funções motoras em três membros. Triparesia: Perda parcial das funções motoras em três membros. Hemiplegia: Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). Hemiparesia: Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). Ostomia: Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal;

urostomia: desvio urinário). Amputação ou ausência de membro: Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro. Paralisia Cerebral: Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental. Nanismo: É a baixa estatura de um indivíduo, devido uma deficiência do crescimento provocado por insuficiência endócrina ou má alimentação. Deformidades: Membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- Deficiência Intelectual: Funcionamento intelectual inferior à média, com manifestações antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização de recursos de comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

- Deficiência Múltipla: Associação de duas ou mais deficiências.

- Autismo: Desde 2012, os autistas passaram a ter assegurados os benefícios que as pessoas com deficiência, inclusive na reserva legal.

Tendo em vista o objetivo de analisar a inclusão de PcD no mercado de trabalho, o entendimento sobre enquadramento das pessoas com deficiência, segundo a Lei de Cotas, é de grande importância para o conhecimento do empregador de cada tipo de deficiência.

2.5 A evolução da inclusão de PcD no mercado de trabalho brasileiro

A evolução de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho aconteceu logo após 1991, no passo que as empresas faziam essa inclusão de modo espontâneo. O artigo 93 da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991) cria um sistema que as empresas que contém acima de 100 colaboradores precisam ter de 2% a 5% de colaboradores portadores de alguma deficiência. Então começa a sua evolução no mercado brasileiro com uma estrutura através de leis e cotas e benéficos que o portador com deficiência tem por direito no mercado de trabalho.

A inclusão de pessoas no mercado de trabalho brasileiro passa por quatro grandes fases, como aponta segundo Sasaki (1997, *apud* BRAGA, 2018) nas quais

são “exclusão, que durou até a década de 50”, fase da segregação, fase da integração e a fase da inclusão.

O autor, na primeira fase foi direcionado a negação de oportunidades para pessoas portadoras de alguma deficiência. Ainda para esse autor, a segunda fase foi a “Segregação, por parceria entre empresas e instituições que auxiliavam o PcD” essas parcerias geraram novas oportunidades para pessoas com deficiência ingressarem em oficinas.

Na segunda fase já começa a ter oportunidade de trabalho para as pessoas que portam alguma deficiência com ajuda de investidores das empresas, esse colaborador exerce sua atividade com ajuda de projetos e oficinas que auxiliava os colaboradores, então o PcD não era inserido diretamente nas empresas.

Na terceira fase as empresas conseguem fazer a inserção de PcD, mas nesta etapa as empresas só ofereciam o emprego e o deficiente que teria que se adaptar para realizar as atividades empresárias. Então chega à última fase “que caracteriza a inclusão das pessoas com deficiência” essa é onde as empresas têm que se adaptar para receber esse deficiente.

Na quarta fase ela exerce a função de incluir o profissional com deficiência no mercado de trabalho diretamente nas unidades e as empresas são responsáveis por cada medida a ser tomada, seja ela em processo ou estruturas para que o PcD possa exercer seu trabalho com um papel ativo dentro das empresas.

Sasaki (1997, *apud* BRAGA, 2018) compreende que essas fases conceituadas acima mostram uma grande evolução e desafios que ainda tem nas empresas seja uma dificuldade na estrutura ou na fase de onde encontra um PcD capacitado para exercer uma função dentro da empresa. Todos esses processos vão evoluindo com o tempo e melhorando tanto para o lado profissional como para o lado da empresa, lados têm tendido-se observado e caracterizado na sociedade para efeito de informação visando tirar essa dúvida de que uma pessoa que porta algum tipo de deficiência possa ser incapaz de produzir um serviço de alta qualidade, igual uma pessoa que não porta nenhuma deficiência.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2016) mostram números em uma crescente em relação à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mostrando que a evolução está tendo resultado,

mesmo ainda tendo mais pessoas com deficiência do que de vagas no mercado de trabalho. Esses números são altos, devido à dificuldade que as empresas têm de contratar e arrumar uma vaga para o deficiente e essas dificuldades são: má gestão no RH e falta de acessibilidade que está relacionada a estrutura física da empresa.

2.6 Acessibilidades e tecnologias do PcD no mercado de trabalho

Figueiredo afirma em sua pesquisa

Promoção da acessibilidade também está ligada diretamente às necessidades de cada pessoa e por esse motivo não será possível contemplar aqui todas as tecnologias e acessibilidades existentes, mas algumas estratégias podem facilitar a inclusão de forma geral (FIGUEIREDO, 2020, p.59).

A acessibilidade para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, procura quebrar barreiras que o PcD pode ter, visando como um auxílio que cada PcD vai precisar para desenvolver nas suas atividades diárias dentro da empresa. Essa é uma forma que a empresa busca garantir a segurança deste colaborador com PcD, visando sempre a saúde física e mental. Acessibilidade também de uma empresa busca garantir que o colaborador se desloque para todos os departamentos com segurança e de maneira confortável, esse deslocamento dos colaboradores pode ser com auxílio de sinalizadores sonoros ou linhas no chão fornecidos pelas empresa por leis buscando chamar atenção do deficiente visual com um exemplo, o uso de tradutores de libras é também um auxílio que as empresas fornecem para se comunicar com os deficientes auditivos, essas são alguns exemplos de ferramentas as empresas disponibiliza para os colaboradores que porta uma deficiências.

Conforme Figueiredo (2020) os espaços físicos é uma das formas que as empresas têm maior dificuldade de ajustar devido ter várias formas de deficientes alocadas na sociedade, tendo em vistas que todos espaço seja ele feito do início ou reformado tem que ser para todas as pessoas, seja ela que portam alguma deficiência ou não, a estrutura tende-se que alocar todos os colaboradores da empresa de forma que não crie grupos como: pessoas com portam alguma deficiência e pessoas que não porta nenhuma deficiência, esse espaço tem que ser

bem planejado de maneira que se torne um ambiente para todas as pessoas que usa o departamento, sendo um espaço coletivo e acolhedor para todos na sociedade empresarial.

Para Figueiredo (2020), a acessibilidade é um componente chave do ambiente que garante uma melhor qualidade de vida das pessoas nas empresas, um ambiente agradável sem muita dificuldade para desenvolver suas atividades diárias. Esse ambiente de trabalho tem como objetivo melhorar a qualidade do serviço de todos os colaboradores buscando a mesma qualidade do serviço prestado de um colaborador que tem ou não alguma deficiência. Como regra geral, acessibilidade significa que as pessoas podem ser os usuários legítimos e merecedores, independentemente de suas limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, graças às concepções de todos os espaços e formatos de bens e serviços. Acessibilidade é um direito que visa fornecer a maior quantidade de dignidade, segurança e conforto a quem se beneficie dela.

De acordo com Figueiredo (2020), todos os colaboradores da empresa que não portam algum tipo de deficiência, tem que ser treinados para receber esse PcD, para não ocorrer nenhuma discriminação ou falhas operacionais. Esse tipo de acessibilidade tem que ser trabalhada pelos gestores dia a dia e com colaborador disposto a trabalhar com esse PcD. A acessibilidade não pode ser caracterizada como um privilégio na mente das pessoas e sim um gesto que as empresas têm que garantir a todos os colaboradores na empresa.

O autor Silva (2019), fala de Tecnologia Assistiva (TA), a qual tem como objetivo auxiliar e promover a ampliação da habilidade do PcD, visando a realização das atividades diárias com qualidade e independência proporcionando uma inclusão bem-sucedida dentro da empresa. O autor cita também que o objetivo da T.A é uma boa comunicação e facilidade no aprendizado de suas tarefas, esse suporte é oferecido pelas empresas para garantir que esse PcD exerça um serviço igual a todos ou outros colaboradores.

De acordo com Silva (2019) o objetivo da tecnologia assistiva é aumentar a comunicação, mobilidade, controle ambiente, oportunidades de emprego e integração social em todas as esferas da vida. Para as empresas a comunicação ajuda a desenvolver criatividade e estimula o pensamento, mobilidade é ter

cadeiras motorizadas ou com rodas manuais que ajuda o deslocamento dentro do departamento que o PcD está inserido, controle do ambiente que seja um ambiente com uma boa capacidade eletrônica (computadores e ramais), esses são alguns fatores que influenciam a tecnologia assistiva dentro de uma empresa. Portanto, muito além de apenas ajudar a compensar as limitações de PCD, o recurso da TA (Tecnologia Assistiva) também pode garantir acesso e continuação de emprego em condições de trabalho iguais. O autor aborda também que a tecnologia assertiva no mercado de trabalho deve ser entendida como uma forma de que o deficiente irá exercer sua função diária na empresa e possibilitará a realização mais ampla, tendo em vista uma igualdade no ambiente de trabalho para exercer suas atividades mantendo um alto nível de qualidade.

2.7. Restabelecimento de conceitos sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade

Como aborda Gisele Martins Genofre, “[...] a boa capacidade física era fator primordial para a manutenção da vida” (GENOFRE, 2013, p.14) nos antigos séculos precisava ter uma boa saúde física para os indivíduos ter um bom desempenho na sociedade, sendo que nos anos passados a população enxergava uma deficiência de diversas maneiras, não tendo nenhum conceito de que essas pessoas poderia ter uma vida igual as outras com um diferente tipo de comportamento ou com auxílio de algum tipo de aparelho ou ajuda humana. Os desafios enfrentados por essas pessoas com um tipo de deficiências era alcançar uma inclusão efetiva, que era enorme porque elas tinham que passar por diversas transições na vida para ser efetivamente incluídas no mercado de trabalho e essas dificuldades estão conectadas a épocas em que as pessoas eram reconhecidas como indivíduos plenamente humanos, mas também foram excluídas da sociedade e do mercado de trabalho porque eram vistas como "seres inferiores" pela sociedade, que acreditava que as pessoas com deficiência deveriam ser eliminadas devido à sua deficiência.

Para Marinho e Ferreira (2019), as pessoas com deficiência no mercado de trabalho têm como objetivo modelar uma construção de uma sociedade realmente

para todos os tipos de pessoas, seja ela com ou sem deficiência, com novos princípios. As dificuldades que as pessoas com deficiência encontravam em ser introduzida na sociedade e no mercado de trabalho são cheias de precaução, devido a falta de entendimento que a sociedade tem quanto a essas pessoas, que são diagnosticadas pelas pessoas como inferiores às outras, a sociedade deveria ser acionada para participar efetivamente na vida das pessoas com deficiências e tinha que ser encorajada a participar neste processo crucial de conscientização, trabalhando juntos e quebrando paradigmas desatualizados em relação às pessoas com deficiências, a sociedade pode criar novas concepções desses indivíduos com mais acolhimento, fraternidade e respeito. A deficiência faz parte da condição humana. Quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades cada vez maiores com a funcionalidade de seus corpos.

2.8 Benefícios que a inclusão traz para a empresa

As empresas têm uma grande capacidade de transformar uma sociedade empresarial inclusiva, contando com os benefícios que elas podem trazer para o meio empresarial e para os deficientes que precisam dessa oportunidade para desenvolver seu trabalho, tendo uma boa imagem sendo uma empresa inclusiva. (INSTITUTO ETHOS, 2002, p. 19).

Para Gil (2002) a empresa que presa por contratar uma pessoa com deficiência ela está ajudando a quebrar uma barreira chamada de preconceito, empresa que contas com seu quadro de funcionário com pessoas que porta uma deficiência ajuda a quebrar esse preconceito de que uma pessoa com deficiência não pode exercer uma atividade empresária e ajudando a sociedade ter uma visão inclusiva mostrando que todos pode aprender e viver seja qualquer tipo de situação com uma pessoa com deficiência seja cada um dentro do seu nível. A empresa como um todo fortalece o senso de equipe entre seus funcionários promovendo a cooperação em torno de metas compartilhadas e expressando conjuntamente seus valores.

Esse projeto de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem como benefício a humaniza e educa as pessoas que não contêm uma deficiência

a conviver com uma pessoas que possui uma, trabalhar e ajudar essas pessoas que tem algum tipo de deficiência seja dentro ou fora da empresa produz uma ciência na mente da sociedade de que essas pessoas são como outras. Podemos notar que essas movimento nasce dentro do território empresarial mais começa a expandir para a sociedade promovendo a quebra desta barreira de que uma pessoa que tem deficiência não pode ter seu emprego não pode ter sua reponsabilidade.

2.9 Medidas para superar o preconceito de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e termos utilizados

Como aborda o Instituto Ethos (2002, pag. 27) “ao decidir incorporar pessoas com deficiência, a empresa deve preparar-se para lidar com o preconceito decorrente da falta de informação”. Essa falta de informação que afirma o autor é uma medida que as empresas inclusivas devem superar através de treinamento e aulas educativas mostrando que para viver com todos os indivíduos é preciso treinamento. Para as empresas lidar com esses preconceitos citados pelo autor as instituições têm que ter uma visão de e a missão de mostrar que um PcD pode superar as expectativas sobre eles.

Como aborda ETHOS 2002 Os temos utilizado ao chamar ou relacionar um PcD é outra medida que a sociedade empresária tende a tomar, devido os diversos nomes e diferenças de termos utilizados a um PcD, pensamento semelhante serve para especificar o tipo de idioma e vocabulário a ser usado no local de trabalho para resolver esse problema os relacionamentos com pessoas com deficiências devem sempre saudáveis e levar em consideração os aspectos únicos de cada situação. Não há uma regra específica para esses termos nenhuma política que abrange estes termos, mas usar nomenclatura que não destaca que aquelas pessoas possuem algum tipo de deficiência, em casos é melhor que as organizações perguntem para as pessoas com deficiência qual a expressão ela prefere a ser relacionado. Alguns mal-entendidos foram superados graças à nova mentalidade que emergiu como resultado da mudança das empresas na perspectiva em relação às pessoas com deficiências.

Para Ethos (2002), o primeiro destes foi a procura da organização por uma pessoa com uma deficiência, não a pessoa em si, mas a deficiência. Isso ocorre quando uma organização restringe a contratação de pessoas que têm deficiências visíveis ou que são "um pouco complicadas". Outro erro que algumas empresas ainda cometem é tentar utilizar qualquer potencial habilidade que uma pessoa com uma deficiência pode ter desenvolvido como resultado de sua condição. A filosofia prevalente de instituições especializadas é que pessoas com deficiências devem ser tratadas como funcionários comuns com direitos e obrigações comparáveis aos seus colegas de trabalho.

2.10 Educação da sociedade nas empresas para inclusão PcD

De acordo com Schneider (2021), a educação para pessoas com deficiência torna-se uma das grandes discussões nos centros acadêmicos, educacionais e do poder público um método de articulação de iniciativas que atuam como pontos de pressão pela inclusão na educação tanto acadêmica quanto profissionalmente e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Nesse aspecto podemos concluir que a educação só é necessária em determinadas circunstâncias no mercado de trabalho brasileiro e na medida em que as classes dominantes viam como uma necessidade para se tornar acessíveis os menos afortunados, ou seja, quando há o desejo de qualificá-los para seu próprio uso garantirá que suas necessidades sejam atendidas.

Afirma Schneider (2021), que essa educação para as pessoas na sociedade trabalhista tem que ser fixada na mente como processo de qualificação e não com efeito de emancipação dos colaboradores, essa educação tem que ser efetuada de maneira que visa o enriquecimento das empresas que leva essa educação adiante nos dias letivos da empresa. Essa educação é fundamental para a empresa para que coloquem todas as pessoas dentro de uma bolha ou seja colocar todas as pessoas juntas para exercer as funções de maneira que ninguém coloque diferenças entre as pessoas. Outro ponto que o autor destaca é a invisibilidade do tema tem nas empresas uma educação que tem que ser redoma por pessoas de dentro das

instituições para que através da educação incentivar e melhorar esse processo dentro das empresas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em uma filial de bebidas no Rio de Janeiro-RJ. Foi realizado uma entrevista via *teams* com uma Especialista de Recrutamento e Seleção que está à frente do programa na empresa de bebidas para verificar as dificuldades apresentadas pelo programa Estágio Summer PcD -CRJ 2021 visando a retenção desses profissionais. Foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, como livros, artigos e revistas na área de inclusão de pessoas com deficiência no trabalho.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002 p. 44)

Foi realizado estudo de caso, na empresa fabrica de bebidas, localizado na cidade de Rio de Janeiro/RJ, para demonstrar o funcionamento do programa de inclusão de pessoas com deficiência existente na empresa. De acordo com Gil (2002, p. 54) “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Como técnica foi o usado à entrevista. Para Gil (2021) a entrevista é uma das técnicas importantes para coleta de dados em uma pesquisa qualitativa e caracteriza-se por um procedimento entres duas pessoas para verificar informações sobre o tema pesquisado.

A entrevista foi realizada com a gestora de recrutamento e seleção responsável também pela gestão do programa estágio SUMMER PcD (CRJ) 2021, de forma semiestruturada com questões e garantindo que as repostas relevantes ao tema estudado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi aplicada em uma empresa de bebidas alcoólicas, no estado do Rio de Janeiro-RJ. Atualmente a empresa possui 3166 funcionários e conta com um total de 194 profissionais PcDs. O programa de inclusão de pessoas com deficiência, intitulado: Estágio SUMMER PcD, foi fundado no ano de 2021 e até o momento foram contemplados 4 profissionais.

Baseado nas perguntas aplicadas à especialista de recrutamento e seleção, as inscrições do programa são feitas na plataforma de Recrutamento denominada Gupy da empresa, a divulgação dessa vaga é feita pelas mais diversas fontes como: linkedln, pagina de carreiras da companhia, vagas net, pcd.com, job.com, Catho, e ainda há divulgações que é feita diretamente e fisicamente nas universidades da cidade do Rio de Janeiro. Para se candidatar as vagas oferecidas pelo programa faz-se necessário ser maior de 18 anos, estar cursando graduação e residir no Rio de Janeiro. O time de recrutamento faz a seleção dos currículos e para os selecionados é feito o enquadramento. O recrutador abre um chamado no sistema da empresa e os médicos da companhia avaliam o laudo e dão um retorno se é ou não um caso de pessoa que pode ser enquadrada. Após o check de enquadramento, os selecionados são convocados para uma seletiva de forma presencial, onde o recrutador certifica-se se é necessária alguma adaptação como: intérprete de LIBRAS, acompanhamento de um responsável, se é uma pessoa que faz leitura labial etc.

A seletiva presencial conta com dinâmicas em grupo e entrevistas com os gestores, e neste mesmo dia os novos estagiários são selecionados e colocados em admissão. De acordo com a gestora, o critério usado para a contratação é buscar pessoas que tenham o pensamento e cultura próximos ao da empresa. O RH sempre analisa quais as necessidades de adaptação que este novo profissional precisa para sua chegada e atuação na rotina.

Os profissionais PCDs são analisados para onde serão alocados pois isso dependerá do tipo de deficiência do candidato e se poderá ou não colocar a sua segurança em risco. Pessoas surdas e cegas, por exemplo, não são contratadas para áreas de logística em campo, pois é uma área com grandes riscos e grande fluxo de

empilhadeiras. Profissionais surdos mudos são contratados para áreas administrativas ou áreas do campo que não oferecem riscos, após a contratação todo colaborador tem um o padrinho ou madrinha que fazem todo o acompanhamento durante os três primeiros meses deste novo colaborador, e se encarrega dos treinamentos necessários para a função.

Para o programa acontecer, houve o apoio de uma empresa especializada em inclusão de pessoas com deficiência, e conta-se ainda com workshops sobre o tema, e acompanhamento especializado por parte da empresa com os padrinhos/madrinhas e os novos contratados. De acordo com a gestora do programa, as maiores dificuldades na contratação é encontrar pessoas com deficiências que tenham as soft e hard skills necessárias para as vagas.

A gestora entrevistada defendeu que é difícil encontrar pessoas portadoras com deficiência que estejam cursando faculdade. Inicialmente o programa admitia pessoas que estivessem nos dois últimos anos de graduação, no entanto, a grande maioria não finaliza os últimos anos do curso superior, por este motivo alteraram a regra para admitir pessoas com deficiência que estivessem em qualquer ano da graduação.

Além da questão da graduação, há também a dificuldade em entender os pontos de acessibilidade que os candidatos necessitam, visto que, esta é uma preocupação da organização. Em relação à sensibilização da equipe para receber esses profissionais, foi necessária uma preparação por parte da empresa de inclusão com os colaboradores, padrinhos e gestores para que soubessem lidar com possíveis obstáculos de adaptação, acessibilidade, vocabulário correto, e assim deixar todos os envolvidos em segurança e praticando a real inclusão dos novos colaboradores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou entender sobre o procedimento da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Este estudo trouxe como objetivo geral: demonstrar o funcionamento do programa de inclusão de pessoas com deficiência em uma fábrica de bebidas do Rio de Janeiro-RJ. De acordo com a

entrevista com a gestora do projeto foi demonstrado as etapas do programa desde a inscrição dos colaboradores até o momento de sua contratação na empresa. Sendo assim, o objetivo geral foi atendido.

Já ao que se refere aos objetivos específicos este estudo trouxe, objetivo específico um: analisar e expor o número de profissionais com deficiência, em entrevista com a gestora do projeto até o momento foi contemplados quatro colaboradores com deficiência; o estudo trouxe também como objetivo específico: identificar quais os tipos de deficiências que estes profissionais possuem. Em entrevista com a gestora, as principais deficiências foram física, auditiva e intelectual. Como terceiro objetivo específico este estudo trouxe: apresentar quais os setores onde estes profissionais estão alocados, de acordo com gestora eles estão alocados na área de logística, produção e área financeira. O estudo trouxe como pergunta problema: quais os desafios e dificuldades encontrados pelo programa de inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na filial de uma fábrica de bebidas do Rio de Janeiro-RJ ? De acordo com a entrevista realizada com a gestora do projeto, os principais desafios e dificuldades foram encontrar pessoas capacitadas, isto é, no início do programa era necessário pessoas com deficiência que estivessem cursando os dois últimos anos da faculdade, porém houve dificuldade em encontrar essas pessoas, pois a maioria não finalizava os dois últimos anos do curso superior, por este motivo foi alterado a regra para admitir pessoas com deficiência que estivessem em qualquer ano da graduação, houve também a dificuldade e desafio em entender os pontos de acessibilidade que os candidatos precisariam.

De acordo com as hipóteses este estudo trouxe, hipótese um: a dificuldade e desafio em encontrar profissionais capacitados para preencher as vagas em aberto. Essa hipótese foi comprovada, através da entrevista com a gestora do programa onde ela defende que foi difícil encontrar profissionais capacitados já que estes acabavam não terminando o ensino superior; hipótese dois: a dificuldade e desafio em adequar o espaço físico de acordo com as normas para receber o profissional que possui alguma deficiência, também foi comprovada, de acordo com a gestora do programa um dos candidatos é cadeirante, e tiveram que readequar a portaria da empresa, e ajustar o piso dos locais onde este colaborador iria transitar garantindo a ele acessibilidade. E como terceira hipótese: A empresa faz desenvolvimento de

sensibilização nas equipes de trabalho e preparo para acolher os profissionais do programa PcD, essa hipótese foi comprovada, conforme a gestora do programa ocorre a preparação dos gestores e funcionários para que eles saibam lidar com possíveis obstáculos de adaptação, vocabulário correto, e assim deixar todos os envolvidos em segurança e praticando a real inclusão dos novos colaboradores.

Considera-se que esse trabalho permitiu ampliar a compreensão acadêmica e profissional sobre este assunto, promover reflexões e despertar para o problema no intuito de ajudar na conscientização da sociedade como um todo. Este estudo trouxe a importância de oportunizar trabalho também às PcDs, sem a obrigatoriedade de uma lei, mas pelo simples fato de esta população ter capacidade de contribuir para o crescimento de qualquer empresa. O caminho a percorrer é longo, mas não se pode pensar em desistir.

REFERÊNCIAS

BRAGA, G. P. O Impacto da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho uma Análise da Relação entre a Inclusão e os Resultados de Trabalho em Equipe. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, Porto Alegre, 2018. Disponível em:

http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7168/Guilherme%20Pritsch%20Braga_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2022

BRASIL. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, [1991].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm . Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta deficiência física**. Brasília: Casa Civil, [2004]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

CARMO, J. C. do. **Construindo a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho: a experiência da Indústria da construção pesada no estado de São Paulo**/Jose

Carlos do Carmo. São Paulo: Áurea Editora, 2011. Disponível em

:https://issuu.com/suzanacoroneos/docs/mte_digital_b_ Acesso em: 26 abr. 2022

CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um estudo de caso. **Curitiba: RAC**, v.13, Edição Especial, art.8, p. 121-138, Junho, 2009.

DOVAL, J. L.M. Inclusão de Pessoas Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho: desafio e tendências. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8215/000571060.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21 abr. 2022

FIGUEIREDO, S. A. Inclusão de profissionais com deficiência nas corporações fluminenses. **Dissertação** (Mestrado em Bens culturais e projetos sociais) – FGV Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência/ coordenação** Marta Gil. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GENOFRE, G.A.M. A inclusão social e laboral da pessoa deficiente. **Dissertação** (Mestrado em Direito do trabalho) USP – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOLDSCHMIDT, A. Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho. Responsabilidade Social. Disponível em: **Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho** - Responsabilidade Social. Acesso em 04 out. 2022.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: A questão da inclusão social. **SciELO, revista persceptiva**, n. 14, Julho, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?lang=pt> Acesso em 04 out. 2022.

MARINHO, M. G., & FERREIRA, T. G. (2019). Acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a alternativa do emprego apoiado. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v.3, n. 2.

MUNIZ, E. R. A inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva empresarial. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, Botafogo v. 5, n. 1, Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/1338/1022> Acesso em: 21 abr. 2022

REZENDE, M. G. Diversidade e Trabalho: As Atitudes dos Profissionais de Recursos Humanos Frente às Possibilidades de Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Organizações. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São João Del-Rei (EFSJ), São João Del-Rei, 2013. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/mestradopscologia/Selecao%202015/Michelli%20Godoi%20%20final.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022

RESENDE, A. P. C.; & Vital, F. M. P. (Orgs.) (2008). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência comentada* Brasília, DF: **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE**

SCHWARZ, A; HABER, J. Cotas: como Vencer os Desafios da Contratação de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Social, 2009. Disponível em: **Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho - Responsabilidade Social**. Acesso em: 04 out. 2022

SCHNEIDER, P. V., et al. (2021). Trabalho decente para pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho. **Perspectivas em Diálogo**, v.8, n. 18. São Paulo

A ADOÇÃO HOMOAFETIVA E OS SEUS REFLEXOS EM FACE DA SOCIEDADE

Pedro Luis Menti SANCHEZ¹

Rafaela Sara AMARAL²

Veruska Magalhães ANELLI³

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos. Com o passar dos anos, a instituição familiar passou por mudanças em sua estrutura, e através dessas mudanças surgiu nova modalidade de entidade familiar, sendo esta a família homoafetiva. Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar a possibilidade jurídica do instituto de adoção por casais homoafetivos, pois apesar dessa união já ser um tema pacificado pela jurisprudência, a adoção conjunta por casais homoafetivos ainda é abstrusa pela sociedade, sendo um tema repleto de preconceitos, que se resulta em transtornos e prejuízo na eficácia da adoção e na concretização dos direitos das crianças. No mais, para uma melhor compreensão do assunto, inicialmente, serão abordadas as espécies de famílias previstas na Constituição Federal de 1988, desde o seu surgimento até os dias atuais, juntamente com o estudo sobre o instituto de adoção, esclarecendo seus conceitos e natureza jurídica e por fim, analisar a eventualidade da adoção por casais homoafetivos, observando-se os princípios constitucionais inerentes à adoção.

Palavras – chaves: Constituição Federal; adoção; família; homoafetividade; criança.

ABSTRACT

The present work aims to address the possibility of adoption of children and adolescents by same-sex couples. Over the years, the family institution has undergone changes in its structure, and through these changes a new type of

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

family entity has emerged, which is the same-sex family. Thus, the objective of this research is to verify the legal possibility of the institute of adoption by homoaffective couples, because although this union is already a theme pacified by jurisprudence, joint adoption by homoaffective couples is still abstruse by society, being a theme full of prejudices, which results in inconvenience and damage to the effectiveness of adoption and the realization of children's rights. In addition, for a better understanding of the subject, initially, the types of families provided for in the Federal Constitution of 1988 will be addressed, from its inception to the present day, together with the study on the adoption institute, clarifying its concepts and legal nature and by Finally, to analyze the eventuality of adoption by homoaffective couples, observing the constitutional principles inherent to adoption.

Keywords: Federal Constitution; adoption; family; homoaffection; child.

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da modalidade familiar homoafetiva, a sociedade vem passando por mudanças radicais na percepção das relações amorosas, gerando transformação de valores e das relações sociais e jurídicas. Possuem desafios quanto a concepção familiar, frente a igualdade de direitos dos casais heterossexuais e homoafetivos, quanto à adoção. A adoção é a inclusão de uma criança ou adolescente no seio familiar, que se encontra em estado de abandono, renovando laços de afeto e amor com estes.

O objeto desta pesquisa, se remete ao estudo da adoção por casais homoafetivos, no que tange aos reflexos sobre a sociedade.

Um dos motivos que conduziu a realização deste estudo, foi o fato de que com o reconhecimento da união homoafetiva como sendo uma modalidade de família contemporânea, a questão norteadora desse estudo refere-se a dificuldade e/ou preconceito existente na adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos”

Com intenção de buscar respostas a essa questão, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de adoção por casais homoafetivos na

contemporaneidade, como é o processo de adoção no Brasil, bem como o reconhecimento da união homoafetiva.

A princípio menciona-se que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º dispõe que todos são iguais perante a lei e que não é permitido a distinção desses seres em face a direitos e obrigações, porém, isso não se concretiza na realidade, principalmente sobre as pessoas que se enquadram como homossexuais, onde estas são vistas com um olhar de ignorância e preconceito.

Com a proposta da presente temática para este trabalho, menciona-se pesquisas realizadas, por meio de instrumento bibliográfico, bem como jurisprudências e normas do sistema jurídico brasileiro e, inclusive tratados internacionais de proteção à criança e ao adolescente, que tratam sobre a adoção.

2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO BRASIL

O vocábulo “família” deriva do latim *família*, que se origina de *famulus*, cria do servidor. A família na antiguidade era reinada pelo homem, juntamente constituída pela esposa, os filhos, o patrimônio, os criados e servos. Nessa mesma entoada, a família desempenhava funções políticas, de defesa do solo e de organização social. Ainda desempenhava as funções econômicas, que garantiam a sobrevivência, as funções biológicas e psicológicas. Contudo, a família representava o instrumento social de preservação e desenvolvimento da espécie, atuando decisivamente na formação dos seus membros, onde o homem era considerado líder da família, sendo que os demais membros haviam de lhe servir.

A família antiga tinha como base a religião, porém, não era uma religiosidade como a que praticamos na contemporaneidade, principalmente em razão da grande influência do cristianismo em nossa sociedade.

A origem da família contemporânea foi baseada em um poder do gênero masculino, justificada pela religiosidade e, principalmente pelo patriarcado, onde a vontade, decisões e desejos das mulheres não era respeitada.

O modelo patriarcal permaneceu a maior parte da história da família. Contudo, a partir da década de sessenta estimulou-se o processo de mudança nas

denominações da família, hoje denominada moderna, contrapondo ao patriarquismo.

De acordo com Maria Berenice Dias (2006), a família é um conjunto de pessoas que se encontram unido por laços de parentesco. Estes laços podem ser de dois tipos: vínculos por afinidade, como por exemplo um casal e vínculo consanguíneos, sendo a filiação entre pais e filhos. No entanto, a família pode ser diferenciada segundo o grau de parentesco existente entre os membros que a compõem.

A Constituição Federal de 1988, que vigora atualmente, é fundada no princípio da igualdade de todos, sendo vedada qualquer tipo de discriminação. Em seu art.227, eliminou-se a distinção entre filhos adotivos e biológicos, conforme:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(BRASIL, 1988)

Seguindo esse ponto de vista, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, em seu preâmbulo, aponta que:

A família unida de fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os membros e em particular das crianças devendo receber a proteção e assistência necessários para que possa assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade. A criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em ambiente em clima de felicidade e amor compreensão. (SANTOS,2005, p.185)

Deste modo, a Constituição Federal veda qualquer forma de discriminação em relação à filiação, impondo a legitimidade entre todos os filhos, seja qual forma a sua origem de seu nascimento.

A legislação aplica o termo “família” tendo em vista o critério sucessório, de alimentos, da autoridade e o das implicações fiscais e previdenciárias.

Com toda as evidências, família é composta por mais de uma pessoa, com o intuito de criar convivência com os que a compõem, bem como, dar assistência comportamental e fazer ser evolução dentro da sociedade e contexto histórico.

2.1. Evolução histórica da família

A caracterização da família passou por diversas modificações ao decorrer dos anos, tendo um relevante significado na concretização da sociedade, tendo em vista, que a simples junção de indivíduos, que tenham juntos, inicialmente o mesmo objetivo, é denominado como uma formação de família.

Segundo Morgan (1877, p. 49), partes da família humana existiram num estado de selvageria, outras partes em um estado de barbárie, e outras, ainda, no estado de civilização, por isso a história tende à conclusão de que a humanidade teve início na base da escala e seguiu um caminho ascendente, desde a selvageria até a civilização, através de acumulações de conhecimento e experimentos, invenções e descobertas.

O instituto familiar teve o seu surgimento a bastante tempos pretéritos, sucedendo modificações em sua formação na contemporaneidade. No passado, não era possível se cogitar na formação legal de uma família que não fosse composta por um homem e uma mulher, pois neste tempo, todas as circunstâncias eram baseadas no patriarquismo, onde o homem era visto como o centro dos acontecimentos e a mulher como a dona do lar, não podendo expressar a sua opinião sobre as atividades do cotidiano. Deve também, ser levado em consideração, que nesta época existia uma forte influência da igreja católica, com a presença de preconceito em relação as uniões que não decorressem do casamento religioso, bem como, as uniões que não fossem de um homem com uma mulher.

Entretanto, com o passar dos anos, houve o encerramento das interferências da igreja em face aos atos da sociedade, sendo disposto um enfoque social a família, desta forma, havendo uma modificação brusca sobre o significado da família em frente a sociedade, sendo considerado uma peça essencial para este.

Todavia, até chegarmos no conceito de família atual, foi percorrido uma longa trajetória, pois mesmo que houvessem ocorrido melhoramento para a

concretização deste, ainda havia constantemente a presença de preconceitos e falta de amparo jurídico aos diversos tipos de uniões que poderiam ser formados.

A CF de 1988 prevê em seus artigos o princípio da dignidade humana e da igualdade entre homem e mulher, sendo algo totalmente inovador, pois como disposto no decorrer deste trabalho, a mulher somente era vista como a dona do lar e sua única responsabilidade era cuidar da casa e dos filhos, sendo inadmissível a possibilidade de dar opinião ou trabalhar. Outra mudança que obteve um grande reflexo em vista a sociedade, é sobre as formas de formação da família, bem como, a sua proteção estatal, pois antigamente só mereciam amparo legal a família que fosse formada pelo casamento, tendo tal significado passado por mudanças, onde hoje, uma família pode ser formada tanto pelo casamento legal ou pela união estável. A CF/88(BRASIL,1988) estabelece em seu artigo 226 que: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Posto isso, a princípio, já é notável uma diferença, pois pessoas que tem por desejo a união, sem que haja a concretização do matrimônio, terão o mesmo amparo legal que casais que optem pela realização do casamento.

O rol de família no Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916) era taxativo, e apenas formações que decorressem do casamento, ganhavam um amparo jurídico e um status familiar, seja legalmente ou em face da sociedade. Portanto, nesta época, só era entendido como família, a junção de pessoas que surgissem a partir do casamento, logo, as uniões que não adviessem dessa forma não mereciam amparo estatal. Uma característica importante dessa época, é que não podia haver a dissolução do casamento, pois era tabulado como algo eterno. Desta forma, a família brasileira teve uma grande influência na família romana, pois era preponderado questões de ordem moral, onde considerava o casamento como um sacramento, que não poderia ser dissolvido, pois a união era realizada por Deus (GONÇALVES, 2012).

A concepção de família vem se desenvolvendo no ordenamento jurídico, em especial em decorrência das transformações sociais que estão em constante

mudanças, como os novos modelos de grupos familiares que vêm se formando, determinando valores novos e sentidos de vida.

Diante de toda a evolução ocorridas nas formas de famílias no decorrer dos anos, podemos citar nesse estudo as famílias homoafetivas. A legitimidade dessa modalidade de família no Brasil está em construção, desde o instante em que os homossexuais começaram a se defender de sua condição marginal dentro do contexto social.

Em 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu de forma unânime a união estável entre pessoas do mesmo sexo, podendo ser vista como uma entidade familiar. (FOLHA, 2011)

3. O SURGIMENTO DA ADOÇÃO NO BRASIL

A adoção compreende a um mecanismo legal que institui os direitos da família substituta, bem como, das crianças e dos adolescentes.

Até o início do século XX, não existia uma regulamentação específica acerca do instituto da adoção no Brasil, desta forma, somente era possível a realização deste para casais que não tinham a possibilidade de conceber filhos biológicos. Contudo, não havia uma formalização, era apenas realizado um acordo com a pessoa que estava na posse da criança.

A adoção foi introduzida no Brasil através das Ordenações Filipinas, onde estipulava os meios judiciais para a concretização da adoção, entretanto, ainda não havia um ordenamento próprio que abordasse as suas normas.

No Brasil, o direito pré-codificado, embora não tivesse sistematizado o instituto da adoção, fazia-lhe, no entanto, especialmente as Ordenações Filipinas, números as referências, permitindo, assim, a sua utilização. A falta de regulamentação obrigava, porém, os juízes a suprir a lacuna com o direito romano, interpretado e modificado pelo uso moderno (GONÇALVES, 2012,p.379).

No início do século XX foi desenvolvido políticas públicas direcionadas a proteção da criança, havendo a promulgação da Lei 3.071 de 1916 onde era estabelecido que a adoção somente poderia ser realizada por casais impossibilitados de gerar filhos biológicos e que estes deveriam ter a idade mínima

de 50 anos. Neste tempo, a regulamentação da adoção era efetivada através de uma escritura pública, sem a necessidade de um procedimento judicial, pois somente era levado em consideração o desejo das partes, não sendo viável a presença de mais formalidades.

Com o passar do tempo foi havendo promulgação de novos dispositivos legais que tratavam acerca do instituto da adoção, contudo, havia a presença de poucas mudanças sobre os meios de concretização e as formas de formalização.

Em 1965 foi promulgada a Lei 4.655 que abordou benevolentes mudanças acerca da adoção, onde foi introduzida a “legitimação adotiva” que estabelecia um vínculo de primeiro grau entre o adotante e o adotado após a concretização de sua adoção, desta forma, sendo rompido os vínculos com a família biológica. Contudo, a sociedade criticou essa inserção, onde foi necessário alterar a denominação desse instituto através da implementação do Código de Menores, através da Lei 6.697 de 1979. Por meio dessa legislação foi abordado duas formas de adoção, sendo a adoção simples e a adoção plena. A adoção simples consiste na regulamentação irregular dos menores, onde impunha relação de filiação entre adotante e adotado, porém essa relação não se estendia aos familiares do adotante, desta forma, mantendo os vínculos do adotante com sua família biológica. Já a adoção plena, havia o encerramento da distinção entre os filhos biológicos e afetivos.

Nove anos mais tarde, houve a promulgação da CF/88 que passou a assegurar novos direitos às crianças e adolescentes, em especial, o direito a igualdade entre os filhos, sendo vedado quaisquer distinções entre eles.

3.1. A adoção à luz da Constituição Federal de 1988

Em vista da evolução histórica que presenciamos ao decorrer dos tempos, foi observado bruscas mudanças em vista aos institutos familiar, em especial, o instituto da adoção. Uma das principais mudanças acerca deste instituto, ocorreu através da promulgação da CF/88 onde foi determinado uma nova interpretação ao conceito de família, onde houve o reconhecimento de novas entidades familiares, dentre elas, a família afetiva.

O instituto da adoção é vetusto, presente nos fragmentos das legislações mais remotas que se tem notícia. A reiteração em todas as eras, evidência o enorme significado de utilidade e importância com que se apresentou ao longo da história. (RIBEIRO; SANTOS; SOUZA, 2012, p. 67).

A Adoção esteve continuamente presente nas relações sociais, contudo, a sua exteriorização era diferente dos tempos atuais. A adoção foi introduzida no Brasil através das Ordenações Filipinas, onde estipulava os meios judiciais para a concretização da adoção, entretanto, ainda não havia um ordenamento próprio que abordasse as suas normas.

Deste modo, afirma Carlos Roberto Gonçalves (2012, p. 379) que:

No Brasil, o direito pré-codificado, embora não tivesse sistematizado o instituto da adoção, fazia-lhe, no entanto, especialmente as Ordenações Filipinas, numerosas referências, permitindo, assim, a sua utilização. A falta de regulamentação obrigava, porém, os juizes a suprir a lacuna com o direito romano, interpretado e modificado pelo uso moderno.

Desse modo, não havia uma preocupação com os interesses do adotado, pois não havia uma fiscalização de fato sobre a forma que seria realizado a adoção, bem como, uma preservação a convivência entre o adotante e o adotado. Ademais, os direitos do adotado eram diferentes de filhos biológicos, havendo desta forma, uma discriminação.

Enfim, a adoção teve o seu reconhecimento através da promulgação da CF/88, pois foi assegurado direitos sociais para as crianças e adolescentes, bem como, novos entendimentos acerca deste instituto.

No entendimento de Venosa (2011, p.282) a Constituição Federal contém vários preceitos que direcionam a ordem penal, civil e processual, assim como aqueles direitos e garantias de qualquer pessoa e, particularmente, de crianças e adolescentes.

Ademais, para Monteiro (2004, p.339) com o advento da Constituição Federal de 1988 atribuiu ao adotado a condição de filho, sem a presença de qualquer diferença com os filhos consanguíneos.

Em virtude ao atual cenário, contemporaneamente não existe distinção entre os filhos biológicos e os filhos afetivos, onde ambos possuem o mesmo amparo jurídico, tendo essa mudança ocorrido após a promulgação da CF/88, pois

foi cessada a presença de qualquer distinção entre estes. O art. 227, §5º e 6º estipulou essa alteração, dando a redação de que os filhos, concebidos ou não pelo casamento, ou por adoção, possuem os mesmos direitos, sendo proibida quaisquer distinções sobre a sua filiação.

3.2. Requisitos para a adoção

A adoção tem função social que permite ofertar um lar às crianças que não possuem um digno, podendo promover-lhes afetividade, educação, carinho, cuidado, proteção e dá a possibilidade aos pais que não puderam viver a paternidade natural em poderem ter filhos.

De acordo com o ECA em seu art. 42, os maiores de dezoito anos no Brasil podem adotar, sem qualquer restrição. No entanto, o decorrer histórico nem sempre teve essa decisão quanto a adoção pelo adotante a partir da maioridade. O Código Civil de 1916, em seu art.368 e 369, descrevia que somente permitia a adoção aos maiores de cinquenta anos, sem prole legítima, ou legitimada, momento em que o adotante deveria ao menos, ser dezoito anos mais velho que adotado. Em seguida a Lei 3.133/57, permitia aos maiores de trinta anos adotarem. Logo, pouco antes da legislação vigente, a Lei 6.697/79, o Código de Menores, deixou a mesma idade e exigiu a comprovação de casamento dos adotantes, sendo que deveriam ser há pelo menos cinco anos, conforme art. 32.

Na contemporaneidade, seja qual for o estado civil do adotante, o requisito necessário é a maioridade. Porém, são impedidos de adotar os ascendentes e os irmãos do adotando, de acordo com o art. 42, § 1º, ECA (BRASIL, 1990).

Apesar da referida proibição de adoção mencionada, não há obstáculo que os avós ou irmãos da criança e adolescentes fiquem em sua companhia enquanto detentores da guarda, sendo está uma modalidade de família substituta, conforme mencionado no ECA, em seus arts.28 e33.

Nessa entoada, o adotando deve ter no máximo dezoito anos na data do pedido de adoção (art. 40, ECA), no mais, o adotante tem de ser, dezesseis anos mais velho do que o adotando, de acordo com os ditames do art. 42, § 3º, ECA (BRASIL,1990).

Ressalta-se que a Lei 12.010/2009 estabelece prazos para maior eficácia e agilidade aos processos de adoção, assim, cria um cadastro nacional para contribuir ao encontro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados por pessoas competentes e se limita em dois anos, sendo que em casos de necessidade prorrogáveis a permanência de criança e jovem em abrigo (BRASIL, 2009).

A transitoriedade do meio de abrigamento é ressaltada no art. 19 do ECA, que fixa prazo de seis meses para a reavaliação de toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional (BRASIL, 1990).

Assim, minuciosamente abaixo elencados os requisitos de adoção exigidos pelo ECA, os quais são indispensáveis:

- Idade mínima de 18 anos de idade para o adotante;
- Diferença de 16 anos de idade entre adotante e adotado;
- Consentimento dos pais ou dos representantes legais de quem se deseja adotar;
- Concordância do adotado, se tiver mais de 12 anos de idade;
- Processo judicial, quando menor de 18 anos de idade, onde se é interposto o estágio de convivência, obrigatoriamente. Podendo ser dispensado essa determinação se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante, durante razoável período que possa ser avaliado a convivência.
- Efetivo benefício para o adotando.

Os requisitos são necessários para as medidas que visem preservar a criança, proporcionando segurança ao processo.

No requisito do processo judicial o adotante realizará um processo de adoção onde será elaborado um relatório da equipe técnica interprofissional e os autos serão encaminhados para o Ministério Público, o qual emitirá um parecer favorável ou não quanto ao candidato como pretendente.

Logo em seguida ao parecer do Ministério Público, o processo segue para o Juiz da Vara da Infância e Juventude, o qual proferirá uma decisão. Após, poderá

proceder como reconhecimento a criança se pretende e dar início ao estágio de convivência.

Havendo o processo de adoção, a equipe técnica fará visitas periódicas à família, apresentando avaliação conclusiva a cada uma delas.

Por fim, ressalta-se que a adoção deve ser deferida de preferência ao indivíduo brasileiro, sendo excepcional a adoção por estrangeiros. Importante mencionar que o filho adotado tem o direito de saber e conhecer o seu histórico familiar e todo o processo, ele poderá ter acesso aos documentos que instruíram o processo de adoção, bem como, conhecer suas origens hereditárias.

4. RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA

As áreas do Direito, em especial, o Direito de Família, constitui as suas normas através dos acontecimentos sociais e da evolução da sociedade. Com isso, o conceito de família obteve diversas mudanças com o decorrer dos anos, onde, na modernidade é aceito outras formas de formação de família, sem ser a matrimonial.

As relações familiares são construídas historicamente de acordo com a época específica, bem como, com a evolução social, estando sempre o seu conceito e sua formação em reconstrução.

Consoante entendimento de Vanessa Figueiredo de Lima (2019,p.15) a família na pós-modernidade é reconhecidamente mais plural. Não se resulta de uma hierarquia rígida. Os vínculos vão deixando de ser prioritariamente material. O afeto ganha cada vez mais importância, a ponto de se tornar o principal elemento da formação e manutenção da família. Dessa forma, a família moderna não se prende a rótulos sociais, mas sim em buscar a felicidade, através do afeto humano.

Através dessa evolução, foi surgindo novas formas de entidades familiares, sendo destacado a família homoafetiva, pois em tempos pretéritos, jamais poderia haver a cogitação da formação de uma família por pessoas homossexuais. A princípio, deve-se entender, que a relação homossexual sempre esteve presente em nossa sociedade, não sendo possível destacar uma data do seu surgimento, pois

sem preexistiu dentro das relações sociais. Acontece que nos tempos passados, havia uma grande influência do patriarquismo, bem como, preconceito por parte da população, e por isso, pessoas que vivenciavam esse tipo de relação, precisava ocultar da sociedade para que não sofressem punição ou fossem repudiados.

Atualmente, duas pessoas do mesmo sexo são consideradas como uma entidade familiar e podem viver em uma união estável ou oficializar através do matrimônio. O artigo 1.723 do Código Civil dispõe:

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família (BRASIL, 2002).

O termo “homem e mulher” eram interpretados de forma taxativa, onde não era permitido outras formas de entendimento, contudo, na modernidade houve uma ampliação deste entendimento, onde a interpretação pode ser realizada de forma ampla, abrangendo-se a possibilidade da formação de uma união estável por dois homens ou duas mulheres, devendo este tipo de relação ser amparada e respeitada cotidianamente pela sociedade e pelo Estado.

Um dos maiores princípios da CF/88 é o da dignidade humana, que significa a essência do ser humano, pelo qual se faz merecedor de respeito por parte da sociedade. Em vista disso, a família homoafetiva, deve ser respeitada da mesma forma que as outras entidades familiares são, pois, ambas possuem o mesmo alicerce, sendo a sua formação pela afetividade, bem como, são amparadas pelo princípio da dignidade humana e o princípio da liberdade. Ademais, este princípio garante condições para que os indivíduos tenham autonomia sobre a forma que deseja viver, desde que seja dentro dos parâmetros legais.

A dignidade humana está ligada ao direito de cada um exercer livremente a sua sexualidade e identidade de gênero, pois diz respeito aos traços constitutivos de cada um, sem depender do fato de estar ou não, de modo expresso, na Constituição (DIAS,2014).

Em vista disso, o Estado não pode interferir na família de forma repressiva, mas sim oferecer amparo e proteção a família, seja ela heterossexual ou homossexual, conforme previsão no artigo 226 e 227 da CF/88 que coloca a família como a base de uma sociedade.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277 teve um teor importante para o reconhecimento das famílias homoafetivas, pois a partir disso foi concedido o entendimento da possibilidade de uma interpretação extensiva dos dispositivos legais que tratem sobre o reconhecimento de uma união estável. Ademais, o Ministro Luiz Fux, fez um apontamento comum a pertinente relevância, pois demonstrou entender que não há nada que distingue uma relação homoafetiva de uma relação heterossexual, aduzindo da seguinte maneira:

O que distingue, do ponto de vista ontológico, as uniões estáveis, héteroafetivas, das uniões homoafetivas? Será impossível que duas pessoas do mesmo sexo não tenham entre si relação de afeto, suporte e assistência recíprocos? Que criem para si, em comunhão, projetos de vida duradoura em comum? Que se identifiquem, para si e para terceiros, como integrantes de uma célula única, inexoravelmente ligados? A resposta a essas questões é uma só: Nada as distingue. Assim como companheiros heterossexuais, companheiros homossexuais ligam-se e apoiam-se emocional e financeiramente; vivem juntos as alegrias e dificuldades do dia-a-dia; projetam um futuro comum (FUX, 2011).

De fato, não há diferença nesses tipos de relação, pois ambas, são amparadas com o mesmo alicerce, sendo a sua formação através de relações afetivas e de assistência mútua.

Dessa maneira, a família homoafetiva, teve o seu reconhecimento juridicamente em 2011, através do reconhecimento por parte do STF da possibilidade de formação de uma união homoafetiva, havendo este reconhecimento pela ADI 4277 como já mencionado, e a Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)132.

4.1. A população LGBTQUIA+

A temática sexualidade sempre foi palco de muitas incertezas e curiosidades. Se faz presente no decorrer do desenvolvimento da humanidade, em todas os períodos, desde a sua formação no útero materno até o final de sua vida (CONCEIÇÃO, 2007). A sexualidade por várias vezes vem sendo limitada ao ato sexual, porém é muito mais abrangente, é uma condição humana que compreende sensações concretas e subjetivas. As minorias relacionadas as orientações sexuais

faz referência a uma população com menor favorecimento social, sofrendo com a inferiorização e marginalização.

No que tange à sexualidade, ao redor de todo o mundo encontra-se a comunidade LGBTQIA+, grupo formado por homossexuais, bissexuais, transexuais e sujeitos identificados como não binários com o gênero. Por mais arcaico que possa parecer, ainda nos dias atuais cerca de 70 países enxergam a homossexualidade com ato criminoso; sendo que em 26 deles a homossexualidade é punida, levando os sujeitos à prisão, com pena de até 10 anos ou mais; em 6 países a homossexualidade recebe a sentença de pena de morte. Os movimentos LGBTQIA+ espalhados pelo mundo são exemplos de focos de luta contra a exclusão dessas populações

4.2. Possibilidade jurídica da família homoafetiva

A Constituição Federal de 1988 não aborda especificamente sobre a formação da família homoafetiva, bem como, esta modalidade familiar não possui legislação própria, para que assim possa resguardar os direitos de quem a nela se enquadra.

Antes mesmo de ser abordado julgados e afins para se esclarecer a seguridade da família homoafetiva, partiremos da dignidade e igualdade.

Conforme menciona Cristiano Chaves de Farias (2007, p.135) os integrantes das uniões homossexuais são titulares de respeito de sua dignidade e na integralidade, sendo descabida “tosa e qualquer forma de violação da dignidade do homem”.

Adentro do princípio da dignidade, existe o direito à livre orientação sexual, tendo por si direito personalíssimo, traço inerente à pessoa humana.

Homossexual, da mesma forma que o heterossexual, não escolhe sua orientação sexual, ele não tem opção, é algo que acontece. O direito a tratamento igualitário independe da tendência afetiva. Todo ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade (ROSA, 2021).

Logo, nessa entoada, em ser livre a escolha de sua orientação sexual, independente de qual seja, já é vista o resguardo os direitos da escolha feita.

Ao se mencionar sobre as questões princípio lógicas, a CF/1988 prevê que “todos são iguais perante a lei”. Assim, há de se dizer que o princípio da igualdade não é destinado a nivelar os cidadãos de acordo com a norma legal, e sim, que a edição da lei não seja um meio de desigualdade.

Em nosso processo legislativo se enquadra em sua maioria a questão religiosa. Tendo muitos anos em tramitação no Congresso Nacional, os Projetos direcionados ao reconhecimento de direitos aos homossexuais, nunca chegaram a ser votados. Podendo ser mencionado o Projeto de Lei nº1.151 de 1995, apresentado pela política Marta Suplicy (BRASIL, 1995).

Nesse sentido, para Maria Berenice Dias (p.101), tanto o legislador como o magistrado têm a tendência de assumir o papel de guardiões da moral e dos bons costumes, punindo com a pena de invisibilidade quem ousa se afastar do que é aceito como normal e correto.

A união homossexual tem tido avanços quanto ao reconhecimento de seus direitos, isto por meio da jurisprudência.

DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS.1.514,1.521,1.523, 1.535 e 1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA A QUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCÍPIO LÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPFN. 132/RJEDA ADIN.4.277/DF.

(...)

2.O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjuntoda ADPFn.132/RJedaADI

n.4.277/DF, conferiu ao art.1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele **excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família.**

(...)

8. Os arts. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565, todos do Código Civil de 2002, não vedam expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e não há como se enxergar uma vedação implícita ao casamento homoafetivo sem afronta acar os princípios constitucionais, como o da igualdade, o da não discriminação, o da dignidade da pessoa humana e os do pluralismo e livre planejamento familiar.(...)

11.Recurso especial provido.

(REspn.1.183.378/RS, relator Ministro LuisFelipe Salomão,Quarta Turma, julgado em 25/10/2011, Dje de 1/2/2012.)

(GRIFONOSSO)

Referidos julgamentos mencionados ocorreram no âmbito do STF o qual criou uma jurisprudência com efeito vinculante, unindo decisões judiciais e administrativas frente a união civil entre pessoas do mesmo sexo e estabilizando a garantia de direitos.

Porém, antes mesmo das referidas ações serem reconhecidas, no ano de 1998, houve a primeira decisão do STJ que, afirmou a existência de sociedade de fato, assegurando ao parceiro homossexual a metade do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Desta forma, já havia ocorrido um reconhecimento de uma entidade familiar homoafetiva antes do reconhecimento legal através da ADI 4.227 e ADPF132, conforme:

Direito civil. Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo. Efeitos patrimoniais. Necessidade de comprovação do esforço comum.

Sob a ótica do direito das obrigações, para que haja partilha de bens adquiridos durante a constância de sociedade de fato entre pessoas do mesmo sexo, é necessária a prova do esforço comum, porque inaplicável à referida relação os efeitos jurídicos, principalmente os patrimoniais, com os contornos tais como traçados no art.1º da Lei n.º9.278/96.

- A aplicação dos efeitos patrimoniais advindos do reconhecimento de união estável a situação jurídica dessemelhante, viola texto expresso em lei, máxime quando os pedidos formulados se limitaram ao reconhecimento e dissolução de sociedade de fato, com a proibição de alienação dos bens arrolados no inventário da falecida, nada aduzindo a respeito de união estável.

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp n. 773.136/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 10/10/2006, DJ de 13/11/2006, p. 259.)

Para Maria Berenice Dias, vice-presidente nacional da IBDFAM, a decisão do STF teve um significado importante frente a população “que sempre foi invisibilizado, discriminado e nunca teve seus direitos reconhecidos – nem direitos pessoais e nem direitos referentes aos relacionamentos afetivos”.

Menciona a especialista, Maria Berenice Dias (2021) que o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a garantir acesso ao casamento, por decisão judicial e não por força de lei. Só que avanços assegurados exclusivamente por meio da Justiça são frágeis, porque a composição dos tribunais pode mudar. Nós já estávamos vivenciando mudanças que estão provocando retrocessos, principalmente nas questões relacionadas aos vínculos familiares.

Há de se ressaltar que os debates pelos ministros do STF não representam somente suas opiniões sobre união homoafetiva, apesar disso principalmente, afetam os meios de como a sociedade entende a diversidade sexual e a natureza das relações homoafetivas.

No dia 27 de junho de 2011, véspera do Dia do Orgulho LGBT, no interior de São Paulo juiz efetuou conversão de uma união estável homoafetiva em casamento, visto que foi o primeiro casamento homoafetivo no país.

Após referida decisão do juiz, outros pedidos também foram deferidos judicialmente, até mesmo realização de casamento direto, sem prévia união estável.

Insta mencionar, que o ocorrido citado foi consequência do julgamento proferido pelo STF, que equiparou a proteção jurídica estatal atribuída às uniões entre heterossexuais às uniões homoafetivas. Até mesmo porque a própria CF/88 menciona em seu art.226,§3º sobre a união estável, que “a lei deve facilitar sua conversão em casamento”.

A probabilidade da conversão da união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo, é devida pela presença dos elementos que caracterizam as uniões estáveis e as entidades familiares: convivência duradoura e contínua, assistência mútua e laços afetivos.

Dessa forma, as uniões homossexuais não são diferentes das outras entidades familiares, e pela falta de regulamentação não impedirá a existência das uniões já formadas. Não pode a justiça permitir situações de desigualdades e injustiças.

4.3. A adoção por casais homoafetivos

A adoção é uma forma de filiação em que o vínculo existente nessa relação é o afetivo e o jurídico. Assim, entende-se que a adoção é um processo no qual será regido pelo desejo afetivo e legal para regularizar um vínculo familiar, onde a criança ou adolescente se tornará filho do adotante. Ao se tornar filho, a criança passa a gozar de todos os direitos e deveres, sem que haja distinção entre os filhos concebidos por meios biológicos.

Alguns avanços para o reconhecimento de direitos foram conquistados ao decorrer dos anos pelas pessoas homossexuais, entretanto, ainda há muito para se conquistar, seja na conquista de dispositivos legais e respeito cotidiano pela sociedade.

Em vista das diversas mudanças que ocorreram e das novas configurações de família, o Direito de Família também passou por modificações para se enquadrar nas novidades sociais, e com isso, houve o reconhecimento da entidade familiar homoafetiva, bem como, meios para se estruturar dentro da sociedade para construir a formação de uma família.

O casal homoafetivo tem a possibilidade de buscar a parentalidade de diversas formas, sendo uma delas, por meio da adoção, no qual se encontra consolidada na jurisprudência brasileira, não tendo qualquer tipo de restrição a ser aplicada ao casal, conforme entendimento do STJ:

RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO DE HOMOAFETIVO NO REGISTRO PARA ADOÇÃO DE MENORES. POSSIBILIDADE. LIMITE DE IDADE PARA SER ADOTADO .INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. REQUISITOS DO RECURSO NÃO PREENCHIDOS. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. 1. Hipótese em que pessoa homoafetiva intenciona figurar no registro de pessoas interessadas em adoção de menores. 2. A tese do Ministério Público estadual é de que o interessado homoafetivo somente pode se inscrever para adoção de menor que tenha no mínimo 12 (doze) anos de idade, para que possa se manifestar a respeito da pretensa adoção. 3. Não há disposição no ordenamento jurídico pátrio que estipule a idade de 12(doze) anos para o menor ser adotado por pessoa homoafetiva. 6. Recurso especial não provido. (Resp 1540814/PR,Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015,Dje25/08/2015)

Quando se trata da adoção por casais homoafetivos, algumas pessoas ainda tendem a abordar que os casais somente optam por essa modalidade por não conseguir conceber os filhos de forma biológica. Acontece, que a adoção por casais homoafetivos não deve ser visualizada como uma forma de suprir o impedimento biológico para ter um filho, mas sim, compreender que a adoção é um dos gestos mais lindos dentro de uma sociedade, pois ela é concretizada pelo afeto e desejo mútuo de constituir uma nova família. Os casais homoafetivos podem conceber os filhos por diversas formas, não precisa ser necessariamente pela adoção, pois

podem optar pela inseminação artificial através da maternidade substitutiva, conhecida como “barriga de aluguel”.

Em 2013, duas mulheres mantinham um relacionamento homoafetivo por um período de 10 anos, onde entraram com uma ação requerendo o reconhecimento legal de seu casamento homoafetivo, bem como, o reconhecimento e a declaração para que elas sejam consideradas como mãe de um menor, pois uma delas gerou uma criança por meio da inseminação artificial e por isso gostaria que a sua companheira também fosse reconhecida como mãe da criança concebida. O juiz Alberto Pampado Neto, da 6ª Vara Especializada de Família e Sucessões de Cuiabá, julgou procedente os pedidos de conhecimento do casamento homoafetivo e declarou que as duas são mães do menor. No decorrer da ação foi utilizado o auxílio de psicólogos, no qual o relatório deste teve um teor importante para tal decisão tendo em vista que foi afirmado que as autoras formam uma família e devem ter acesso a todos os direitos pertencentes. O Magistrado Alberto Pampado Neto argumenta que:

Diante disso, buscam através da tutela jurisdicional o reconhecimento de um direito fundamental previsto na Carta Magna, qual seja, o reconhecimento da existência dessa família, sendo essa baseada na sociedade, e de especial proteção pelo Estado.

O juiz reforçou em sua decisão que não havia dúvidas que as autoras preenchiam os requisitos para configuração de uma família, sendo a presença da afetividade, convivência pública, objetivo de constituir família e consideração mútua, sendo evidenciado pois ambas buscaram uma forma para que o seu núcleo familiar fosse aumentado através da concepção de um filho, desta forma, afirmando em sua decisão que tal núcleo familiar não deveria sofrer limitações em razão da sexualidade, pois o termo família não distingue a sua formação por pessoas heterossexuais ou homossexuais e que não existe obstáculo para o reconhecimento da maternidade socio afetiva, considerando que deve prevalecer o melhor interesse e bem estar do menor e se as condições necessárias para o deferimento do pedido.

A adoção se apresenta como muito mais do que, simplesmente suprir uma lacuna deixada pela biologia. É a materialização de uma relação filantrópica

estabelecida pela convivência, pelo carinho, pelos conselhos, pela presença afetiva, pelos ensinamentos, enfim, pelo amor (ROSEVALD, 2015).

Em vista do desejo de construir uma família, muitos casais homoafetivos buscam pela adoção, contudo, apesar de todo avanço social, ainda existe por parte da população o preconceito para que haja a concretização da adoção por esses tipos de casais. Muitos indagam sobre a forma que as crianças serão criadas, bem como, sobre a possibilidade de os pais influenciarem para que os filhos se tornem homossexuais, todavia, esse tipo de pensamento é totalmente equivocados, pois ao invés de a sociedade colocarem empecilhos na adoção, deveriam buscar meios para que houvesse a formalização da adoção juntamente com formas para acompanhar o desenvolvimento da criança dentro de um novo seio familiar.

O art. 226 da CF/88 afirma que a família é base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Em seguida, o art. 227 da CF/88 dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança o direito a vida, a educação, ao lazer e a convivência familiar e comunitária. Com isso, é notável que um dos deveres do Estado é assegurar que as crianças tenham inclusão dentro de um seio familiar seguro, no entanto, colocar empecilhos na adoção por casais homoafetivos está gerando resultados contrários com a previsão na Constituição Federal.

Se enquadrar em uma determinada orientação sexual não está dentro das exigências previstas na legislação para entrar com um processo de adoção. O ECA disciplina o instituto da adoção e não menciona sobre a proibição da realização por casais homoafetivos. Ademais, o art. 43 do ECA prevê que a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos. Portanto, se o casal homoafetivo preencher os requisitos legais e apresentar vantagens para o adotando, poderão se inscrever no processo de adoção.

Dessa maneira, mesmo que o ECA não tenha mencionado de forma expressa a possibilidade de adoção por um casal homossexual, é devidamente possível essa possibilidade. O princípio do melhor interesse da criança deve prevalecer nestes casos, e não há motivo legítimo para tirar de uma criança a possibilidade de ser inserida em uma nova família.

Portanto, com ênfase nos princípios do melhor interesse da criança e da não discriminação por orientação sexual, e pelo valor jurídico do afeto, no qual é requisito das novas entidades familiares, se torna necessário a análise da possibilidade do pedido de adoção aos casais homoafetivos.

4.3.1. Preconceitos

Estamos em um momento social onde estão ocorrendo várias transições, onde a sociedade ainda resiste em aceitar algo que seja novo, muitos já vivem em lares onde o pai ou a mãe são homossexuais, educando bem os seus filhos.

O desejo de ser pai ou mãe é uma vontade que predomina também entre casais homoafetivos. Porém a realidade mostra que esses núcleos familiares, em sua maioria, enfrentam muitos obstáculos legais e morais para ter seus direitos validados.

Perante a lei, no Brasil não há condicionante para adoção nem para a formação família por casais do mesmo sexo, de maneira que pode se considerar como família substituta, com capacidade para cuidar de um menor. Porém nota-se grande preconceito por parte de alguns membros da sociedade, evidenciando os obstáculos que muitos casais se deparam para efetivar a adoção.

De acordo com Medrado (2013), tais ações homofóbicas, no que tange a adoção por casais homoafetivos, são decorrentes de reflexões conservadoras que se apoiam em concepções sem embasamento de que o menor adotado possa sofrer preconceito por parte da sociedade por não fazer parte de uma família considerada convencional. Segundo Oliveira (2014), tal fato acontece, pois a sociedade ainda se apresenta de maneira bastante conservadora no que tange a adoção por casais do mesmo sexo.

Ainda de acordo com a autora a maior argumentação daqueles que são contrários a adoção homoafetiva são indagações sobre se essa modalidade de família, não ocasionaria uma confusão na cabeça do menor adotado, muitos acham que essa criança possa tornar-se homossexual, muitos creem que a orientação sexual dos pais poderá influenciar na orientação sexual dos filhos (OLIVEIRA,2014)

Coimbra (2019) discorre sobre o fato de que existem preconceitos nítidos contra a homoafetividade e, em consequência, os filhos desses casais se tornam alvos de discriminação.

Dessa maneira, é mister relatar que entre o maior obstáculo enfrentado, por casais homossexuais que já adotaram ou ainda vão adotar, sem dúvida é o preconceito. Esses casais devem se conscientizar de que famílias constituídas por casais do mesmo sexo é uma realidade nos dias atuais, porém se enquadrando em um cenário incomum, onde haverá preconceito no que tange à sexualidade e, em se tratando da constituição de uma família, por meio da adoção ou de outras formas de se ter filhos, esse preconceito irá se multiplicar.

5. CONCLUSÃO

O tema abordado demonstra a pertinente relevância do assunto, tendo em vista, que o ponto principal é demonstrar como é visualizada a adoção homoafetiva perante a sociedade. O contexto analisado demonstra que a família é base de uma sociedade, e através dela ocorre a formação dos indivíduos, consolidando a sua personalidade, ideais, pensamentos e a construção dos laços afetivos.

Conforme analisado, não há uma proibição na legislação para que haja a adoção por casais homoafetivos, contudo, a sua concretização não ocorre como de fato deveria ocorrer, devido a presença de preconceito enraizado na sociedade. Indaga-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente é responsável por trazer os requisitos para a adoção, e este não traz de forma expressa a possibilidade da adoção por casais homoafetivos, porém, também não veda a possibilidade. Desta forma, os casais homoafetivos conseguiram realizar as primeiras adoções através de processos judiciais, onde atualmente é consolidado no entendimento do STJ a possibilidade da concretização da adoção por estes casais. A adoção consiste em uma medida que visa inserir crianças e adolescentes em uma nova família que possa lhe proporcionar amor e afeto. Com isso, a adoção é um ato responsável e consciente que independe de orientação sexual, pois o ponto principal é buscar a inserção das crianças sem um meio familiar que auxilie em sua formação.

A sociedade está em constante modificação, trazendo a inserção de novas modalidades de família, e com isso se faz necessário a adequação das legislações conforme a necessidade contemporânea, tendo em vista que a família homoafetiva não possui sequer uma legislação que aborde as suas especificidades, sendo amparada somente por entendimentos jurisprudenciais, no qual também estão em constante construção, e deste modo pode surgir novos entendimentos que não sejam favoráveis para os casais homoafetivos, e por isso eles tendem a se sentirem protegidos parcialmente.

Deve-se observar que as crianças e adolescentes acima de tudo possuem o direito de serem adotadas. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente que é dever da sociedade e do Estado assegurar a criança uma convivência familiar e comunitária. Ademais, faz a menção de que todos são iguais perante a lei, logo, heterossexuais ou homossexuais devem ser tratados de formas iguais e terem acessos aos mesmos direitos, sendo um deles o direito igualitário a adoção levando-se em consideração o melhor interesse para a criança.

É necessário que esta temática seja abordada com mais frequência, a fim de mostrar a relevância e a efetivação da desconstrução do preconceito, para que este assunto seja melhor debatido e divulgado dentro da sociedade para que possa ser derrubado o preconceito que é atualmente o maior adversário da união homoafetiva e da concretização da adoção por estes.

Nesse sentido, é fundamental o envolvimento de todos para que haja a construção de uma sociedade efetivamente democrática e coerente na acessibilidade dos direitos nas diversas formas da vida social e nas diferentes formas de ser família.

Portanto, conclui-se através desse trabalho que apesar de toda a evolução social, a sociedade ainda tende a visualizar com preconceito a adoção por pessoas homossexuais, no qual é necessário a participação do Poder Público com a efetivação das políticas públicas, pois, os homossexuais merecem tratamento igualitário quanto aos heterossexuais, pois ambos possuem os mesmos valores, bem como, a aceitabilidade para a realização da adoção considerando a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, pois a adoção engloba muitas questões e princípios, devendo ser verificado os reais interesses do menor no

processo de adoção, pois não cabe a sociedade distinguir a orientação sexual dos casais que pleiteiam uma possível adoção, pois tal distinção não é feita pela legislação, tendo em vista que o processo de adoção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Helder G. R.; RAMOS, Leiliane G.; **Adoção por Casais Homoafetivos sob a Óptica dos Princípios Constitucionais da Afetividades e do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/18375/1/ARTIGO%20CONCLU%C3%8DDO.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2022.

BARANOSKI, Maria C. R. **A Adoção em Relações Homoafetivas**. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ym6qv/pdf/baranoski-9788577982172.pdf> Acesso em: 11 de maio de 2022.

CAMPOS, Daniela M. S.; OLIVEIRA, Ana Aparecida d.; SANTANA, Raquel. **Adoção Homoafetiva e os Desafios da Nova Concepção Familiar**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1279/Ado%C3%A7%C3%A3o+Homoafetiva+e+os+Desafios+da+Nova+Concep%C3%A7%C3%A3o+Familiar> Acesso em: 22/04/2022

COIMBRA, Larisse Cerqueira Toledo. **Família homoafetiva: o exercício para vencer o preconceito**. Disponível em: <http://familiaspossiveis.com.br/familia-homoafetiva-oexercicio-para-vencer-o-preconceito>. Acesso em: 31 mai. 2023.

CNJ. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913> Acesso em: 20 de julho de 2022.

CÓDIGO CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm Acesso em: 06 de maio de 2022.

CÓDIGO DE MENORES. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm Acesso em: 12 de maio de 2022

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBT**. 1 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias**. 4. ed. São Paulo: Editora Revistados Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: o preconceito e a justiça**. 4.ed. São Paulo: Revistados Tribunais, 2009, p. 115.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito e a Justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livrariado Advogado, 2011. Está relacionado a questões de afetividade, conforme disposição na Constituição Federal de 1988 onde prevê em seus artigos que todas as pessoas são iguais perante a lei e que todos tem o direito de constituírem uma família e de ter uma convivência comunitária.

DOMENICO, Juliana T. Di., DENCZUK, Tatiana. **Aspectos jurídicos e psicológicos da adoção por casais homoafetivos**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/36878/aspectos-juridicos-e-psicologicos-da-adocao-por-casais-homoafetivos#_ftnref10 Acesso em: 10 de julho de 2022.

Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 06 de maio de 2022

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro – Direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. VI. p. 15-16.

IBDFAM, Assessoria de Comunicação do. **Reconhecimento das famílias homoafetivas pelo STF completa 10 anos; especialista aponta transformações ao longo da década**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8427> Acesso em: 09 de julho de 2022.

JUIZ reconhece direito de mães homoafetivas registrar filho. CNJ.jus.br. 09. out. 2013. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/juiz-reconhece-direito-de-maes-homoafetivas-registrar-filho/> Acesso em: 31 ago. 2022.

Legitimidade Adotiva. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14655.htm Acesso em: 06 de maio de 2022.

LIMA, Vanessa Figueiredo. **A adoção de crianças por casais homoafetivos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019, p. 15.

LUCENA, Daniela. **Adoção e seus Requisitos**. Disponível em: https://danielalucenaarruda.jusbrasil.com.br/artigos/792834666/adocao-e-seus-requisitos?utm_campaign=newsletter-daily_20191217_9391&utm_medium=email&utm_source=newsletter. Acesso em: 19 de maio de 2022.

MEDRADO, Amanda Oliveira Silva. **Adoção por pares Homoafetivos**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2013.

MIGALHAS, Redação do. **Juiz de Jacareí/SP converte união estável de pessoas do mesmosexo em casamento**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/136337/juiz-de-jacarei-sp-converte-uniao-estavel-de-pessoas-do-mesmo-sexo-em-casamento> Acesso em: 09dejulho de2022.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. Direito de Família**, vol 2,ed. 37.ed., São Paulo, Saraiva,2004, p.12

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. Direito de Família**, vol 2,ed. 37.ed., São Paulo, Saraiva,2004, p.23

MORAES, Raquel.; CAMINO, Leôncio. **Homoafetividade e direito: um estudo dos argumentos utilizados pelos ministros do STF ao reconhecerem a união homoafetiva no Brasil**.Vol. 12. N. 3. Revista Direito GV. 2016, p. 15.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Homoparentalidade e Superação de Preconceitos**. Rev. Jurídica Consulex, n.123, 01 de jul. de2010, p.29-30

OLIVEIRA, Eduardo Neiva de. **O Estágio de Convivência na Adoção**. 2011. Disponível em: <http://eduardoneivadiv.blogspot.com.br/2011/05/o-estagio-de-convivencia-na-adocao.html>Acessoem: 07 de maio de2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino. **Estágio de convivência na adoção**. Disponível em:<https://www.migalhas.com.br/depeso/270389/estagio-de-convivencia-na-adocao/> Acesso em:21 maio 2022.

OST, Stelamaris. **Adoção no contexto social brasileiro**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 61, fev 2009. Disponível em:http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5881 Acesso em: 07demaio de2022.

PEREIRA, Sergio Gischkow. **NCCB – Aspectos Polêmicos ou Inovadores**. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, nº18,junho-julho2004.

RIBEIRO, Paulo Hermano Soares; SANTOS, Vivian Cristina Maria; SOUZA, Ionete de Magalhães. **Nova Lei de Adoção comentada**.2. ed. Leme: J.H. Mizuno, 2012

ROSA, Conrado Paulino da. **Family: um novo conceito de família?** São Paulo. Saraiva,2013.

ROSA, Conrado Paulino da. **Direito De Família Contemporâneo**. Salvador, JusPODIVM,2021,p. 25-35.

ROSA, Conrado Paulino da. **Direito De Família Contemporâneo**. Salvador, JusPODIVM,2021, p.73.

ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil- famílias**. V. 6. São Paulo: Atlas, 2015, p.909.

Presidência da República. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htmAcessoem:22/04/2022

SANTOS, Romualdo Baptista dos. **A tutela jurídica da afetividade: os laços humanos como valor da Criança e do Adolescente Comentado**. 7.ed. São Paulo: Malheiros,2005,p.185.

SILVA, Lucas Montalvão de Pina. **Adoção Homoafetiva: surgimento de uma nova família**. Disponível em:<file:///D:/Faculdade/TCC/Ado%C3%A7%C3%A3o%20Homoafetiva/Livros,%20artigos/ADO%C3%87%C3%83O%20HOMOAFETIVA%20surgimento%20de%20uma%20nova%20fam%C3%ADlia.pdf>Acessoem: 06 maio 2022.

VECHIATTI, Paulo Roberto Lotti. **Manual da Homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos**.2ed. São Paulo: Método, 2012.

VELOSO, Zeno. **Código Civil Comentado, XVII – Direito de Família. Alimentos. Bem de Família.União Estável. Tutelae Curatela**, 1. ed.,São Paulo, Atlas, 2003,p. 117

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito de Família**. 11.ed. São Paulo:Atlas, 2011.

WALD, Arnaldo. **Curso de Direito Civil Brasileiro. O novo direito de família**. 12ª ed. São Paulo: EditoraRevistados Tribunais, 1999.

UTILIZAÇÃO DE URINA DE VACA COMO BIOFERTILIZANTE E REPELENTE DE LAGARTA ROSCA (*Agrotis ipsilon*) NA CULTURA DA ALFACE (*Lactuca sativa*)

João Paulo de Souza ATHAHYDES¹

Marlon Kelvin da COSTA²

Rachel TONHATI³

RESUMO

A cultura da alface (*Lactuca sativa*) atinge anualmente uma produção de cerca de 1,5 milhões de toneladas, sendo de bastante interesse econômico devido à alta demanda do produto e pouca necessidade de espaço para cultivo, beneficiando assim pequenos e grandes produtores. A exploração da agropecuária resulta na geração de subprodutos orgânicos que tem dado resultados satisfatórios na aplicação no cultivo de olerícolas. A urina de vaca é considerada um subproduto derivado da pecuária leiteira que pode proporcionar melhor desenvolvimento das plantas, antecipando seu ciclo, evitando pragas e proliferação de doenças. Considerando o rápido desenvolvimento da cultura da alface, a utilização da urina de vaca como biofertilizante e bioinseticida se torna uma alternativa de baixo custo e viabilidade para o produtor. O objetivo deste trabalho foi avaliar a incidência de lagarta rosca e a produtividade da cultura da alface com a utilização de urina de vaca em diferentes concentrações. Os tratamentos consistiram em Testemunha (sem aplicação), Tratamento químico (Avatar 16ml/100L), urina 25%, urina 50% e urina pura (100%), com quatro repetições, totalizando 20 parcelas em delineamento experimental em blocos casualizados. A cultivar utilizada no experimento foi a alface americana, com o total de 4 plantas úteis por parcela, sendo analisadas se houve ou não a presença de lagartas e a análise de produtividade foi calculada através da matéria fresca. Os tratamentos de urina fermentada de vaca, tiveram eficiência no controle da lagarta, no entanto, a dosagem de 25% foi a que proporcionou maior desenvolvimento da planta. Dessa

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/ FUNEPE).

forma conclui-se que a urina de vaca é eficiente no controle de pragas e no desenvolvimento das plantas como biofertilizante e como bioinseticida, proporcionando duas funções em um só produto, além de ser viável devido seu baixo custo, tornando-se uma alternativa interessante tanto para o pequeno quanto para o grande produtor.

Palavras-chave: bioinseticida; cultivo orgânico; olerícola;

ABSTRACT

The culture of lettuce (*Lactuca sativa*) continuously reaches a production of about 1.5 million tons, being of great economic interest due to the high demand for the product and little need for space for cultivation, thus benefiting small and large producers. The exploitation of agriculture results in the generation of organic by-products that have given strong results in the application in the cultivation of vegetables. Cow urine is considered a by-product derived from dairy farming that can provide better plant development, anticipating its cycle, avoiding pests and disease surprises. Considering the rapid development of lettuce culture, the use of cow urine as a biofertilizer and bioinsecticide becomes a low-cost and viable alternative for the producer. The objective of this work was to evaluate the incidence of cutworm and the productivity of the lettuce crop using cow urine at different concentrations. The treatments consisted of Control (no application), Chemical treatment (Avatar 16ml/100L), 25% urine, 50% urine and pure urine (100%), with four trials, totaling 20 plots in a randomized block design. The cultivar used in the experiment was American lettuce, with a total of 4 useful plants per plot, being left whether there was the presence of caterpillars, and the productivity analysis was caused through fresh matter. The treatments of 25% and 50% of fermented cow urine were efficient in controlling the caterpillar, however, the dosage of 25% was the one that showed greater plant development. In this way, it is concluded that cow urine is efficient in pest control and in the development of plants as a biofertilizer and as a bioinsecticide, providing two functions in a single product, in addition to being viable due to its low cost, making it an alternative interesting for both small and large producers.

Keywords: bioinsecticide; organic cultivation; vegetable.

1. INTRODUÇÃO

A alface americana (*Lactuca sativa*) é uma planta herbácea, folhosa, pertencente ao gênero *Lactuca* e família *Asteraceae*. Segundo ABCSEM (2013) sua produção chega a 1,5 milhões de toneladas anualmente por se tratar de um produto altamente consumido em todo país, sendo cultivado em todas as regiões, mas principalmente na região centro-sul do Brasil.

O custo de produção da alface por hectare é composto em média por 52% de insumos e 48% de serviços. A cultura sofre os efeitos da sazonalidade do mercado impactando os resultados financeiros dos produtores (OLIVA *et al.*, 2016). Visto que o consumo da alface vem aumentando no estado de São Paulo, a cultura se torna de grande interesse econômico devido à demanda do produto, beneficiando grandes e pequenos produtores, sendo que necessita de pouco espaço para cultivo, e permite diversos ciclos ao longo no ano (MONTEIRO *et al.*, 2015).

A fertilidade do solo e sua disponibilização de nutrientes para as plantas só é alcançada devido ao manejo ideal de aspectos químicos, físicos e biológicos. Entre diversos tipos de adubação existem adubações orgânicas, que se dão por meio de aplicação foliar ou diretamente no solo de produtos de origem animal ou vegetal, promovendo a disponibilização de nutrientes gradativamente, e assim mantendo a sustentabilidade e a microbiota do solo. Segundo Finatto *et al.* (2013), a produção orgânica além de produzir produtos com alta sanidade, aproxima o meio ambiente e a sustentabilidade dos produtores e até mesmo do consumidor, pois não degrada o meio ambiente e visa melhor qualidade de vida.

O cultivo da alface, assim como em outras culturas tem sazonalidade na produção o ano todo, ocasionando assim uma maior ou menor produtividade devido a sua sensibilidade às mudanças climáticas no decorrer do ano. A cultura tem que se adaptar melhor a climas frios, sendo no inverno a época na qual pode atingir o ápice de sua produção. Condições adversas de altas temperaturas, umidade do ar e disponibilidade de água em um período quente como no verão, trazem dificuldades ao produtor de cultivo em campo aberto, visto que o risco de perda de produtividade é a pôr não ocorrer condições climáticas favoráveis para seu correto

desenvolvimento. No verão o índice de chuvas e calor demasiado acaba inviabilizando o cultivo da alface americana em diversas regiões (OLIVA *et al.*, 2016).

O cultivo pode ser realizado de diversas formas, seja protegido, cultivo a céu aberto, hidroponia e aquaponia, sendo assim o produtor irá escolher o sistema que caiba em seu orçamento e que também se adeque a região de cultivo, visando deixar a cultura em um sistema que irá proporcionar condições adequadas para seu desenvolvimento. Cada um dos sistemas de cultivos tem suas vantagens e desvantagens relacionadas a controle de pragas e doenças, no entanto, o cultivo aberto é o mais suscetível ao ataque por não ter uma barreira física de proteção das plantas, pois será cultivada no solo a céu aberto estando vulneráveis aos fatores climáticos e ao ataque de pragas e doenças.

O cultivo em ambiente protegido ou em casa de vegetação também é uma alternativa para a produção da cultura, visto que se torna mais fácil o monitoramento e o controle de temperatura e promove redução do consumo de água. O cultivo em ambiente protegido também protege contra chuvas, geadas, controla entrada de vento e radiação solar, além de maior facilidade no controle de pragas e doenças.

Entre os métodos de produção, existe o cultivo convencional, em que são utilizados produtos químicos para nutrição e controle de pragas e doenças, como por exemplo o uso dos produtos Avatar e Hayate como inseticidas com modo de ação de contato e ingestão, ambos facilmente encontrados no comércio nacional, tornando viável para produção em larga escala, obtendo melhor controle se tratando de infestações de forma curativa. Para o cultivo orgânico existe a dificuldade no controle de pragas e doenças, pois ele deve ser realizado de forma preventiva, devido à falta de produtos registrados para uso.

A busca por meios de prevenção e/ou controle de pragas além dos produtos químicos vem crescendo. Porém, ainda com crescimento consideravelmente lento para produção orgânica, visto que a utilização destes meios de prevenção possui em muitos casos a descrença do produtor em relação a eficiência da utilização de produtos orgânicos como forma preventiva. A utilização do produto químico se dá por uma resposta de controle rápida e eficaz, no entanto, deve ser utilizado em

infestações, para erradicar ou diminuir os danos causados pelas pragas, visto que o controle do mesmo propicia o aumento da produtividade da cultura, além de agregar qualidade aos produtos (XAVIER *et al.*, 2018).

O produtor de alface, que é um alimento que é consumido fresco, *in natura* ou minimamente processado, deve se atentar ao período de carência encontrado na bula dos produtos usados para controle de pragas e doenças, este período consiste no número de dias entre a aplicação do mesmo e a colheita, visando o consumo ou uso seguro do alimento, sendo que este prazo é importante para evitar resíduos acima do limite permitido nas folhas de alface.

Já o produto orgânico, consiste, por exemplo, na construção de barreiras naturais, remoção física, utilização de inimigos biológicos para que a planta consiga desenvolver-se de maneira saudável, conseqüentemente tornando-se uma maneira de cultivo menos agressiva ao meio ambiente. Realizar a utilização de produtos orgânicos como forma preventiva poderá proporcionar efeitos de repelência ou controle, com resultados satisfatórios, sendo considerada uma maneira sustentável do controle de pragas, e que esses produtos não oferecem riscos à saúde por não possuírem resíduos de produtos químicos tornando-se mais seguros (BARBOSA; SILVA; CARVALHO, 2006).

O cultivo orgânico além de agregar valor ao produto, sendo um produto natural sem adição de agrotóxicos e fertilizantes químicos, ainda encontra dificuldades no controle de pragas e doenças devido à falta de insumos orgânicos que tenham eficiência satisfatória no controle do mesmo (BARBOSA; SILVA; CARVALHO, 2006). Em um cultivo de alface durante seu ciclo produtivo o produtor deve se atentar a suscetibilidade da infestação de pragas na cultura, a utilização de práticas do MIP (Manejo Integrado de Pragas), uso de biopesticidas e bioinseticidas, aplicação de controle genético e rotação de culturas para quebrar ciclo de doenças e patógenos que atacam a cultura de interesse, são métodos de controle contra a infestação de pragas e doenças (XAVIER *et al.*, 2018).

Diversas pragas podem causar danos à cultura da alface, sendo que em muitos casos a perda da produção pode chegar em até 100%. Danos na parte aérea da planta são mais comuns devido ao hábito alimentar mastigador ou sugador da maioria das pragas que atacam a cultura, sendo exemplos de algumas pragas

causadoras de danos irreversíveis na cultura, a lagarta-rosca (*Agrotis ipsilon*), pulgões (Aphididae sp.), mosca-branca (*Bemisia tabaci*), tripés (*Thripidae sp.*), vaquinha (*Diabrotica speciosa*), lagarta-armigera (*Helicoverpa armigera*), mosca-minadora (*Liriomyza sp.*), paquinhas (*Neocurtilla hexadactyla*), grilos (*Grillus assimilis*), lesmas, caramujos, caracóis e tatuzinhos (COLARICCIO; CHAVES, 2017). A lagarta verde (*Phlegethontius Carolina paphus*), Lagarta Rosca (*Agrotis ipsilon*), e, Lagarta do Cartucho (*Spodoptera frugiperda*) são as principais pragas que causam grandes danos na planta da alface prejudicando sua comercialização, pois danificam a folha da mesma, sendo assim os produtores de alface convencionais devido não ter uma grande exigência em seus insumos, acaba tendo uma ampla variedade de defensivos químicos contra pragas (MANSO *et al.*, 2017).

O produtor orgânico se encontra limitado por não existir registro de repelentes contra pragas, e, devido a este fato, os estudos de bioinseticidas e biofertilizantes são essenciais e de alta relevância para o desenvolvimento do cultivo orgânico na cultura da alface. Na busca de alternativas orgânicas, é encontrado no mercado a Calda Sulfocálcica que tem efeito fungicida e exerce ações sobre ácaros, lagartas e cochonilhas, Extrato de Alho para controle de pulgão e lagarta, Fumo de rolo (corda) eficaz no controle de lagarta e pulgão, exemplos de alternativa com baixo custo e segura para o produtor familiar (BARBOSA; SILVA; CARVALHO, 2006).

A exploração tanto da agricultura quanto pecuária resulta na geração de subprodutos orgânicos, que podem ser utilizados como biofertilizantes ou no controle de pragas, apresentando resultados importantes na aplicação em olerícolas. A urina de vaca é uma alternativa de uso de subprodutos derivados da pecuária leiteira, proporcionando melhor desenvolvimento da planta, antecipando seu ciclo, evitando pragas e a proliferação doenças (CAMPANHOLA; BETTIOL, 2003). A escolha do uso de subprodutos deve-se atentar a requisitos como, aplicação na dosagem correta, para não causar injurias nas plantas de interesse ou até mesmo erradicação da cultura devido de altas dosagens. Visto que, à cultura da alface ser de desenvolvimento rápido, a utilização da urina de vaca como biofertilizante e bioinseticida se torna uma alternativa de baixo custo e viável ao produtor.

Devido a cultura da alface ser uma herbácea folhosa, ela responde bem ao fornecimento de nitrogênio. A cultura absorve quantidades relativamente pequenas de nutrientes se comparadas a outras culturas, porém considerando seu ciclo curto a torna mais exigente na absorção de nutrientes, conseqüentemente havendo diminuição direta na produtividade da cultura com a deficiência de nutrientes (CAMPANHOLA; BETTIOL, 2003).

A urina fermentada de vaca é composta por vários nutrientes, entre eles nitrogênio (N) e potássio (K), que são macronutrientes essenciais para o desenvolvimento das plantas e além de possuir outros micronutrientes, possui também em sua composição o ácido indolacético que é um hormônio de crescimento que pode antecipar o ciclo da cultura e o priocatecol que é um aminoácido que fortalece os vegetais (PEREIRA *et al.*, 2010).

O objetivo deste trabalho foi avaliar a utilização de diferentes doses de urina de vaca fermentada no controle de lagarta e na produtividade da cultura da alface.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Local de instalação do experimento

O experimento foi instalado na Estrada José Vigilato de Castilho; coordenadas 21°23'11.2"S 50°03'48.5"W; Ponto de referência: Fazenda Boa Vista; Município de Penápolis- SP; Clima (Cwa) Subtropical úmido Clima.

2.2 Tratamentos

Foram testados cinco tratamentos, sendo eles: Testemunha (sem aplicação), tratamento químico (Avatar 16ml/100L), urina 25%, urina 50% e urina pura (100%), sendo avaliado quatro plantas por parcela, com quatro repetições, em delineamento experimental de blocos casualizados (DBC). A urina foi coletada na hora da ordenha, momento em que as vacas costumam urinar, com o uso de baldes e colocados em garrafas pet e deixado para curtir durante um período de 3 a 5 dias, armazenado em local sombreado.

2.3 Condução do experimento

Dado início ao experimento no dia 07 de maio de 2022 com levantamento dos canteiros, logo após realizou-se o plantio com espaçamento de 0,3m x 0,25x, área total da parcela de 1,2m x 1,2. Cobertos com sombrite 50%, cada canteiro foi incorporado com esterco de vaca, sendo 2 kgm² no preparo do solo 15 dias antes do transplante. Foi utilizado no experimento a cultivar alface americana, com o total de 4 plantas úteis por parcela.

As mudas foram adquiridas através da loja comercial Agrozil Comercio Fertilizantes Penápolis LTDA, município de Penápolis-SP. A irrigação foi feita duas vezes ao dia, sendo disponibilizado através de regador 5 litros de água por bloco na parte da manhã e 5 litros na parte da tarde. As aplicações dos tratamentos foram realizadas a cada 7 dias, a partir do transplante, sendo pulverizado com bomba costal 0,5L de cada tratamento, totalizando 4 aplicações.

2.4 Características avaliadas

2.4.1 Incidência de lagarta

Foi avaliado se houve ou não a presença da lagarta em cada tratamento.

2.4.2 Análise de matéria fresca

Para análise de matéria fresca, foi utilizado o processo direto, a fim da determinação da massa das amostras. Foram amostradas 04 plantas por parcela para obtenção da massa fresca. Após a coleta no dia 10 de agosto de 2022, 45 dias após o transplante, o material vegetal foi lavado sob jato de água para a retirada de terra. Em seguida alocadas na bancada do laboratório para escorrer o excesso de água, posteriormente, colocadas em sacos de papel as quatro plantas úteis de cada tratamento e, submetidas a pesagem em balança semi-analítica.

2.5 Análise estatística

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância e posteriormente ao teste de Tukey à 5% de significância pelo software SISVAR.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando-se a tabela 1, é possível notar que o desenvolvimento da alface americana com o uso da Urina Fermentada apresentou resultados significativos quando comparado com os tratamentos com controle químico. O tratamento com urina 100% ocasionou a queima das plantas, conseqüentemente, a morte delas. O tratamento com a concentração de 25% de urina proporcionou os maiores valores de matéria fresca, evidenciando o benefício e a vantagem do uso como biofertilizante na cultura.

Tabela 1: Matéria fresca da parte aérea (g) de plantas de alface aos 45 dias após o transplante em função da utilização do tratamento químico e as doses de urina de vaca.

TRAT	MFPA
UR 25%	1440,30 a
UR 50%	823,07 b
QUÍMICO	508,95 c
CONTROLE	329,50 c
UR 100%	0,0 d

Fonte: Dos autores.

Segundo Amorim, 2019, que analisou o desenvolvimento de sete variedades de alface, sendo elas a Cerbiatta, Giovana, Mônica, Simpson, Itapuã, Veneranda e Vitória com aplicação de urina de vaca, como biofertilizante, sendo utilizadas as dosagens de 0 e 60mL, após o transplante. O autor observou que para todos os resultados (folhas, altura, diâmetro, MFA e MSA), todas as variedades sofreu alguma elevação de valores, assim como neste trabalho. Em estudo realizado por Pereira *et al.* (2010), com diferentes dosagens de urina de vaca (0, 25, 50, 75, 100%), aplicadas diretamente no solo a cada 7 dias, a urina 100% concentrada

proporcionou aumento da matéria seca em 18% comparado à testemunha, o que e comprova que a urina é eficiente na nutrição de hortaliças. No trabalho de Araújo *et al.* (2014), também foram testadas diferentes dosagens de urina 0, 25, 75 e 100mL, com combinações de substratos na cultura do pimentão, todos os tratamentos obtiveram resultados que beneficiaram a cultura, comprovando que a urina de vaca aplicada em dosagens corretas é um eficiente biofertilizante.

Nesse estudo a urina fermentada de vaca, com a concentração de 25%, proporcionou maior desenvolvimento da planta em relação aos demais tratamentos utilizados, demonstrou-se eficiente como biofertilizante no cultivo da alface americana, devido aos seus compostos nutricionais (PEREIRA *et al.*, 2010). Também modificou o seu aspecto fisiológico e visual.

No estudo da urina fermentada como bioinseticida, foi possível notar a eficácia em relação ao tratamento controle, principalmente a partir da terceira semana de cultivo. Em relação ao tratamento químico, não houve diferença.

Segundo os dados de Jesus *et al.* (2020), a respeito de urina de vaca como biopesticida e biorepelente, onde foram testadas diferentes concentrações para avaliar a ação da urina como inibidora de bactérias, fungos e pragas. Foi concluído que ela controla pragas e doenças, de forma a trazer vantagens aos produtores com interesse em produções sustentáveis.

Os tratamentos realizados com a urina fermentada de vaca, como um bioinseticida de lagartas, mostraram-se eficaz no controle de lagartas e outros insetos que podem trazer danos a cultura da alface americana. No presente estudo, nos tratamentos com 25%, 50% de urina e no tratamento químico, não houve nenhum tipo de incidência de pragas agrícolas, já na testemunha houve a incidência de lagartas e outros tipos de insetos, tais como Lagarta-rosca, Cigarrinha e Bicho capixaba. Segundo o trabalho de Oliveira *et al.* (2019), a urina de vaca fermentada misturada com água a uma porcentagem de 1%, aplicado em hortaliças promove maior desenvolvimento nas plantas, além de proporcionar a repelência de pragas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que na cultura da alface americana, as dosagens de urina fermentada de vaca de 25% e 50%, repelem lagartas e outros tipos de insetos, deixando a cultura livre de pragas, além de proporcionar maior desenvolvimento das plantas, principalmente na concentração de 25%. A urina fermentada de vaca além de ser um bioinseticida também é um biofertilizante, sendo assim torna-se importante o estudo da dosagem ideal para a cultura da alface.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. B. *et al.* **Análises de variedades da alface submetidas a doses de urina de vaca.** 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6155>. Acesso em: 24 out. 22.

ABCSEM-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE SEMENTES E MUDAS. **O mercado de folhosas: números e tendências.** 2013. Disponível em: https://www.abcsem.com.br/upload/arquivos/O_mercado_de_folhosas__Numeros_e_Tendencias_-_Steven.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

BARBOSA, F. R.; SILVA, C. S. B.; CARVALHO, G. K. L. Uso de inseticidas alternativos no controle de pragas agrícolas. **Embrapa**, Petrolina, 2006. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/33455/1/SDC191.pdf>. Acesso em 21 maio 2022.

CAMPANHOLA, C; BETTIOL, W. **Panorama sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.** 2003. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1076531/1/Campanholapanorama.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

COLARICCIO, A; CHAVES, A. L. R. **Aspectos Fitossanitários da Cultura da Alface.** 2017. Disponível em: http://repositoriobiologico.com.br/jspui/bitstream/123456789/170/1/boletim_alface.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

ARAÚJO, D. L. *et al.* Efeito de fertilizante à base de urina de vaca e substratos em plantas de pimentão. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 173-185, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/35270>. Acesso em: 24 out. 2022.

JESUS, D. *et al.* Urina de vaca como biopesticida e biorepelente: revisão sistemática da literatura. **Research, Society and Development**, Ijuí, v. 9, n. 12, p. e48191211494- e48191211494, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11494>. Acesso em: 24 out. 22.

OLIVEIRA, A. T. *et al.* Desenvolvimento sustentável: a realização de práticas agroecológicas por meio do uso de defensivos alternativos. In: **10ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2019. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/10jice/paper/view/9754>. Acesso em: 25 out. 22.

SANTOS FARIAS, D. B. *et al.* Cobertura do solo e adubação orgânica na produção de alface. **Revista de Ciências Agrárias Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences**, São Cristóvão v. 60, n. 2, p. 173-176, 2017. Disponível em: <http://ajaes.ufra.edu.br/index.php/ajaes/article/view/2493>. Acesso em: 13 out. 2022.

FINATTO, J. *et al.* A importância da utilização da adubação orgânica na agricultura. **Revista destaques acadêmicos**, Taquari, v. 5, n. 4, 2013. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/327>. Acesso em: 6 out. 2022.

OLIVA, F. A. *et al.* Custo de produção e sustentabilidade da alface. **Colloquium Agrariae**, Presidente Prudente vol. 12, n. Especial, Jul-Dez, p. 30-35, 2016. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Agrariae/Agronomia/CUSTO%20DE%20PRODU%C3%87%C3%83O%20E%20SUSTENTABILIDADE%20DA%20ALFACE.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

PEREIRA, P. M. *et al.* Efeito da urina de vaca no cultivo da alface. In: **Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**. V. 2010. Anais do V CONNEPI, Maceió: Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Alagoas, 5 p. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/767/472>. Acesso em: 15 maio 2022.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS. **Boletim Técnico Aspectos Fitossanitários da Cultura da Alface**. São Paulo: Instituto Biológico, 2017. Disponível em http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/files/pdf/Boletins/Alface_2017/boletim_alface.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA) – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **A produção da Agropecuária Paulista: considerações frente a anatomia climática**. São Paulo: IEA, 2015. Disponível em <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=13660>. Acesso em: 15 maio 2022.

XAVIER, W. P. *et al.* Produção de biopesticidas para o controle ecológico de pragas agrícolas em hortas orgânicas. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada RBAI**, Fortaleza, v. 12, n. 4, p. 2808-2813, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Francisca>

Borges/publication/327273887_PRODUCAO_DE_BIOPESTICIDAS_PARA_O_CONTROLE_ECOLOGICO_DE_PRAGAS_AGRICOLAS_EM_HORTAS_ORGANICAS/links/60bf91c992851ceef16562fc/PRODUCAO-DE-BIOPESTICIDAS-PARA-O-CONTROLE_ECOLOGICO-DE-PRAGAS-AGRICOLAS-EM-HORTAS-ORGANICAS.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

YURI, J. E. *et al.* Nutrição e adubação da cultura da alface. In: PRADO, R.M., CECÍLIO FILHO, A. B. **Nutrição e adubação de hortaliças**. Jaboticabal: FCAV/CAPES, 2016. p. 559- 577. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1044447/1/Milanez20162.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabrina Ramires SAKAMOTO¹

Bruno Monteiro SILVA²

Patrícia Alves da SILVA³

João Luís dos SANTOS⁴

Renato COSTENARO⁵

RESUMO

As atividades lúdicas, que podem se expressar no jogo, no brinquedo ou brincadeira, auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, estimulando a criatividade e estabelecendo relações. Incluir o lúdico em sala de aula oportuniza a socialização, exercita o raciocínio e promove a autoestima. O presente trabalho tem por objetivo evidenciar o modo como as atividades lúdicas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem ao longo da educação infantil. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Education Resources Information Center (ERIC) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram incluídos os artigos completos, com resumos disponíveis e relacionados ao objeto da pesquisa, nos idiomas português e inglês, oriundos de periódicos nacionais e internacionais, publicados entre os anos 2009 a 2019. Houve a amostra final de cinco estudos analisados que demonstraram que as atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento de aptidões físicas, mentais e emocionais. Educadores confirmam que, quando a vivência de experiências lúdicas é adequada ao estágio de desenvolvimento da criança, elas auxiliam o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Criança; Lúdico; Educação Infantil; Métodos de Ensino; Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE.

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE.

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE.

⁴ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE.

⁵ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE.

The playful activities, which can be expressed in the game, in the toy or play, help in the teaching-learning process, stimulating creativity and establishing relationships. Including playfulness in the classroom provides socialization, exercises reasoning and promotes self-esteem. This paper aims to highlight the way that playful activities contribute to the teaching and learning process throughout early childhood education. Performed a literature review. The search was performed in the Education Resources Information Center (ERIC) and Scientific Electronic Library Online (SCIELO) databases. The complete articles, with available abstracts and related to the research object, in Portuguese and English, from national and international journals, published between 2009 and 2019, were included. There was a final sample of five analyzed studies that demonstrated that the activities Playful skills enable the development of physical, mental and emotional skills. Educators refute that when the experience of playful experiences is appropriate to the developmental stage of the child during the teaching and learning process.

Keywords: Child; Playful; Child education; Teaching methods; Teaching and Learning.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre psicologia cognitiva publicados ao longo do último século confirmam que atividades lúdicas como a brincadeira e o faz de conta podem contribuir positivamente, e de diferentes maneiras, para o desenvolvimento de aspectos físicos, cognitivos, sociais e psíquicos de uma pessoa. Influenciadas por esse dado, as teorias pedagógicas propostas ao longo das últimas décadas têm recolocado o lúdico como seu ponto de destaque, apresentando-o como importante instrumento para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente na educação infantil. Através de brincadeiras apropriadas a cada etapa de seu desenvolvimento, a criança é envolvida em um processo de “aprendizagem” por meio do ato brincar, aprendendo a lidar com fatores como interação e trabalho em grupo que a ajudarão a formar uma personalidade mais íntegra, saudável e completa (KAUFMANN-SACCHETTO *et al.*, 2011).

Sendo assim, no contexto deste trabalho, a atividade lúdica será considerada mais especificamente em relação à sua aplicação de metodologia de ensino: ao fazer uso de atividades que geram a sensação de divertimento no aprendiz, criam empatia com os temas ensinados, tornando o aprendizado mais atrativo e divertido.

O lúdico e seus impactos psicológicos

O sentido moderno da palavra “lúdico” tem sua origem no termo latino *ludus*, que significa jogos, brincadeiras. Assim, uma atividade lúdica pode ser entendida como todo e qualquer ação cuja execução está intrinsecamente ligada ao objetivo de se produzir prazer, divertindo o praticante. As atividades lúdicas abrangem "os jogos infantis, a recreação, as competições, as representações litúrgicas e teatrais, os jogos de azar" (HUIZINGA, 2008), e podem ser aplicadas com diversos objetivos voltados ao nosso desenvolvimento. De acordo com Rau (2007, p.53 *apud* KYA):

Muitos aspectos podem ser trabalhados por meio da confecção e da aplicação de jogos selecionados, com objetivos como: aprender a lidar com a ansiedade; refletir sobre limites; estimular a autonomia; desenvolver e aprimorar as funções neurosensoriomotoras; desenvolver a atenção e a concentração; ampliar a elaboração de estratégias; estimular o raciocínio lógico e a criatividade.

O ato de brincar esteve presente em diferentes períodos do desenvolvimento da humanidade (SANT’ANNA, NASCIMENTO, 2011). Caracterizado como um comportamento que leva ao prazer, ele representa uma oportunidade para a criança expressar suas fantasias internas: é uma atividade cotidiana fundamental durante o desenvolvimento infantil, apresentando grande significado para trabalhar a identidade, a autonomia e a imaginação.

Na história antiga há relatos de que o ato de brincar era desenvolvido por toda a família, até quando os pais ensinavam os ofícios para seus filhos. Destacamos que para cada época e sociedade a concepção sobre educação sempre teve um entendimento diferenciado, logo o uso do lúdico seguiu tal concepção. Os povos primitivos davam à educação física uma importância muito grande e davam total liberdade para as crianças aproveitarem o exercício dos jogos naturais, possibilitando assim que esses pudessem influenciar positivamente a educação de suas crianças. (SANT’ANNA, NASCIMENTO, 2011, p. 19-36).

Os mais antigos relatos sobre as atividades lúdicas como forma de socialização e aprendizado remontam à Grécia Antiga. Lutas, jogos, concursos, peças teatrais e outras diversas atividades semelhantes eram entendidas como necessárias à manutenção da coesão social e à formação de seus cidadãos, já que transmitiam conceitos importantes para a vida na polis. Algumas dessas atividades ainda passaram a receber um caráter de rito religioso, tornando-se práticas que permitiam aos homens entrarem em contato com seus deuses.

Mesmo séculos mais tarde, já no período da Idade Média na Europa, as atividades lúdicas tinham um papel social muito importante. Longe de serem vistas como atos fúteis e “não produtivos”, as brincadeiras e danças, para as quais tanto adultos quanto crianças eram convidados a participar ativamente, eram praticadas como forma de socialização, estreitando laços entre as pessoas e criando nelas um sentimento de comunidade. “Era uma forma pela qual os indivíduos davam significados aos seus atos, manifestavam sua religiosidade, aproveitavam seu tempo, cultivavam suas tradições e as relações comunitárias” (ROLIM, A.; GUERRA, S.; TASSIGNY, 2008, p.176).

Como o desenvolvimento tecnológico e a criação do trabalho mecanizado durante o período da chamada Revolução Industrial, gradativamente essas atividades lúdicas foram perdendo seu caráter de “ensinamento social”, ganhando agora um sentido mais pejorativo de ociosidade. Esse aspecto teve reflexos diretos nas teorias da educação, que foram deixando de lado o conceito de “aprender brincando” para substituí-lo por um sistema “mecanicista de aprendizado”.

Contudo, com o estabelecimento da Psicologia como ciência no final do século XIX, muitos pesquisadores passaram a ter um novo entendimento sobre como a mente humana funciona. Essas descobertas, aplicadas à Pedagogia, passaram a resgatar a importância dada ao lúdico nos séculos anteriores, reafirmando-o como prática essencial para nosso desenvolvimento intelectual, influenciando sua gradativa inserção nas modernas práticas de ensino.

A atividade lúdica desenvolve capacidades consideradas importantes para o nosso crescimento, como atenção, memória e imaginação, aprofundando a interação social e contribuindo para a ampliação dos conhecimentos infantis e no desenvolvimento humano (LOPES, 2006; SILVA, 2018).

Segundo Piaget (1978), tanto brincadeiras quanto os jogos são essenciais para o processo de ensino e aprendizagem, e, por isso, estabeleceram-se no mundo contemporâneo como atividades indispensáveis durante a prática educativa. De acordo com ele, esse tipo de atividade vai além de um mero entretenimento para manter as crianças distraídas e ocupadas.

Aqui, as atividades lúdicas devem ser entendidas e tratadas como formas de desenvolvimento das atividades intelectuais e psicomotoras da criança, as quais impactarão profundamente como ela lidará com suas emoções, suas habilidades de interagir socialmente e todos os demais aspectos de sua personalidade. Dito de outra forma, essas atividades formariam a base das atividades intelectuais da criança, e, portanto, são indispensáveis a qualquer prática educativa.

Outros pensadores, como Wallon, Dewey, Leif e Vygotsky também defendem o uso do lúdico como essencial para a prática educacional, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, intelectual e social dos alunos. Dentre esses pesquisadores, o psicólogo bielo-russo Lev Vygotsky teve um papel de destaque no desenvolvimento do tema no século XX.

Sobre o aprendizado, Lev Vygotsky (1999, p. 117-18) diz que:

[...] Um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele [...] despertar vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento da criança.

De acordo com esse pensador, a brincadeira exerce uma influência importante durante a nossa fase de desenvolvimento infantil:

Segundo as teorias de Vygotsky o ser humano se desenvolve a partir do aprendizado, que envolve a interferência direta ou indireta de outros seres humanos, sendo que a mediação faz a diferença, interferindo na relação de aprendizagem da criança e fazendo com que as funções psicológicas superiores se desenvolvam no ser humano. Cita que o jogo é um instrumento importante para esse desenvolvimento, sendo que os jogos e suas regras criam nos alunos uma zona de desenvolvimento proximal (ZDP), proporcionando desafios e estímulos para a busca de conquistas mais avançadas, ensinando também a separar objetos e significados. Vygotsky explica que a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é o percurso que o ser humano faz até chegar a um nível de amadurecimento real, sendo chamado por ele de zona de desenvolvimento real (ZDR) que é

a capacidade do ser humano realizar tarefas independentes. (SANT'ANNA, NASCIMENTO, 2011, p. 19-36).

A brincadeira é apreendida pela criança, em primeiro lugar, de maneira simples, como pura interação com o mundo à sua volta, possibilitando tomar contato com objetos e sensações que ajudam a moldar sua percepção sobre si mesma e seu espaço. Mais adiante, a atividade lúdica funcionará também como forma de satisfação psicológica para que ela “viva” realidades que seriam impossíveis ou improváveis fora do ambiente imaginário, desenvolvendo assim sua criatividade.

No entanto, à medida que passa a interagir com outras crianças de sua faixa etária, a brincadeira irá tomar novas dimensões que vão além dos aspectos simbólicos desenvolvidos inicialmente. Aqui, ela terá de lidar com outras vontades, em um contexto que não é mais apenas seu, sendo obrigada a interagir dentro de regras de comportamento que se conformam com o grupo e com o que está sendo representado na brincadeira na qual ela está participando. Esse processo ajudará a criança a internalizar regras de conduta, valores, modo de agir e de pensar de seu grupo que exercerão forte influência na orientação do seu comportamento social e desenvolvimento cognitivo.

No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário. No brinquedo, é como se ela fosse maior do que na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1999, p. 134-35)

Os jogos estão presentes nas vidas de todas as pessoas, não apenas quando elas são crianças, tendo se tornado instrumentos a serem levados em consideração pelos educadores em qualquer nível de ensino. A utilização de uma atividade lúdica irá provocar estímulos nas pessoas, proporcionando o desenvolvimento de diversas funções (SANT'ANNA, NASCIMENTO, 2011).

O uso de jogos e atividades lúdicas como estratégia durante o ensino-aprendizagem pode contribuir para despertar o interesse dos alunos, a sua socialização, elaboração de conceitos e relações lógicas e integrar percepções. Essas atividades fazem parte da construção do sujeito (RAU, 2007). Além disso, situações

lúdicas auxiliam a criança a lidar com sentimentos, colaborando com o seu amadurecimento e influenciando as decisões que ela tomará durante a sua vida adulta (KAUFMANN-SACCHETTO *et al.*, 2011).

Diferentes atividades lúdicas podem ser praticadas rotineiramente. Marcia Cristina Kiya (2014) apresenta como exemplos disso artes plásticas, expressão corporal, música e brinquedos, entre outros, sendo capaz de integrar diferentes contextos, facilitando a aprendizagem e auxiliando no desenvolvimento pessoal através do estímulo crítico e criativo.

No ambiente educacional, o professor apresenta papel fundamental para escolha do melhor material e método lúdico, assim planejando sua aplicação, ambiente e atividade realizada. O professor precisa conhecer seus alunos para conseguir um maior aproveitamento da ação utilizada, sendo capaz de considerar especificidades como melhor adequação à faixa etária, metodologia, aplicabilidade, além dos recursos físicos e materiais disponíveis para o desenvolvimento (KIYA, 2014).

No processo de formação, o docente deve considerar a instrução de professores com conhecimento lúdico, proporcionando um conhecimento profundo para apropriar-se desse tipo de ensino como uma estratégia que estabeleça relações diretas entre aprendizagem e brincadeiras, jogos e o brinquedo (KLASSMANN, 2013).

A utilização de recursos lúdicos durante a vida escolar se apresenta como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem, de maneira muito eficaz e diferencial para interação entre docente e discente. Aqui, o lúdico tem impacto importante no desenvolvimento das crianças, já que, ao despertar seu interesse e participação em uma dada atividade, ele as ajuda a ligarem subconscientemente a ideia de prazer ao ato de estudar, ajudando-as assim a encararem mais positivamente essas situações em diversos momentos de suas vidas. Isso por si só já caracterizaria as atividades lúdicas como práticas de aplicação diferencial e estratégica para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem (KISHIMOTO, 2011; RAU, 2007).

O estudo *O ambiente lúdico como fator motivacional na aprendizagem escolar* desenvolvido por Kaufmann-Sacchetto *et al.* (2011) enfatiza a importância

de um corpo discente automotivado, com gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo para realização das atividades lúdicas, além do ambiente lúdico que permita o uso da criatividade da criança, proporcionando uma aprendizagem dinâmica e divertida:

[...] para que tenhamos um corpo discente automotivado, é necessário que educadores, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo compreendam o alunado como ávido pelo novo e pelo conhecimento, mas que para tanto precisamos compreender que só ocorrerá um aprendizado significativo desestabilizando-o, proporcionando-lhe um ambiente lúdico que permita elucubrações, fantasias e uso da criatividade, sondando, criando situações-problema, desafiando-os e provocando-os a trazer para o seu cotidiano o uso prático daquele novo conhecimento. Desta maneira, não haverá escola chata, indisciplina e acomodação. Mas, uma aprendizagem dinâmica, divertida e perene. (KAUFMANN-SACCHETTO *et al.*, 2018, p. 7).

No brincar, estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos, sendo relativa também a conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo viabiliza a aprendizagem do indivíduo, seu conhecimento e sua compreensão do mundo sem nem mesmo que este o perceba.

Independentemente da época, cultura e classe social aos quais as crianças pertencem, os jogos e brinquedos certamente fazem parte de suas vidas, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria e de sonhos no qual a realidade e o faz de conta se confundem (BRITO; CAMPOS; ROMANATTO, 2014).

Sendo assim, as atividades lúdicas caracterizam-se como atividades universais, capazes de serem adaptadas e replicadas de acordo com o meio social e o contexto em que estão inseridas.

O jogo encontra-se na gênese do pensamento, da autodescoberta, da necessidade/possibilidade de criar, experimentar e transformar o mundo. No escopo da educação, são estimados os desafios presentes a serem enfrentados para que tal temática seja considerada como geradora dos progressos científicos (ASSIS *et al.*, 2015).

Nesse sentido, Rolim, Guerra e Tassigny (2008, p.178) afirmam que:

A relação entre o desenvolvimento, o brincar e a mediação são primordiais para a construção e novas aprendizagens. Existe uma estreita vinculação entre as atividades lúdicas e as funções psíquicas superiores, assim pode-se afirmar a sua relevância sociocognitiva para a educação infantil. As

atividades lúdicas podem ser o melhor caminho de interação entre os adultos e as crianças e entre as crianças entre si para gerar novas formas de desenvolvimento e de reconstrução de conhecimento.

Além de despertar a atenção das crianças e estimular sua criatividade, os jogos podem se constituir em ferramentas que potencializam a aprendizagem, proporcionando um ambiente no qual prevalecem atividades lúdicas, despertando na criança uma atmosfera de confiança, resultando em uma aprendizagem rica e duradoura (KIYA, 2014).

É papel da educação formar pessoas críticas e criativas, que criem, inventem, descubram e que sejam capazes de construir seu próprio conhecimento, evitando assim repetirem simplesmente o que os outros já fizeram, aceitando tudo o que lhes é oferecido. Daí a importância de se ter alunos que sejam ativos e que desde cedo aprendem a descobrir, adotando assim uma atitude mais de iniciativa do que de expectativa (KIYA, 2014).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Evidenciar o modo que as atividades lúdicas contribuem para os processos de ensino e aprendizagem ao longo da educação infantil.

2.2. Objetivos específicos

Relevar as principais qualidades de utilização das atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem;

Ressaltar a importância da utilização de estratégias lúdicas ao longo de toda a educação infantil.

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

Para este trabalho, foi realizada uma revisão integrativa da literatura visando apresentar a maneira na qual as atividades lúdicas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem durante a educação infantil. A revisão de literatura possibilita a busca, avaliação crítica e síntese de um determinado conhecimento como produto da produção, e também perdura na estruturação de um conhecimento baseado em evidências do assunto, permitindo, assim, reunir múltiplos estudos e suas principais evidências a respeito de uma determinada área do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A revisão integrativa compreende cinco etapas básicas para sua execução. Primeiramente, foi estabelecido o problema, definindo dessa forma o tema da revisão através de questão ou hipótese. Em seguida, foi realizada uma seleção da amostra, na qual foram definidos os critérios de inclusão e a caracterização dos estudos pesquisados. A partir dessas etapas, foi realizada uma análise dos resultados encontrados referentes à temática pesquisada, finalizada com a apresentação e discussão de pontos relevantes encontrados na literatura (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

3.2 Definição do problema

Conforme dito anteriormente, torna-se relevante investigar como é entendido atualmente o impacto das atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, uma vez que a literatura sobre o assunto tem sofrido constante atualização ao longo dos anos, com novas descobertas diárias. Por fim, a fim de informar o que tem sido publicado sobre o tema em questão, foi realizado um levantamento bibliográfico.

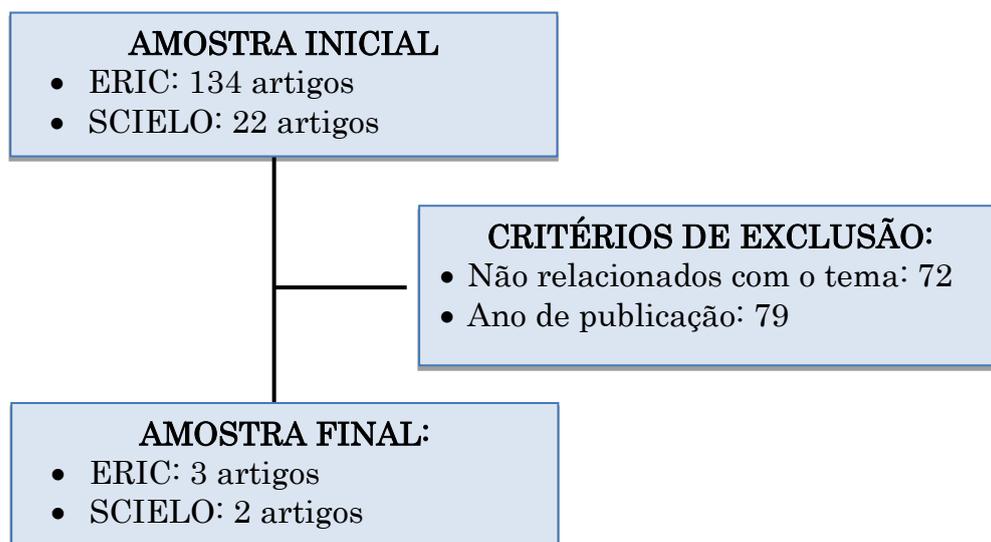
3.3 Delineamento da amostra, coleta e análise dos dados

Foi realizada a seleção da amostra nas bases de dados *Education Resources Information Center* (ERIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). A base de dados ERIC é caracterizada como uma base do tipo referencial mantido sob responsabilidade do *Institute of Education Science* (IES), órgão pertencente ao *U.S.*

Department of Education. Ela contém mais de 1.6 milhões de referências bibliográficas e resumos de artigos científicos (ERIC, 2019), reunindo revistas de diferentes editores nas áreas das Ciências da Educação, o que proporciona acesso global a grande parte da literatura científica publicada sobre o tema em questão. A base de dados SCIELO é uma biblioteca eletrônica na qual é apresentada uma coleção selecionada de periódicos científicos, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de uma metodologia para preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica no formato virtual (SCIELO, 2019).

Como estratégia de busca, utilizou-se como descritores: *playful AND child education*. No processo de seleção dos artigos, foram analisados inicialmente os títulos e os resumos das publicações encontradas na literatura. Foram incluídos os artigos completos, com resumos disponíveis e relacionados ao objeto da pesquisa, nos idiomas português e inglês, oriundos de periódicos nacionais e internacionais, indexados nas bases de dados referidas, publicados entre os anos de 2009 e 2019. Foram excluídos artigos de revisão e aqueles que não estavam disponíveis na íntegra por meio das bases de dados. A busca foi realizada no mês de julho de 2019. Os artigos listados em ambas as bases de dados foram utilizados apenas uma vez, permitindo assim a configuração da Figura 1.

Figura 1 – Fluxo grama do levantamento de dados utilizado nas bases de dados ERIC e SCIELO sobre a aplicação de atividades lúdicas durante a educação infantil, 2019



Fonte: Elaborada pela autora.

Inicialmente, foram encontrados 156 artigos na busca realizada através dos descritores mencionados anteriormente, com o resultado de 22 artigos na SCIELO e 134 artigos na ERIC. Após uma seleção prévia através da leitura dos títulos e resumos dos artigos foram selecionados 5 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação lúdica compreende um conjunto de técnicas que facilitam a construção coletiva dos saberes. Ao longo do século XXI, com o desenvolvimento de inúmeras tecnologias digitais, bem como a disseminação de seu acesso tanto por parte dos professores quanto dos alunos, deu ao uso do lúdico uma dimensão sem precedentes na história da Pedagogia, beneficiando ambos os lados dentro do processo de ensino. Contudo, é importante que o uso dessas e quaisquer outras ferramentas seja feito com um planejamento voltado às necessidades específicas dos alunos dentro de cada faixa etária, como explica Kiya (2014, p.16):

Portanto, para que o jogo tenha um cunho educativo, o professor precisa conhecer as necessidades de seus alunos para que, através de uma intervenção pedagógica planejada, ele consiga adaptar o jogo ou outra atividade lúdica qualquer aos conteúdos a serem trabalhados e aos objetivos do ensino que ele pretende alcançar.
[...]

Para isso o professor precisa ter claro quais conhecimentos são necessários para que o aluno tenha condições de assimilar o (s) conteúdo (s) trabalhado e de que forma ele conduzirá seu trabalho para que a aprendizagem de fato aconteça. Portanto, para que o uso do jogo e da ludicidade como recurso pedagógico se dê de forma adequada, é preciso de conhecimento e pesquisa por parte do professor.

Esta revisão integrativa foi realizada com o objetivo de resumir as evidências disponíveis sobre o modo como as atividades lúdicas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem ao longo da educação infantil.

Foram selecionados 5 artigos, sendo 2 publicados em português e 3 em inglês. As áreas do conhecimento avaliadas foram, em sua maior parte, a prática dos jogos na educação infantil de forma lúdica, perfazendo um total de 2 artigos publicados, seguido da didática no aprendizado das disciplinas escolares, com 2

artigos contemplados em periódicos e 1 artigo abordando o escopo da memória do aluno.

Dentre os 5 artigos incluídos nessa revisão integrativa, 2 foram extraídos da base de dados SCIELO, enquanto os outros 3 foram encontrados na base de dados ERIC. A respeito do critério de inclusão dos artigos utilizados neste estudo, foram selecionados aqueles publicados nos últimos dez anos (2009-2019) – os artigos encontrados foram dos anos 2015, 2016, 2018 e 2019. Em relação aos objetivos dos artigos, observa-se na Tabela 1 que a maioria deles buscavam identificar aprendizagem lúdica como uma abordagem pedagógica alternativa e poderosa, influenciando na intensificação de sua prática. Na mesma tabela encontra-se o levantamento bibliográfico feito, de acordo com a ordem cronológica dos estudos.

Durante a leitura dos artigos, foram realizadas fichas de leitura compostas de elementos relacionados à base de dados, ano de publicação, primeiro autor, título, principais objetivos e principais resultados encontrados, conforme também demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1- Identificação dos artigos utilizados em ordem cronológica segundo: ano, autor, título, objetivo e resultados. Penápolis-SP, 2020.

Ano	Autor	Título	Objetivo	Principais Resultados
2015	Lívia Carvalho de Assis	Jogo e protagonismo da criança na educação infantil	Analisar o uso e a apropriação que as crianças fazem do jogo em um Centro de Educação Infantil de Vitória.	Evidenciaram a produção cultural das crianças nas relações que estabelecem com o jogo, denotando o seu protagonismo.
2016	Jennifer Mary Zosh	<i>Playing with Mathematics: How Play Supports Learning and the Common Core State Standards</i>	Revisar evidências da literatura sobre a aprendizagem lúdica como uma abordagem pedagógica alternativa e poderosa.	Aplicado os princípios da aprendizagem lúdica a padrões estatais específicos para a matemática e apresentou maneiras promissoras de melhorar o aprendizado de matemática na sala de aula.

2016	Geerdina van der Aalsvoort	<i>Working across Disciplines to Understand Playful Learning in Educational Settings</i>	Entender o que as crianças estão fazendo e aprendendo quando brincam em ambientes educacionais.	Encontraram um forte potencial na concepção e implementação de abordagens combinadas para o estudo da aprendizagem lúdica, deixando ir as diferenças culturais e, em vez disso, concentrando-se em tirar a mensagem.
2018	Marilicia Witzler Antunes Ribeiro Palmieri	Jogos cooperativos e a promoção da cooperação na educação infantil	Incentivar/ estimular a participação coletiva das crianças no contexto dos jogos cooperativos.	Valoriza-se a proposta dos jogos cooperativos na educação infantil como um recurso educativo essencial para as professoras integrarem práticas lúdicas de cooperação e de solidariedade e gerar processos de negociação de conflitos e a internalização de valores construtivos, para que a criança venha a construir novos significados sobre a sua participação em brincadeiras.
2019	James M. Ernest <i>et al.</i>	<i>Childhood Remembered: Reflections on the Role of Play for Holistic Education in Armenia, Kuwait, Saudi Arabia, the USA, and Wales</i>	Apresentar uma breve visão geral dos potenciais e tradicionais benefícios acadêmicos e de desenvolvimento do brincar.	Argumentos que focaliza uma consideração do benefício do jogo: exploram as reflexões culturais dos professores sobre a natureza e o valor do jogo através de relatos pessoais, fornecendo as recomendações para uso dos jogos na educação infantil.

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de Josh *et al.* (2016) utilizou os resultados de alunos americanos nos testes de matemática do Programme for International Student Assessment (PISA) de 2012 – no qual eles tiveram desempenho abaixo da média em

Matemática – como ponto de partida para discutir a necessidade de melhorias nas técnicas de ensino que revertam esse quadro e o papel que as atividades lúdicas podem desempenhar nesse processo.

Nesse trabalho, que focou o ensino da Matemática (tendo-se em vista ser essa a área com pior desempenho), os autores partiram de uma pesquisa de 2013 realizada por Fisher, Hirsh-Pasek, Newcombe e Golinkoff para identificar três tipos de atividades de aula envolvendo formatos geométricos: 1) instrução didática, na qual o professor expõe o conteúdo, enquanto os alunos apenas ouvem; 2) brincadeira guiada, na qual os professores guiam os alunos mais diretamente durante as atividades, auxiliando-os na descoberta de pontos importantes sobre geometria; e 3) brincadeiras livres, nas quais os alunos interagem livremente com os objetos. De acordo com Zosh *et al.* (2016, p.45), no estudo de 2013 ficou claro que:

A aprendizagem lúdica aborda os objetivos de aprendizagem por meio de uma variedade de métodos de brincadeiras dirigidas à criança, incluindo brincadeira livre e brincadeira guiada. O jogo guiado, em particular, tem se mostrado mais eficaz do que o jogo livre ou a instrução direta em algumas circunstâncias. [Trad. Nossa]

Em seguida, o artigo corrobora esse resultado apresentando três experiências nas quais foram utilizadas atividades lúdicas como possibilidades pedagógicas poderosas na instrução dos alunos sobre pontos presentes no Núcleo comum dos Padrões Estaduais para Matemática dos EUA: Caso 1) conhecer os nomes dos números e a sequência de contagem (alunos da Educação Infantil); Caso 2) Razão com Formas e Seus Atributos (Ensino Fundamental 1); e Caso 3) Representar e resolver problemas que envolvem multiplicação e divisão (Ensino Fundamental 3).

Para cada um dos casos, os pesquisadores apresentam exemplos de propostas promissoras para melhorar o aprendizado em sala de aula, com a incorporação de jogos durante a aula visando aumentar o engajamento dos alunos. Eles afirmam que, enquanto as crianças estão simplesmente envolvidas em jogos, é possível, sim, que elas aprendam os conteúdos para o desenvolvimento de sua performance escolar:

A aprendizagem não é incompatível com o prazer e é mais provável que ‘grude’ na mente das crianças quando estas estão engajadas e envolvidas nesse processo. Embora a aprendizagem lúdica não seja o único mecanismo que leva à aprendizagem, as evidências mostram que pode, em alguns casos, levar a uma aprendizagem mais forte do que outras técnicas. As ferramentas para a aprendizagem lúdica já existem nas salas de aula de hoje, tornando esta técnica prontamente disponível – de brincadeiras com objetos a jogos de tabuleiro ou digitais. Brincar e aprender não precisam ser propostas separadas; aprender novos conceitos em matemática e muito mais pode ser divertido. Essa abordagem tem consequências potenciais de longo prazo. (ZOSH *et al.*, 2016, p.48). [Trad. Nossa].

Já o trabalho *Jogo e protagonismo da criança na educação infantil*, realizado por Livia Assis *et al.* (2015), estudou o lúdico na aprendizagem durante quatro meses do ano de 2011 em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Vitória, Espírito Santo, analisando os usos e apropriações que professores fazem das atividades lúdicas nas aulas de Educação Física com crianças de cinco a seis anos.

Os dados produzidos evidenciam que o jogo foi vivenciado em duas dimensões: em momentos espontâneos, em que há a presença do adulto, entretanto ele não intervém na organização das atividades realizadas pelas crianças; e em momentos de aula de Educação Física, em que há a presença e o direcionamento do professor.

[...]

Quando as atividades são realizadas em momentos espontâneos, como na hora do parquinho e do recreio, é possível perceber a predominância dos jogos simbólicos. [...]. Neles, os jogadores internalizam papéis sociais e situações que diferem da realidade imediata em que estão inseridos. (ASSIS *et al.*, 2015, p. 101).

De acordo com os autores, foi possível identificar que, durante os jogos, as crianças transitaram por situações imaginárias, porém mantinham-se ativas à realidade ao escolherem objetos que se assemelham para brincar. Durante as práticas observadas, foi possível apreciar a espontaneidade das crianças e as relações sociais criadas durante suas interações com o restante do grupo:

As ações das crianças, nessas brincadeiras, geralmente se submetem às condutas/regras típicas das situações representadas. São justamente as regras implícitas nas brincadeiras que fazem com que elas se comportem de forma mais avançada do que aquele habitual para sua idade. Elas internalizam papéis sociais que estão além do seu nível de desenvolvimento real

[...]

Na incorporação de papéis sociais, mediada pelo jogo simbólico, não há apenas uma reprodução mecânica do que acontece na vida social. Ocorre

um processo de apropriação, tornando o momento da brincadeira como um espaço em que a realidade é pensada, transformada e reinventada, sob os seus próprios modos de ser (BORBA *apud* ASSIS *et al.*, 2015, p. 102).

Contudo, apenas dar espaço para as que as crianças desfrutam de atividades lúdicas não seria suficiente. Nesse sentido, os autores afirmam que:

Observamos que a produção e criação das crianças nesses momentos espontâneos traz uma dimensão potencializadora para a prática pedagógica. No entanto, esses produtos criados por elas se perdem, na medida em que não há lugares onde se possa demarcar essa produção. Com isso, destacamos a necessidade de criar um lugar de autoria, e que essas experiências sejam registradas, para, então, dar visibilidade ao modo como as crianças produzem diferentes formas de vivenciar o que é ser criança, sendo colocadas como protagonistas da sua própria formação e produtoras de cultura. Por meio do ato de registrar, apontamos uma possibilidade para o professor de Educação Física conduzir a sua ação docente, pois esses fazeres infantis, que geralmente passam no anonimato, podem se constituir em subsídios para orientar as suas práticas pedagógicas (ASSIS *et al.*, 2015, p. 102).

Assis *et al.* (2015) também enfatizam o protagonismo infantil nos ambientes lúdicos dos jogos e das brincadeiras, destacando que dificilmente esse mesmo protagonismo ocorrerá em locais nos quais predomina a racionalidade do adulto. Porém, faz-se necessário prestar atenção nas crianças, ouvindo seus interesses, necessidades e expectativas em relação à ação lúdica aplicada:

Na perspectiva do protagonismo infantil, atribui-se ao jogo a conotação de mediar as relações sociais. Para isso, deve valorizar as formas espontâneas e voluntárias de jogo, assim como focalizar os diferentes jogos que elas trazem dos seus variados contextos de inserção social. Ao assumir essa postura, não se está negando a intencionalidade pedagógica da escola e nem a função de intervenção do professor, mas sinalizando que ambos (aluno e professor), de uma maneira diferenciada, fazem parte do processo ensino-aprendizagem.

[...]

Com base nos dados analisados neste estudo, compreendemos que uma prática pedagógica em educação da infância que se pretende mais respeitadora da criança precisa converter as 'pistas', nem sempre explícitas, dadas pelos infantis nas práticas cotidianas em procedimentos de ensino que valorizem as suas produções culturais. Para isso, as táticas empreendidas pelas crianças, ante as estratégias estabelecidas nas relações assimétricas de poder, precisam vir à tona e ganhar visibilidade, rompendo com uma cultura escolar adultocêntrica (ASSIS *et al.*, 2015, p.110-11).

Outro relato do conjunto de qualidades oferecidas pela utilização de atividades lúdicas é apresentado no estudo *Childhood Remembered*, escrito por Ernest *et al.* (2019), no qual os pesquisadores analisam atividades didáticas de professores em países como Armênia, Inglaterra, Kuwait, Arábia Saudita e Estados Unidos.

Os autores colocam grande ênfase em seu trabalho no papel dos nossos sentimentos como fundamentais para a nossa formação como pessoas:

Em todas as origens culturais, três temas principais emergiram: (a) memórias emocionais profundas e duradouras nos primeiros anos de nossas vidas; (b) uma percepção das coisas aprendidas através da brincadeira que existem e ajudam a definir quem somos hoje; e (c) conexões culturais que ligam nossas personas às nossas experiências vividas. (ERNEST *et al.* 2019, p.14)

O que está sendo proposto aqui é que, devido ao fato de nossa memória afetiva ter uma influência tão grande sobre o todo e cada momento que compõe o que chamamos de “nossa experiência de vida”, a união das práticas didáticas com as atividades lúdicas potencialmente criaria vínculos mais profundos e perenes com o conteúdo aprendido. Isso criaria um resultado didático mais eficaz que aquele formado por situações nas quais quem aprende foi posicionado de maneira passiva diante do conteúdo apresentado.

O estudo qualitativo *Working across Disciplines to Understand Playful Learning in Educational Settings*, realizado por Aalsvoort e Broadhead em 2016, teve como objetivo compreender o que as crianças estão fazendo e aprendendo enquanto elas jogam em ambientes educacionais. A partir desse objetivo, os autores investigaram como o comportamento cooperativo durante o jogo se desdobra e se desenvolve ao longo do tempo. Foi evidenciado um forte potencial na implementação de abordagens combinadas para o estudo da aprendizagem lúdica, assim crianças relacionaram seu jogo para o mundo real através da imaginação, aprofundando o aproveitamento em atividades cognitivas, sociais, físicas, e também para seu desenvolvimento emocional.

No artigo *Jogos cooperativos e a promoção da cooperação na educação infantil*, publicado por Marilicia Witzler Palmieri em 2015, foram observadas ações de duas professoras de um Centro Filantrópico de Educação Infantil do município

de Londrina (Paraná) no sentido de se analisar se a utilização dessas atividades lúdicas promoveriam ou não a participação coletiva das crianças no contexto dos jogos cooperativos: “Valoriza-se a proposta dos jogos cooperativos na educação infantil como um recurso educativo essencial para as professoras integrarem práticas lúdicas de cooperação e de solidariedade e gerar processos de negociação de conflitos e a internalização de valores construtivos (ajuda mútua, colaboração, empatia), para que a criança venha a construir novos significados sobre a sua participação em brincadeiras” (PALMIERI, 2015, p.243).

Promovidos pelo educador americano Ted Lentz na década de 1950, os jogos cooperativos seriam exercícios compartilhados com o intuito de unir um grupo de pessoas em torno de uma atividade sem que os participantes se sentissem pressionados por ideias de fracasso ou sucesso pessoal na sua realização, associando essa experiência a uma fonte de prazer de forma a despertar sua coragem para assumir riscos: “Seguindo essa linha de raciocínio, a proposta dos jogos cooperativos evoca a reflexão sobre o tipo de relação que temos vivenciado em nossa sociedade como uma forma de superar tendências individualistas e competitivas que perpetuam a desigualdade social” (PALMIERI, 2015, p.246).

Após selecionadas duas professoras que desejavam participar do experimento, a autora dividiu seu estudo em duas etapas: na primeira, ela as instruiu sobre os procedimentos a serem utilizados com as crianças, orientando-as sobre o que seria “cooperação” e as auxiliando nas escolhas dos jogos; na segunda, cada professora escolheu uma atividade e a aplicou com seus alunos, registrando em vídeo como ela se desenvolveu. Sobre os resultados da atividade, Palmieri (2015, p. 250) informa que:

Enfim, a análise microgenética das interações professoras-crianças revelou a importância da proposta dos jogos cooperativos para promover a cooperação, na medida em que permitiu a análise das interações sociais de forma detalhada, ao longo do fluxo contínuo e complexo de comunicação e metacomunicação entre as professoras e as crianças (Branco, & Valsiner, 1997), caracterizada pela contínua coconstrução de orientação para objetivos. Durante a condução dos jogos cooperativos as professoras mostraram que a cooperação é fruto da coordenação de esforços de uns com os esforços dos outros no alcance de metas comuns, o que é favorecido em situações tipicamente estruturadas de forma cooperativa.

Com base nos estudos relatados neste trabalho, podemos afirmar que, em relação ao planejamento pedagógico, o professor precisa diversificar as atividades realizadas, nas quais as propostas lúdicas oportunizam o uso da criatividade na sua aplicação. Nesse momento, o professor desempenha um papel importante em relação ao planejamento das atividades, buscando melhor aproveitamento do método utilizado, vivenciando as práticas com prazer e alegria e contribuindo para a organização e direcionamento das brincadeiras, oportunizando ações criativas. Assim, o professor ensina novos jogos com o objetivo de ampliar os momentos de novas relações sociais e culturais e que tenham a possibilidade de materialização de uma atividade lúdica planejada (ASSIS *et al.*, 2015).

Além dos professores, outros profissionais presentes no âmbito escolar também devem se envolver, valorizando a importância do brincar, compartilhando momentos de aprendizagem, auxiliando na aplicabilidade das práticas (ERNEST *et al.*, 2019). Com a aplicação dessa prática, pode-se destacar a contribuição para a construção de valores ligados à autonomia e independência para coordenar e administrar as situações vivenciadas, possibilitando ao professor compartilhar com os alunos seus objetivos e metas, podendo melhor explorar as configurações motivacionais construtivas (PALMIERI, 2018).

Brincar é parte integrante da nossa experiência de vida, independentemente do ambiente no qual ela seja realizada, permitindo-nos aprimorar os reflexos dessa prática com toda sua diversidade e importância para o desenvolvimento (ERNEST *et al.*, 2019).

Abrahão (2004) aborda contribuições de modo a salientar que, para a convivência se tornar pacífica, é necessário o respeito mútuo pelas opiniões divergentes, permitindo a promoção de uma convergência ativa, relacionada à grandiosidade do ser humano e de maneira plena. Gomes (2012) afirma que nos jogos cooperativos os alunos podem aprender a discutir essas situações com amorosidade, sem que ninguém se exalte, aprendendo a conviver/lidar com o ponto de vista alheio. Além dos jogos cooperativos permitirem a construção da autoestima e encorajarem a convivência, possibilitando a prevenção desses problemas sociais (BRITO; CAMPOS; ROMANATTO, 2014).

Dentre as limitações do estudo, destaca-se a restrição da busca em relação as bases de dados escolhidas para pesquisa e o tempo determinado das publicações, bem como a inclusão de artigos. Contudo, não houve influência em relação à relevância temática.

5. CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa, buscando a melhor evidência dentre as publicações disponíveis – restringidas àquelas determinadas pelos critérios de inclusão e exclusão do estudo apresentados anteriormente –, procurou apresentar como as atividades lúdicas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem durante a educação infantil. Os estudos apresentaram diversas qualidades da utilização de atividades lúdicas durante o ensino infantil, como melhora do aprendizado, autonomia e criatividade, entre outras.

O comprometimento dos profissionais envolvidos nesse processo – com especial destaque aos professores – é imprescindível para o alcance e qualidade dos resultados, buscando alcançar os objetivos previamente determinados.

Para a continuação e aperfeiçoamento da temática, faz-se necessária a realização de novos estudos identificando outros possíveis benefícios a fim de proporcionar mais aplicações das atividades lúdicas e, conseqüentemente, outras benfeitorias para o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, S. R. **A relevância dos jogos cooperativos na formação dos professores de educação física: uma possibilidade de mudança paradigmática.** 2004. 127 f. Dissertação de Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

ASSIS, L.C *et al.* Jogo e protagonismo da criança na educação infantil. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 28, n. 1, p:95-116, 2015.

BORBA, M. Quando as crianças brincam de ser adultos: Vir-a-ser ou experiência da infância? In: LOPES, J.; MELLO, M. (orgs.). **O jeito que nós crianças pensamos sobre certas coisas:** Dialogando com lógicas infantis. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009, p. 97-118.

BRITO, J.; CAMPOS, J. A. P. P.; ROMANATTO, M. C. Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual Na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 20, n. 4, p. 525-540, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 marços de 2020.

EDUCATION RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC). **About Education Resources Information Center**. Disponível em: <[https://educational-resources.fandom.com/wiki/Educational_Resource_Information_Center_\(ERIC\)](https://educational-resources.fandom.com/wiki/Educational_Resource_Information_Center_(ERIC))>. Acesso: 10 de Jul. 2019.

ERNEST, J. M. *et al.* Childhood Remembered: Reflections on the Role of Play for Holistic Education in Armenia, Kuwait, Saudi Arabia, the USA, and Wales. **International Journal of the Whole Child**, v.4, n.1, p:5-19, 2019.

FISHER, K. R.; HIRSH-PASEK, K.; NEWCOMBE, N.; GOLINKOFF, R. M. Taking shape: Supporting preschoolers' acquisition of geometric knowledge through guided play. **Child Development**, v. 84, p. 1872-78, 2013.

GOMES, M. C. S. **Aprendizagem cooperativa como recurso metodológico e Pedagógico dentro das aulas de educação física do ensino médio**. 2012. 83 f. Monografia. (Especialização em Educação Física Escolar) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KAUFMANN-SACCHETTO, K *et al.* O ambiente lúdico Como fator motivacional Na aprendizagem escolar. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.11, n.1, p. 28-36, 2011.

KLASSMANN, L.M.G. **O Lúdico no Processo de Aprendizagem de Crianças da Educação Infantil**. 2013. 36 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KIYA, M.C.S. **O uso de Jogos e de atividades lúdicas como recurso pedagógico facilitador da aprendizagem**. 2014. 45 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. 2014.

LOPES, V.G. **Linguagem do corpo e movimento**. Curitiba: PR: FAEL, 2006.

PALMIERI, M.W.A.R. Jogos cooperativos e a promoção da cooperação na educação infantil. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 2, p: 243-252, 2015.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, imagem e representação.** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** Curitiba: Ibpex, 2007.

ROLIM, A.; GUERRA, S.; TASSIGNY, M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul.-dez. 2008

SANT'ANNA, A., NASCIMENTO, P.R. A história do lúdico na educação. **REVEMAT**, Florianópolis, v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO). **Sobre o SCIELO.** Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=8>>. Acesso: 10 de jul. 2019.

SILVA, M.R.F.S. **Playful in education: The importance of playfulness in early childhood education.** 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Anhanguera, Osasco, 2018.

VAN DER AALSVOORT, G.; BROADHEAD, P. Working across Disciplines to Understand Playful Learning in Educational Settings. **Childhood Education**, v. 92, n. 6, p:483-493, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZOSH, J.M. *et al.* Playing with Mathematics: How Play Supports Learning and the Common Core State Standards. **Journal of Mathematics Education at Teachers College**, v.7, n.1, p:45-49, 2016.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA CRIMINAL ESTRANGEIRA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO “CASO ROBINHO”

Rogério Luís Marques de MELLO¹

Cláudio Henrique Masao NAKANO²

Maria Vitória Aparecida de OLIVEIRA³

RESUMO

O presente artigo tem por tema a execução de sentença criminal estrangeira no território brasileiro, notadamente no que concerne ao caso Robinho que, em 2013, cometeu o crime de estupro coletivo na Itália. A pesquisa foi realizada através do estudo de referências bibliográficas, jurisprudenciais, análise de legislações e tratados internacionais. O objetivo da investigação científica foi analisar todas as circunstâncias legais que cercam o caso Robinho, especialmente a possibilidade ou não de o ex-jogador cumprir a pena de 9 anos imposta pela justiça italiana. No transcorrer da análise, são explorados assuntos como aplicação da lei penal no espaço, homologação de sentenças criminais estrangeiras e seu trâmite no Superior Tribunal de Justiça, extradição, transferência da execução da pena e a possibilidade de uma nova persecução penal no Brasil contra o ex-jogador. Como hipótese de pesquisa, asseverou-se que a legislação penal e processual brasileiras não favorecem o cumprimento de sentenças criminais proferidas no exterior estando o réu, fisicamente, no Brasil. No caso concreto, tratando-se de brasileiro nato, há impeditivo constitucional à sua extradição. Há óbices, ainda, na aplicação da transferência do cumprimento da condenação italiana para o Brasil, considerando a sua necessária homologação pelo Superior Tribunal de Justiça - notadamente nos casos que envolvem brasileiro nato, com extradição vetada pela Constituição. Contudo, concluiu-se pela possibilidade de transferência da execução da pena italiana desde que a justiça brasileira – através do STJ – acolha o

¹ Bacharel em direito (USP). Especialista em Direito Militar e Direito Público. Mestre em Direito. Bacharel, Mestre e Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Professor do Curso de Direito da FUNEPE. Advogado. E-mail: rogeriomello@funepe.edu.br

² Bacharel em direito pela FUNEPE. E-mail: claudiohmnakano@hotmail.com

³ Bacharela em direito pela FUNEPE. E-mail: mariavitoriaoliveira31@gmail.com

requerimento da justiça italiana e dê prosseguimento ao feito. Enfatizou-se, nesse contexto, a análise dos possíveis fundamentos para a homologação da execução da sentença estrangeira pela justiça brasileira bem como a existência de eventuais precedentes similares e suas constatações.

Palavras-chave: Robinho. Estupro. Condenação. Pena. Execução.

ABSTRACT

The subject of this article is the execution of a foreign criminal sentence in Brazilian territory, notably with regard to the Robinho case, which, in 2013, committed the crime of collective rape in Italy. The research was carried out through the study of bibliographic references, jurisprudence, analysis of legislation and international treaties. The objective of the scientific investigation was to analyze all the legal circumstances surrounding the Robinho case, especially the possibility or not of the former player serving the 9-year sentence imposed by the Italian justice. In the course of the analysis, issues such as application of criminal law in space, homologation of foreign criminal sentences and their processing in the Superior Court of Justice, extradition, transfer of execution of the sentence and the possibility of a new criminal prosecution in Brazil against the former -player. As a research hypothesis, it was asserted that Brazilian criminal and procedural legislation does not favor the fulfillment of criminal sentences handed down abroad when the defendant is physically in Brazil. In the specific case, in the case of a native Brazilian, there is a constitutional impediment to his extradition. There are still obstacles in applying the transfer of compliance with the Italian conviction to Brazil, considering its necessary homologation by the Superior Court of Justice - notably in cases involving a native Brazilian, with extradition vetoed by the Constitution. However, it was concluded that it was possible to transfer the execution of the Italian sentence as long as the Brazilian justice – through the STJ – accepts the request of the Italian justice and proceeds with the case. Emphasis was placed, in this context, on the analysis of the possible grounds for the ratification of the execution of the foreign judgment by the Brazilian courts, as well as the existence of possible similar precedents and their findings.

Keywords: Robinho. Rape. Conviction. Pity. Execution.

1. INTRODUÇÃO

Robson de Souza, ou “Robinho”, como é conhecido profissionalmente, é um ex-jogador de futebol brasileiro que atuou em diversos clubes de futebol nacionais e internacionais, dentre eles Santos, Real Madrid e AC Milan, além de defender a seleção brasileira na posição de atacante, nas edições de 2006 e 2010 da Copa do Mundo.

Nascido em São Vicente, litoral de São Paulo, em 1984, “Robinho” foi revelado nas categorias de base do Santos, e, aos 18 anos de idade, estreou no time profissional. Dono das famosas “pedaladas”, Robinho foi peça importante na vitória do Santos contra o Corinthians na final do Brasileirão de 2002, título até então inédito para o clube santista, além de outros importantes títulos atuando pelo clube onde foi revelado.

Em 2005, foi contratado pelo Real Madrid, sendo considerado uma das transferências mais caras do futebol nacional. Pelo clube espanhol, foi bicampeão espanhol e jogou ao lado de nomes conhecidos do futebol mundial, tais como Ronaldo Nazário, o “Fenômeno”, e Zinédine Zidane. Em 2010, Robinho foi contratado pelo AC Milan, tradicional clube italiano, onde teve como companheiros de clube Ronaldinho Gaúcho e Zlatan Ibrahimović, dentre outros, e se consagrou campeão do campeonato italiano de 2011.

Ainda atuando pelo AC Milan, “Robinho” se envolveu, em 2013, em uma grave acusação de estupro, que posteriormente se tornaria uma ação penal. O crime ocorreu na boate Sio Café, na cidade de Milão, Itália, em 22 de janeiro daquele ano, e contou com a participação de outros cinco amigos brasileiros de Robinho, incluindo Ricardo Falco, que também foi condenado na mesma sentença que o ex-jogador. A vítima, uma jovem de origem albanesa de 23 anos, que comemorava seu aniversário naquela noite, relatou ter sido violentada sexualmente por Robinho e o grupo de cinco amigos que acompanhavam o ex-jogador naquela noite, dentro do camarim.

No decorrer das investigações, foram colocadas escutas no carro de Robinho e realizadas interceptações telefônicas, atos autorizados pela justiça italiana. Em

seu depoimento em abril de 2014, Robinho alegou que a relação foi consensual e sem a participação dos outros amigos, contudo, foi processado pelo no crime do artigo 609 bis do Código Penal italiano, que trata do ato de violência sexual. Condenado em 2017, teve recurso negado com a condenação transitada em julgado em janeiro de 2022, confirmando-se a condenação inicial de 9 anos de prisão, além da multa de 60 mil euros, equivalente a aproximadamente R\$ 370,000 (trezentos e setenta mil reais), na data do julgamento.

Grande parte do debate, quando o tema é a condenação de Robinho, reside no fato do conflito de legislações que cercam o caso, tanto internas quanto externas. É por questões legais que, mesmo condenado, ainda se busca uma solução que faça Robinho cumprir sua pena.

Por um lado, a Constituição da República Federativa do Brasil veda a extradição de seus cidadãos natos, fazendo com que todo e qualquer pedido de extradição formulado pela Itália seja rejeitado de plano. De outro lado, surgem outros institutos previstos na legislação interna que podem se mostrar viáveis, tais como a homologação da sentença criminal estrangeira, a transferência da execução da pena, instituto regulado pela lei nº 13.445/17, a Lei de Migração, e até um novo processo penal iniciado no Brasil.

Com isso, portanto, fez-se necessário analisar diferentes legislações e obras doutrinárias com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: mesmo com as hipóteses da homologação de sentença criminal estrangeira, transferência da execução da pena e uma nova persecução penal, Robinho cumprirá a pena ao qual foi condenado?

O caso objeto do presente trabalho apresenta diversas controvérsias jurídicas e doutrinárias quanto à possibilidade ou não de Robinho cumprir a pena imposta pela justiça italiana. Nem mesmo os mais renomados doutrinadores têm opiniões uniformes quanto a esse questionamento, nem há um precedente nos tribunais brasileiros que possa ser usado para embasar qualquer decisão a respeito do caso.

Diante desse impasse legal e doutrinário, a proposta científica do trabalho é reunir legislações e referências bibliográficas qualificadas necessárias à solução do

problema de pesquisa apresentado, qual seja, se Robinho realmente cumprirá a pena de 9 anos imposta a ele.

2. APLICAÇÃO DA LEI PENAL BRASILEIRA

Nada mais natural que os crimes praticados no Brasil sejam investigados e punidos pelas autoridades brasileiras. Todavia, as condutas criminosas efetivadas no exterior não passam despercebidas pelas leis brasileiras e, mesmo que um crime seja cometido em território estrangeiro, poderá haver a incidência de leis penais brasileiras para fins de punição, desde que sejam cumpridas algumas condições legalmente estabelecidas, como é o caso em análise.

O art. 5º do Código Penal (BRASIL, 1940) estabelece o princípio da territorialidade, definindo que “aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional”.

Ainda que essa seja a regra, não se afastam situações excepcionais de aplicação da lei brasileira em crimes cometidos no exterior, a chamada extraterritorialidade penal. Diz-se, portanto, que o princípio de territorialidade adotado no Brasil não é absoluto e sim, temperado ou mitigado.

Importante observar que a extraterritorialidade não pressupõe a imposição da lei penal brasileira a países soberanos. Nada impede, contudo:

[...] um Estado de exercer, *em seu próprio território*, sua jurisdição, na hipótese de crime cometido no estrangeiro. Salvo um ou outro caso a respeito do qual exista preceito proibitivo explícito, o direito internacional concede ampla liberdade aos Estados para julgar, dentro de seus limites territoriais, qualquer crime, não importa onde tenha sido cometido, sempre que entender necessário para salvaguardar a ordem pública. (CAPEZ, 2021, p. 63).

Prevista no art. 7º do Código Penal, a extraterritorialidade estabelece que certos crimes – a depender da ocorrência de determinadas condições, em alguns casos - “ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro (...)” (BRASIL, 1940).

A extraterritorialidade que independe de condições ocorre os casos em que a mera prática de determinados ilícitos em solo estrangeiro autoriza a incidência da lei penal brasileira:

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:
I - os crimes:
a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
(BRASIL, 1940)

Os crimes supracitados são de alta gravidade, e, segundo os ensinamentos de Estefam e Gonçalves (2021), deverão ser adotadas providências, nos termos da legislação brasileira, independentemente de qualquer condição, podendo até mesmo o agente responder por dois processos, sendo um no exterior e outro no Brasil, tendo então duas condenações. Procedendo-se desta forma, e em obediência ao princípio do *non bis in idem*¹ previsto no art. 8º do Código Penal (BRASIL, 1940), a pena que for cumprida no estrangeiro atenuará a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando esta for diversa, ou a pena será computada, quando forem idênticas.

Por sua vez, a forma condicionada da extraterritorialidade está disposta no art. 7º, inciso II, §2º do Código Penal. Neste caso, a lei brasileira é considerada subsidiária e, de forma oposta à extraterritorialidade incondicionada, deverá haver o concurso de algumas condições dispostas naquele artigo para que o autor do ilícito seja devidamente submetido à legislação brasileira.

São casos de extraterritorialidade condicionada, segundo o Código Penal

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:
(...)
II - os crimes:

¹ O princípio do *non bis in idem* estabelece a proibição de um indivíduo ser punido duas vezes pelo mesmo fato. Assim, mesmo que seja condenado no estrangeiro e em seu país de origem, caso as penas forem iguais e o agente a tenha cumprido no estrangeiro, a pena estabelecida no Brasil será atenuada; de modo diverso, se a pena cumprida no estrangeiro for idêntica à aplicada pela justiça pátria, a mesma será descontada na pena brasileira, cumprindo apenas o remanescente (detração penal).

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- b) praticados por brasileiro;
- c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. (BRASIL, 1940)

Porém, somente o fato de ocorrer alguma das hipóteses acima mencionadas não constitui a extraterritorialidade condicionada. Além disso, faz-se necessário que ocorra o cumprimento de algumas condições de modo simultâneo, quais sejam

Art. 7º, § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) entrar o agente no território nacional;
- b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. (BRASIL, 1940)

A entrada em território nacional é requisito de procedibilidade da ação penal, ou seja, sem a entrada ao território, não é possível dar início ao processo penal. É assim porque, conforme estabelece o princípio da aderência ao território, os magistrados apenas têm autoridade dentro dos limites territoriais do Estado, nesse caso, do Brasil. Entrando o agente no território pátrio, estará presente a jurisdição extraterritorial do Estado brasileiro, inclusive estando sujeito a medidas cautelares penais e punitivas.

Segundo veiculado na mídia, a vítima, após o crime, procurou auxílio de seu advogado, Jacopo Gnocchi, para que pudesse prestar denúncia na polícia de Milão que, imediatamente, instaurou as investigações (MUSETTI, 2022).

Robinho só deixou a Itália em 2014, um ano após o crime, quando já havia sido convocado para depor no inquérito que tramitava contra si e Ricardo Falco (QUEM, 2022). Os outros amigos de Robinho que teriam participado do abuso deixaram a Itália no decorrer das investigações, fazendo com que eles fossem apenas citados no processo, não acusados.

Deste modo, em sendo a entrada em território nacional um requisito para que o processo penal fosse iniciado e que o inquérito policial na Itália já estava

avanzado, resta claro que o primeiro requisito para a aplicação da lei penal brasileira não foi cumprido.

Ademais, preceitua o entendimento firmado no julgamento do Habeas Corpus de nº 171.118 do Supremo Tribunal Federal¹, que um agente não pode responder à ação penal no Brasil se já foi processado criminalmente, pelos mesmos fatos, em um Estado estrangeiro. Tal entendimento tem o poder de evitar um segundo processo sobre a mesma acusação no Brasil, salvo se houver comprovação de que o processo criminal ocorrido em Estado estrangeiro não se realizou de modo justo e legítimo. Conjugando tal entendimento com o princípio do *non bis in idem*, não houve novo processo penal sobre o caso instaurado, especificamente, na justiça brasileira.

3. EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

Diante da imposição no estrangeiro de uma sentença condenatória a brasileiro por crime praticado em outro país, duas situações de cumprimento dessa pena podem ser cogitadas. A primeira delas, mais óbvia, o cumprimento no próprio país sentenciante e que só não ocorrerá se o agente estiver foragido – como é o caso de Robinho, que foi condenado na Itália e está no Brasil. A segunda, estando o condenado no seu país de origem, ver nele executada a pena a que foi condenado no estrangeiro.

A extradição, conceitualmente, é definida como a entrega de um indivíduo por um Estado a outro para que possa ser julgado ou cumprir a pena imposta pelo Estado solicitante. É um importante instrumento de cooperação internacional na repressão à criminalidade, e a razão de ser da extradição “reside no fato de que a punição do crime deve ser feita no local em que foi praticado, como resposta da comunidade ao abalo que a infração penal lhe causou”. (BITENCOURT, 2021, p. 114).

¹ STF. 2ª Turma. HC 171118/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 12/11/2019 (Info 959).

Contudo, há uma expressa vedação constitucional à entrega de brasileiro nato a país estrangeiro para o cumprimento de pena – com algumas poucas exceções ao brasileiro naturalizado:

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

Resta, portanto, a análise de eventual cumprimento de sentença estrangeira no Brasil que, nos termos legais, passa pela necessária autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) através da chamada homologação.

A homologação, conceitualmente, é um ato que tem por objetivo conferir eficácia a um ato judicial estrangeiro. É por meio da homologação que uma decisão estrangeira passa a ser reconhecida legalmente, e, enfim, executada, tendo em vista que “nenhum Estado pode pretender que os julgados de seus tribunais tenham força executória, ou valor jurisdicional em jurisdição estranha” (CASTRO, 1996, p. 267).

O magistrado competente para analisar o pedido de homologação é o presidente do STJ, nos termos do art. 216-A do Regimento Interno do STJ (BRASIL, 2021). Assim, o presidente, seguindo a técnica da delibação moderada¹, analisará não mais o mérito da sentença, isto é, não julgará novamente aquele caso, mas tão somente observará se estão presentes aspectos formais, de segurança à soberania nacional, ordem pública e bons costumes, caso contrário, essa sentença não terá eficácia no Brasil,

Entretanto, não é qualquer decisão estrangeira que pode ser homologada para que, assim, possa surtir efeitos no Brasil. O regimento interno do Superior Tribunal de Justiça estabelece os seguintes requisitos para a homologação de decisões estrangeiras:

Art. 216-D. A decisão estrangeira deverá:
I - Ter sido proferida por autoridade competente;

¹ A técnica da delibação moderada, inspirada pelo modelo italiano e adotada pelo Brasil, é o sistema utilizado quando da análise das decisões estrangeiras. Verifica-se apenas o cumprimento de requisitos formais, não mais o mérito da decisão.

- II - Conter elementos que comprovem terem sido as partes regularmente citadas ou ter sido legalmente verificada a revelia;
- III - ter transitado em julgado. (BRASIL, 2021)

Ser julgado por uma autoridade competente é garantia fundamental conferida pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, incisos XXXVI e LIII), bem como prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (artigo 8º)¹, e reflete a aplicação do princípio do juiz natural que significa, em termos gerais, que a designação de um magistrado como julgador de uma demanda obedecerá as regras de competência processualmente fixadas em lei, que proferirá um julgamento imparcial, independente e justo, impedindo que tribunais de exceção existam, isto é, órgãos constituídos posteriormente à ocorrência do fato especificamente para o julgamento deste.

A citação é o ato pelo qual se dá ciência ao réu de que tramita contra ele uma ação penal. É a partir dela que o réu é integrado ao processo para defender-se, configurando a citação uma garantia para o exercício da ampla defesa e do contraditório (CONTE, 2009). Segundo a norma processual penal, é requisito de formação do processo, tendo em vista que, sem ela, o Código de Processo Penal não considera completa a relação jurídica processual (art. 363, CPP). A falta da citação gera a nulidade de todos os atos processuais supervenientes a ela, na medida em que ao réu é garantido o direito de se manifestar nos autos, produzir provas e influir no convencimento do magistrado. Grinover, Fernandes e Gomes Filho citam que “sua falta ou imperfeição implica sempre prejuízo ao contraditório, comprometendo toda a atividade subsequente.” (2006 p. 116 *apud* CONTE, 2009).

Ao transitar em julgado, a decisão não pode mais ser alterada, considerando que não há mais recursos a serem interpostos. A razão de ser deste requisito para que a decisão estrangeira possa ser homologada é que, antes do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, ninguém pode ser considerado culpado, por força do princípio da presunção de inocência previsto como garantia fundamental pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso LVII). Enquanto houver recursos

¹ O artigo 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos tem a seguinte redação: “Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

a serem interpostos, a defesa do réu pode se valer deste mecanismo para tentar provar a inocência de seu cliente, podendo os julgadores que recebem o recurso nos tribunais decidirem de maneira diferente do magistrado de primeira instância, absolvendo-o. Somente após o trânsito em julgado é que a culpa sobre o indivíduo está formada, estando a decisão passível de execução. É entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal que não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado (Súmula 420 do STF).

Entretanto, apenas o cumprimento dos requisitos acima não é suficiente para concluir que a homologação da sentença italiana é possível. O Código Penal, ao tratar sobre a eficácia da sentença estrangeira em seu art. 9º, limita as hipóteses de homologação a duas circunstâncias, são elas:

Art. 9º - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:
I - Obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis;
II - Sujeitá-lo à medida de segurança. (BRASIL, 1940)

Em suma, nota-se que as homologações de decisões judiciais estrangeiras estariam restritas a questões de reparação de danos, restituições e outros efeitos civis. Esse cenário gera debates a respeito da sua aplicabilidade nos casos de execução de sanções penais privativas de liberdade, mormente a partir da edição da Lei nº 13.445/2017, intitulada Lei de Migração (BRASIL, 2017), que estabeleceu uma nova perspectiva ao cumprimento de penas no Brasil por crimes condenados no estrangeiro.

4. TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL ESTRANGEIRA PARA CUMPRIMENTO NO BRASIL

A lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017), intitulada Lei de Migração, entrou em vigor trazendo uma série de mudanças e inovações em relação ao revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980). Além das normas relativas à expulsão, deportação, situação documental do migrante e visitante em solo brasileiro, a Lei de Migração abarca uma série de disposições relativas às medidas de cooperação

do Brasil com outras nações, previstas do artigo 81 em diante. A lei cita como medidas de cooperação a extradição, já detalhada no capítulo anterior, a transferência da execução da pena e a transferência da pessoa condenada.

No tocante ao instituto da transferência da execução da pena de Estado estrangeiro, este instituto pressupõe uma pena já imposta em definitivo por outro Estado, cujas autoridades queiram impor seu cumprimento a indivíduo que se encontre no Brasil. Estabelece a Lei de Migração que o pedido será requerido por via diplomática ou por via de autoridades centrais que, neste caso, será o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tal ministério realizará o exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade que são exigidos na legislação brasileira ou em tratado de que o País faça parte, para que o pedido de transferência de execução da pena possa ser processado pelas autoridades brasileiras competentes, observado o princípio do *non bis in idem* (art. 281 do Decreto nº 9.199/97, que regulamenta a Lei de Migração).

Após recebido o pedido e verificado os requisitos formais de admissibilidade, o Ministério da Justiça e Segurança Pública fará o encaminhamento da solicitação ao Superior Tribunal de Justiça para decisão quanto à homologação da sentença estrangeira (art. 283 do Decreto nº 9.199/97 e art. 101, §1º da Lei 13.445/17).

O pedido de transferência da execução da pena será arquivado, mediante decisão fundamentada, se não cumpridos esses pressupostos referidos no §1º do art. 101 da Lei de Migração, mas existe a possibilidade de renovação do pedido, desde que devidamente instruído, caso os pressupostos sejam cumpridos (art. 101, §2º, Lei 13.445/17). Efetivada a transferência, a execução da pena será de competência da justiça federal (art. 102, parágrafo único, da Lei 13.445/17).

Quanto às hipóteses de cabimento, o instituto da transferência da execução da pena é regulado pelo art. 100 da supracitada lei, e tem a seguinte redação: “Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência de execução da pena, desde que observado o princípio do *non bis in idem*.” (BRASIL, 2017)

A redação do art. 100, acima transcrito, ainda gera muito debate entre os juristas. Da leitura deste artigo, depreende-se que a possibilidade da autorização ou da solicitação da transferência da execução da pena é condicionada ao cabimento

de solicitação de extradição, ou seja, para que haja efetivamente a transferência da pena, a extradição executória do condenado deve ser juridicamente possível.

De plano, verifica-se que uma solicitação de extradição executória¹ por parte do Estado italiano é juridicamente impossível, tendo em vista que Robinho é brasileiro nato e se encontra no Brasil, encontrando vedação expressa em texto constitucional (art. 5º, inciso LI, CRFB/88). Em decorrência desta proibição, a extradição de Robinho não poderá ser autorizada pelo Estado brasileiro para que a pena imposta por sentença definitiva seja cumprida em território italiano. Endossa tal corrente doutrinária o jurista Valério de Oliveira Mazzuoli, ao escrever que

Nos termos da lei brasileira em vigor, um brasileiro nato que foi condenado em país estrangeiro, estando em território brasileiro, não poderá cumprir a sentença estrangeira em nosso país pela via da transferência da execução da pena, pois não cabe solicitação de extradição executória a brasileiro nato. (MAZZUOLI, 2022)

Do mesmo modo, não é cabível ao Estado brasileiro solicitar a extradição do atacante, tendo em vista que ele se encontra em território brasileiro. Somente seria possível esse pedido se ele estivesse em outro território.

Em contrapartida, existe uma segunda corrente doutrinária que admite a transferência da execução da pena solicitada pelo governo italiano. Para os juristas que vislumbram essa possibilidade, basta que a Itália faça o pedido de transferência da execução da pena ao governo brasileiro, e que o pedido seja homologado pelo Superior Tribunal de Justiça. Segundo a Revista Consultor Jurídico, em entrevista com o advogado criminalista Daniel Bialski, esse procedimento contaria ainda com “(...) uma avaliação de equiparação jurídica para saber por quais crimes ele foi condenado e quais as penas aplicadas pela Justiça italiana, e qual pena seria aplicada aqui, para a partir daí esta pena ser executável” (CONJUR, 2022). Para o autor, a aplicação desse instituto serviria para que a nacionalidade não mais fosse um óbice à aplicação de sanções a brasileiros natos.

Outra importante discussão que se apresenta em torno das disposições da Lei de Migração, em especial no que tange à transferência da execução da pena

¹ Modalidade de extradição em que o indivíduo é extraditado para fins de cumprimento da pena já imposta.

para o Brasil, é sobre o caráter jurídico da lei em estudo. Tal análise é de extrema importância considerando que, em direito penal, existe um princípio basilar que norteia a aplicação da lei penal, que é denominado princípio da irretroatividade da lei penal.

No que concerne à aplicação da lei penal no tempo, a regra é a aplicação da lei penal vigente à época do fato criminoso, mesmo que a sentença venha a ser proferida posteriormente. A exceção a essa regra é denominada extratividade penal, que, segundo Nucci (2022), significa a possibilidade de aplicação de uma lei a fatos ocorridos fora do âmbito de sua vigência, ou seja, mesmo que a lei seja promulgada algum tempo depois da prática do ato criminoso, a extratividade penal permite que essa nova lei seja aplicada ao fato ocorrido preteritamente.

No ordenamento jurídico brasileiro, impera a regra da irretroatividade penal, que, em suma, impede que as disposições penais voltem no tempo para punir fatos ocorridos fora da vigência da lei posterior ao ato criminoso. O legislador optou por prescrever desta forma para evitar insegurança jurídica diante da possibilidade de aplicação de diferentes legislações que tratam o crime de maneiras distintas. É o que se entende da leitura do art. 5º, inciso XL da Constituição Federal de 1988, que dispõe o seguinte: “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” (BRASIL, 1988).

A ressalva à regra da irretroatividade penal se encontra no mesmo dispositivo, denominada retroatividade da lei penal mais benéfica, que, em suma, significa que “esta pode voltar no tempo para favorecer o agente, ainda que o fato tenha sido decidido por sentença condenatória com trânsito em julgado (art. 5º, XL, CF; art. 2º, parágrafo único, CP)” (NUCCI, 2022, p. 21).

O responsável por decidir se a lei tem natureza penal ou processual (ou até mesmo híbrida) e, conseqüentemente, se ela retroage ou não, é o magistrado que, conforme o caso concreto colocado diante de sua apreciação, analisará se a legislação tem normas que apenas regulam as fases procedimentais do exercício jurisdicional (e poderia retroagir, por ser processual), se a norma é disciplinadora de infrações penais, penas e medidas de segurança (não poderia retroagir, por ser lei penal), ou se, até mesmo, é uma combinação de normas procedimentais e penais (também não poderá retroagir, em razão da presença de lei penal).

A respeito do caso Robinho, diversos juristas compartilham de posições diferentes no tocante ao tema da retroatividade ou irretroatividade das disposições sobre a transferência da execução da pena para alcançarem o fato ocorrido em 2013, anterior em 4 anos ao início da vigência da Lei de Migração. O pioneiro nesta discussão foi o jurista Fernando Capez, que levantou que “nesse caso, se entendermos que a Lei de Migração, nesse aspecto, tem caráter processual, a incidência é imediata e Robinho irá a um presídio federal cumprir a pena de nove anos de reclusão por estupro coletivo.” (CAPEZ, 2021).

Para Ivan Sartori, desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, as normas que regulam a transferência da execução da pena contidas na Lei de Migração têm um caráter híbrido, com normas de natureza penal e processual, e por essa razão o princípio da irretroatividade penal impediria que o ex-atacante da seleção brasileira tivesse sua pena transferida para o Brasil. (SEPÚLVEDA, 2022). É também filiado a esta corrente o jurista Valério de Oliveira Mazzuoli (2022), que, segundo seu pensamento, por ser uma lei mais gravosa ao condenado, não pode retroagir.

Por fim, traz o parágrafo único do art. 100 da Lei de Migração um rol de requisitos, que devem ser atendidos de forma simultânea, para que haja a transferência da execução da pena, caso se entenda que a transferência é possível, quais sejam:

Art. 100, parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil;

II - a sentença tiver transitado em julgado;

III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação;

IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambas as partes; e

V - houver tratado ou promessa de reciprocidade. (BRASIL, 2017).

Conforme se observa, grande parte dos requisitos estão atendidos, considerando que: Robinho é nacional, tem residência habitual e vínculo pessoal no Brasil (inciso I); a sentença já transitou em julgado (inciso II); a duração da

condenação a cumprir é de 9 anos, superior ao 1 ano estabelecido pela lei (inciso III); o fato que originou a condenação é infração penal perante a lei de ambos os países (inciso IV).

Entretanto, o comando do inciso V não é atendido. Há em vigor um tratado internacional em matéria penal firmado entre Brasil e Itália, porém o mesmo não permite o cumprimento de medidas restritivas da liberdade pessoal e nem a execução de condenações.

Esse tratado, que foi celebrado em 17 de outubro de 1989 e entrou em vigor no Brasil em 1993, dispõe que, no tocante ao objeto da cooperação,

Artigo 1. Cada uma das Partes, a pedido, prestará à outra Parte, na forma prevista no presente Tratado, ampla cooperação em favor dos procedimentos penais conduzidos pelas autoridades judiciárias da Parte requerente.

2. Tal cooperação compreenderá, especialmente, a comunicação de atos judiciais, o interrogatório de indiciados ou acusados, a coleta de provas, a transferência de presos para fins de prova, a informação dos antecedentes aos cidadãos da outras Parte. (BRASIL, 1980)

Esse tratado, que vem sendo usado desde então para o envio de comunicações, cumprimentos de cartas rogatórias, comunicação de atos processuais entre os dois países, ainda que trate da temática penal, não permite que seja objeto da cooperação entre os dois países a execução de medidas restritivas da liberdade pessoal nem a execução de condenações, como é a redação do parágrafo 3º do art. 1º: “A cooperação não compreenderá a execução de medidas restritivas da liberdade pessoal nem a execução de condenações.” (BRASIL, 1980). Com isso, a transferência de cumprimento de pena fica fora do acordo, mas não é explicitamente vedada.

Por fim, como uma alternativa cabível para que o atacante pudesse ter sua pena transferida para território brasileiro, temos o disposto no inciso V, parágrafo único do art. 100 da Lei de Migração, a chamada promessa de reciprocidade.

Art. 100, Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos:

(...)

V - houver tratado ou promessa de reciprocidade (BRASIL, 2017).

Por promessa de reciprocidade, pode-se entender como a retribuição, por parte de um Estado, do tratamento que foi dado por um outro Estado em uma questão semelhante.

Como se percebe, é da essência da promessa de reciprocidade dar igual tratamento a cidadão estrangeiro, caso seu país de origem conceda as mesmas benesses ao cidadão brasileiro.

A Lei de Migração traz, em seu bojo, como um dos requisitos para que haja a transferência da execução da pena, a existência de promessa de reciprocidade versando sobre essa temática (ou tratado internacional).

Ainda que se considerasse a inexistência de tratado internacional regulando a matéria entre Brasil e Itália, segundo os ensinamentos de Valério Mazzuoli (2022), a existência de uma promessa de reciprocidade não poderia prever a transferência da execução da pena para brasileiros natos. Segundo o jurista, para que uma promessa de reciprocidade possa substituir um tratado internacional regulando a temática do cumprimento de penas entre Brasil e Itália, todas as disposições desta promessa devem se amoldar à hipótese do caput do art. 100 da Lei de Migração¹, ou seja, ainda sim, só seria possível transferir a execução da pena nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória.

Outrossim, uma promessa de reciprocidade só tem lugar quando não houver um tratado internacional vigorando em sentido contrário, tendo em vista que promessas diplomáticas não podem contrariar normas internacionais firmadas e ratificadas pelo Estado brasileiro com Estado estrangeiro. Caso contrariasse, tal promessa de reciprocidade seria declarada inválida, por afrontar norma aprovada pelo Congresso Nacional e vigente entre os dois Estados. (MAZZUOLI, 2022).

Contudo, há quem entenda que a reciprocidade seja prometida no próprio ato de solicitação de extradição executória. E se isso foi feito, a sentença pode ser homologada desde que seja verificada a legalidade do rito pelo qual Robinho foi processado. Em suma, para essa posição, o comprovante da promessa de

¹ Porque promessas de reciprocidade, em sendo um mero ato diplomático, não podem valer mais do que as leis ou tratados internacionais em vigor no Brasil (MAZZUOLI, 2022).

reciprocidade pode acontecer a qualquer momento e, se isso for feito, segundo Paulo Henrique Lima (*apud* KNOPLUCH, 2023), a vedação legal estaria afastada.

5. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado demonstra, minuciosamente, um fato que repercutiu enormemente nas maiores mídias mundiais.

Há diversos fatores envolvidos no caso que o torna altamente complexo, seja em razão da questão da territorialidade, seja pelo fato de Robinho ser cidadão brasileiro nato e encontrar-se em território brasileiro, além do conflito de legislações.

Ainda que o direito brasileiro contemple hipóteses de extraterritorialidade para a aplicação da lei penal, constatou-se a inobservância de um dos requisitos necessários para que Robinho pudesse ser julgado no Brasil. Como o ex-jogador demorou mais de um ano para retornar ao Brasil depois da prática do crime na Itália, não restou atendido a exigência de entrada do agente em território nacional, uma vez já havia inquérito policial em andamento nos termos da legislação italiana e que, logo em seguida, transformou-se em ação penal. Assim, com o andamento do processo em questão, a aplicação da lei penal brasileira se tornou inviável, em razão da obediência ao princípio do *non bis in idem*.

Ao ingressar no Brasil, a cogitação de uma eventual extradição de Robinho restou afastada, uma vez que a Constituição veda a aplicação do instituto no caso de brasileiros natos.

Restou, por fim, a análise de uma eventual homologação da sentença estrangeira para cumprimento da pena em território nacional. Ainda que diversas disposições normativas indiquem para a vedação dessa homologação e da possibilidade de execução da pena estrangeira no Brasil, dispositivos da Lei nº 13.455/2017 (Lei de Imigração) deram novos matizes ao tema, autorizando inéditas interpretações sobre o tema.

Com o requerimento formulado pela justiça italiana, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil foi instado a se manifestar e, em 2023, deu início ao processo de homologação da sentença estrangeira. Há, contudo, inúmeras controvérsias que

ainda podem obstar essa homologação. O artigo que regula o instituto na Lei de Migração dispõe como requisito da transferência da execução de sua pena para o Brasil o cabimento de extradição executória do indivíduo. Como sabido, Robinho é cidadão brasileiro nato e, levando em consideração a proibição constitucional de extradição de brasileiros natos, mostra-se discutível a transferência da execução da pena da Itália para o Brasil. Ainda, o tratado de cooperação judiciária em matéria penal vigente entre Brasil e Itália assim como a promessa de reciprocidade entre os dois países também incorrem em óbices.

Permanece, entretanto, um mandado de prisão internacional em desfavor de Robinho caso deixe o Brasil, em qualquer circunstância.

Tratando-se de caso ainda em análise pelo STJ, concluiu-se, enfim, pela complexidade e ineditismo do tema, apontando-se os caminhos legais possíveis e eventuais dificuldades na consecução do cumprimento da condenação existente contra Robinho.

Resta ao STJ descortinar novos fundamentos legais que ensejem o cumprimento da pena pelo ex-atleta no Brasil ou adote uma das justificativas já amplamente aventadas pela doutrina acerca da inviabilidade da execução da pena estrangeira, nesse caso, no país.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.
Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Institui a Lei de Migração. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Regimento Interno do STJ de 2021**. Brasília: STJ, 2021. Disponível em:
<https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 19 abr 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 09 abr. 2023.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal - v. 1: Parte geral – arts. 1º a 120 - 25. ed.** – São Paulo: Saraiva, 2021.

CASTRO, Amílcar de, **Direito Internacional Privado**, 5ª edição, São Paulo: Ed. Forense, 1996.

CONTE, Christiany Pegorari. Aspectos relevantes acerca da citação no novo Processo Penal. **Migalhas**, 2009. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/81509/aspectos-relevantes-acerca-da-citacao-no-novo-processo-penal>. Acesso em 23 abr 2023.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal - Parte Geral: Esquematizado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

KNOPLOCH, Carol. Robinho pode ter pena homologada e ser preso no Brasil? Entenda o que pensam especialistas Rio de Janeiro. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/noticia/2023/03/caso-robinho-especialistas-divergem-sobre-homologacao-de-pena-pelo-stj-e-prisao-no-brasil-entenda.ghtml>. Acesso em: 20 abr 2023.

MAZZUOLI, Valério. **Transferência de execução de pena imposta a brasileiros natos no exterior: o “Caso Robinho”**. 2022. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2022/01/28/caso-robinho/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MUSETTI, Lucas. Condenado definitivamente por estupro, Robinho muda rotina e se isola. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/condenado-definitivamente-por-estupro-robinho-muda-rotina-e-se-isola-1.2615287>. Acesso em: 22 abr. 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

REDAÇÃO QUEM. **Justiça italiana inicia trâmites para pedir extradição de Robinho, condenado por violência sexual**. Revista Quem, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2022/01/justica-italiana-inicia-tramites-para-pedir-extradicao-de-robinho-condenado-por-violencia-sexual.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SEPÚLVEDA, Bruna. **Robinho não pode ser preso e nem ser extraditado pelo Brasil, afirma ex-presidente do TJSP**. 2022. Disponível em:

<https://canalcienciascriminais.com.br/robinho-nao-pode-ser-presos-e-nem-ser-extraditado-pelo-brasil-afirma/>. Acesso em: 14 set. 2022.

OS APELOS DOS PROFISSIONAIS NAS REDES SOCIAIS NA PANDEMIA DO CORONAVIRUS

Camila Cristina Filippin MOÇO¹

Giseli da Silva Toquetto GOMES²

Glaucia BETTIO³

Rafael Bottaro GELALETI⁴

Sabrina Ramires SAKAMOTO⁵

RESUMO

Introdução: Iniciada em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, o SARS-CoV-2, ou coronavírus, transformou-se na maior pandemia dessa geração. É uma patologia com intensa disseminação, que aumenta de forma exponencial a ocorrência de surtos. Os profissionais de saúde, estão na linha de frente no combate ao COVID-19, onde os enfermeiros, destacam-se por atuar diretamente com os indivíduos acometidos pela doença. Por mais que as ações em enfermagem sejam essenciais, historicamente, observa-se que seu valor é enaltecido apenas em seus pares, visto que a sociedade e governantes não dão o devido valor para os profissionais de enfermagem. Objetivo: conhecer e explorar os apelos da enfermagem nas redes sociais durante a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020. Casuística e Métodos: pesquisa documental, qualitativa, descritiva e exploratória, com dados coletados de publicações nas três principais mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram), a partir de publicações realizadas por profissionais brasileiros. Os dados coletados somam-se 718 publicações, subdividas em 214 para o Facebook, 270 no Twitter e 234 publicações no Instagram. A busca de dados ocorreu entre os dias 05 a 10 de janeiro de 2021. Para a coleta de dados foram utilizadas hashtags: *#coronavirus*, *#enfermagem*, *#covid19* e *#nurse*. Resultados: As principais publicações encontradas foram com as hashtag *#fiqueemcasa*,

¹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

² Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

³ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

⁴ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

⁵ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

#nosestamosaquiporvocêsfiqueemcasapornós *#enfermagemlinhadefrente,*
#cadêmeuepi e *#abraçemaenfermagem*, mostrando o dia a dia e os desafios da
profissão na linha de frente. Conclusão: observa-se que os antigos desafios da
profissão somam-se com os atuais, principalmente relacionado a ausência de
materiais de trabalho e a força de trabalho que são expostas as situações de risco
Palavra-chave: Coronavírus; Enfermagem; Condições de trabalho; Meios de
Comunicação.

ABSTRACT

Introduction: Started in December 2019 in Wuhan, China, SARS-CoV-2, or coronavirus, has become the largest pandemic of this generation. It is a pathology with intense dissemination, which exponentially increases the occurrence of outbreaks. Health professionals are at the forefront in the fight against COVID-19, where nurses stand out for having to act directly with individuals affected by the disease. Although nursing actions are essential, historically, it is observed that their value is only in their peers, since society and rulers do not give due value to nursing professionals. Objective: to know and explore the appeals of nursing in social networks during the pandemic of the new coronavirus in 2020. Casuistry and Methods: documentary, qualitative, descriptive and exploratory research, with data collected from publications in the three main social media (Facebook, Twitter, Instagram), from publications made by Brazilian professionals. The data collected add up to 718 posts, subdivided into 214 for Facebook, 270 on Twitter and 234 posts on Instagram. Data were searched between January 5 and 10, 2021. For data collection, hashtags were used: *#coronavirus*, *#enfermagem*, *#covid19* and *#nurse*. Results: The main publications found were with the hashtags *#fiqueemcasa*, *#nosestamosaquiporvocêsfiqueemcasapornós* *#enfermagemlinhadefrente,* *#cadêmeuepi* and *#abraçemaenfermagem*, showing the day to day and challenges of the profession on the frontline. Conclusion: it is observed that the old challenges of the profession are in addition to the current ones, mainly related to the absence of work materials and the workforce that are exposed to risk situations
Keyword: Coronavírus; Nursing; Working Conditions; Communications Media.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na província de Wuhan, um novo vírus da família do coronavírus foi descoberto, o SARS-CoV-2, passou a assolar o mundo, principalmente quando a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou estado de emergência mundial, e posteriormente, a partir da intensa disseminação da COVID-19 (doença originada pelo vírus SARS-CoV-2), transformou-se na maior pandemia dessa geração (LANA *et al.* 2020).

É uma patologia com intensa disseminação, que aumenta de forma exponencial a ocorrência de surtos (WHO, 2021). Todo esse exponencial crescimento de casos e o aumento na confirmação dos óbitos fez com que o mundo todo adotasse medidas restritivas na tentativa de conter, por meio da redução na circulação de pessoas, o aumento de casos de COVID-19 (SOUZA JÚNIOR *et al.*, 2020).

Em relação ao número de casos, em 20 de fevereiro, na China, já existiam mais de 75 mil casos, com base nos relatórios do *National Reporting System* (NRS), órgão responsável pela emissão diária de relatórios de novos casos, mortes, casos suspeitos e contatos. Em 11 de março de 2020, a OMS, decretou o COVID-19, como sendo pandemia, onde o primeiro epicentro fora da China, foi na Itália. Em relação ao Brasil, o primeiro caso ocorreu em 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo. O primeiro óbito foi registrado em 17 de março. Quase dez meses depois do início da pandemia, o Brasil registrou até o momento 7.810.400 casos, com 197.732 mortes, dados estes até o dia 05 de janeiro de 2021 (WHO, 2020b).

No início, a OMS estimou que a taxa de letalidade desse vírus gira em torno de 3,4%, entretanto, estudos publicados em setembro de 2020, mostram que a taxa de letalidade varia entre 0,5% a 1%, conforme apontam diversos estudos ao redor do mundo, todavia, esses números ainda são motivos de discussão, pois, diversas questões envolvem a doença (FAPESP, 2020).

O principal deles, foi um estudo desenvolvido pela Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, no mês de setembro, mostrando que no Brasil, a taxa de letalidade de casos estava próxima dos 3%, semelhante a norte-americana. No

México e Equador, por exemplo, essa taxa saltava para 10,6% e 9,2%, respectivamente. A segunda nação mais populosa do mundo, a Índia, apresentou uma taxa de letalidade da doença, inferior aos 1,6%, mostrando toda a complexidade que envolve este vírus (FAPESP, 2020).

Para tentar controlar a disseminação do vírus medidas foram tomadas, especialmente o controle das fronteiras, fechamento de portos e aeroportos, identificação dos agentes etiológicos; isolamento social, proteção de profissionais que atuam na linha de frente com equipamentos de proteção individual (EPI); testagem em massa, identificação dos sintomáticos; resultados de testes rápidos e isolamento dos positivos em quarentena, entre outros (SILVA, 2020).

Assim, busca-se ações que possibilitam uma abordagem ordenada, contando com a colaboração das mais diversas áreas governamentais e profissionais de saúde no mundo todo em busca de uma resposta efetiva (VENTURA SILVA *et al.*, 2020). No enfrentamento a pandemia, profissionais de saúde, estudiosos e autoridades sanitárias se uniram em prol de medidas que pudessem controlar o vírus, além do envolvimento da sociedade. Para obter resultados satisfatórios depende da colaboração daqueles que realizam com aqueles que recebem os cuidados (PIRES, 2019); onde o acesso universal a saúde é considerada um desafio para nações, especialmente as subdesenvolvidas, requerendo maiores investimentos (ATUN *et al.*, 2015); além disso, a sua efetividade, depende também da intersetorialidade, onde os profissionais devem trabalhar com instrumentos em quantidade e qualidade adequadas, tecnologias inovadoras simultaneamente dependendo das suas forças de trabalho (GADELHA; COSTA, 2016).

Os profissionais de saúde, estão na linha de frente no combate ao COVID-19, onde os enfermeiros, destacam-se por possuir atuar diretamente com os indivíduos, família e comunidade, para que possam enfrentar os desafios instaurados nessa pandemia. Independentemente dos níveis de assistência de saúde, os enfermeiros são considerados como metade da força de trabalho, coordenando as equipes de saúde (CASSIANI; LIRA NETO, 2018). Ao atender o seu papel na sociedade, o enfermeiro, é uma figura de destaque no processo de saúde, atendendo de forma direta, gerenciando os cuidados, orientando,

controlando, supervisionando e comunicando-se com os demais membros da equipe (MAIA, 2019).

Todas essas qualidades, associada a essência da profissão são destacadas para o enfrentamento da COVID-19, prestando serviços para aqueles que necessitam de cuidados. Entretanto, historicamente, observa-se que seu valor é enaltecido apenas em seus pares, visto que a sociedade e governantes não dão o devido valor para os profissionais de enfermagem (SALVAGE, 2018).

Para mudar esse cenário, a OMS em associação com a *International Council of Nurses*, em 2020, promoveram a campanha “*Nursing Now*”, para mostrar os desafios enfrentados pelos enfermeiros, todavia, a pandemia do COVID-19, alterou o rumo do ano internacional da Enfermagem, que seria marcado por diversos eventos em celebração ao 200º aniversário de Florence Nightingale, considerada como a mãe da enfermagem moderna (SOUZA *et al.*, 2020).

Essa campanha tinha como intuito valorizar e dar visibilidade para o trabalho dos profissionais de enfermagem mediante a sua importância no processo de saúde da população em geral. Observa-se que na atualidade, esse chamado nunca foi tão oportuno. No cenário mundial atual, marcado fortemente pela comunicação em tempo real, as mídias sociais, se destacam como sendo um veículo de expressão de pensamentos e ideias, sejam de pessoas e organizações e profissionais, como é o caso dos enfermeiros (FORTE; PIRES, 2020).

A utilização das redes sociais pelos profissionais de enfermagem tem sido uma ferramenta bem criativa e promissora, mostrando a profissão para a sociedade, fazendo com que se torne importante o trabalho nos contextos de prevenção, promoção e proteção da saúde de todos. Em tempos de pandemia, com o mundo em alerta, os profissionais de saúde, usam as suas mídias sociais, para mostrar o dia a dia do combate a pandemia, visto que, estão constantemente expostos ao vírus, mas devido ao caráter da profissão, não podem ter escolha de se afastar das suas atribuições profissionais (FORTE; PIRES, 2020).

Diversas campanhas foram desenvolvidas nas redes sociais pelos profissionais de enfermagem para conscientização do público, mostrando o dia a dia de trabalho, o esgotamento físico e mental no enfrentamento a COVID-19. Dentre essas campanhas, destaque para “Nós estamos aqui por você. Fique em casa

por nós”, onde diversos profissionais compartilharam fotos em suas redes sociais, em uma tentativa de conter as aglomerações e reduzir a curva de contágio, evitando assim, a superlotação das unidades de saúde (CASTRO, 2020).

Uma outra campanha muito vista nas redes sociais foi “Cadê meu EPI”, onde os profissionais, isto porque, a ausência desses equipamentos fez com que muitos profissionais adoecessem e até fossem a óbito ao longo do enfrentamento da COVID-19 (RAN *et al.*, 2020).

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), até o dia 07 de janeiro de 2021, dos mais de 200.000 óbitos causados pela COVID-19, 500 deles foram de profissionais que atuavam na linha de frente, especialmente enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Na categoria, o país corresponde por um terço do total de mortes pela COVID-19, entre os profissionais de enfermagem, isto porque os dados globais a respeito da letalidade entre os profissionais de saúde, mais recente foi lançado em novembro de 2020, e mostrou 1.500 mortes de profissionais de saúde em 44 países (COFEN, 2021).

O presidente do COFEN, Manoel Neri, foi enfático ao falar sobre esses acontecimentos com os profissionais de saúde:

A morte destes profissionais indica descaso do poder público com as condições de trabalho e de assistência à Saúde. Recebemos e fiscalizamos mais de 5 mil denúncias, a maior parte delas referentes à escassez e inadequação dos equipamentos de proteção individuais (EPIs). Também é crucial é o afastamento dos profissionais integrantes de grupos de risco da linha de frente do combate à pandemia. Somos seres humanos, sujeitos aos mesmos fatores de risco da população em geral, e não máquinas. Os dados são alarmantes e continuam crescendo, pois o Brasil ainda segue em curva de contágio ascendente. Negar a ciência e os fatos não impedirá que as mortes continuem crescendo, só alimenta a insegurança da população e dificulta a adesão a medidas básicas de higiene e distanciamento, fundamentais para conter a pandemia (COFEN, 2021).

Em relação ao número de enfermeiros infectados, os dados de 2020 mostram que 44.441 profissionais foram infectados e por isso foram afastados de suas atividades, sendo colocados em quarentena após contraírem a COVID-19 (COFEN, 2021).

Tendo em vista o contexto apresentado, este trabalho tem por objetivo geral conhecer e explorar os apelos da enfermagem nas redes sociais durante a pandemia do novo coronavírus em um período de 2021

2. MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa documental, qualitativa, descritiva e exploratória, com dados coletados em publicações em três mídias sociais, orientado pela teoria do Processo de Trabalho de Karl Marx, para a compreensão do trabalho da enfermagem no contexto histórico e social em que está inserido (MARX, 1972).

O cenário foi estudo foi composto por três mídias sociais: Facebook, Twitter e Instagram, a partir de publicações realizadas por profissionais brasileiros. Os dados coletados somam-se 718 publicações, subdividas em 214 para o Facebook, 270 no Twitter e 234 publicações no Instagram. A busca de dados ocorreu entre os dias 05 a 10 de janeiro de 2021.

Para a coleta de dados foram utilizadas hashtags: #coronavirus, #enfermagem, #covid19 e #nurse.

Os objetivos específicos versam sobre: Realizar um levantamento dos apelos da enfermagem durante a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020 por meio do *Facebook*; realizar um levantamento dos apelos da enfermagem durante a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020 por meio do *Twitter*; realizar um levantamento dos apelos da enfermagem durante a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020 por meio do *Instagram*.

No Twitter, as publicações foram pesquisadas a partir do software ATLAS.ti, uma ferramenta que tem a função de importar e/ou exportar diferentes bases de dados, ocorrendo uma análise simultânea em consonância com os objetivos propostos da pesquisa, onde foram encontradas 270 publicações dos profissionais de saúde.

Na rede social Facebook, a busca de dados ocorreu a partir do cruzamento das hashtags, na opção pesquisar dentro da própria mídia social, onde foram encontradas 214 publicações dos profissionais de saúde. O mesmo ocorreu com o Instagram, onde foram encontradas 234 publicações dos profissionais de saúde. As publicações foram exportadas para o Microsoft Excel, onde foram exportadas para o software ATLAS.ti.

Posteriormente, os códigos que foram gerados pelo software foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, formando-se, portanto, grupos conforme o número de publicações, sendo descritos a partir de hashtags onde foram encontradas as principais: #fiqueemcasa #cadêmeuEPI #enfermagemnalinhadefrente #nosestamosaquiporvocêsfiqueemcasapornós #abraçeaenfermagem

3. RESULTADOS

#FIQUEEMCASA

A partir da pesquisa realizada, observa-se um número de 98 publicações para a hashtag #fiqueemcasa, onde os profissionais de enfermagem, realizaram de forma incansável apelos para que as pessoas pudessem ficar em suas casas ao longo do período de isolamento social que foi definido a partir dos decretos federal, estadual e municipais.

Os principais relatos, destacam profissionais na linha de frente, principalmente no seu ambiente de trabalho, onde fazem diversos apelos como, por exemplo:

Tô arriscando a minha vida, e da minha família... e nego ainda acha q é brincadeira!!! #FiquemEmCasa #COVID—19 #enfermagem #CTI (sic).

Bom dia pra quem está no olho do furacão e não pode recuar... e ainda tem gente que não valoriza os profissionais da saúde! #seguimospramaisumdia #Enfermagem #coronavirusbrasil #FiquemEmCasa (sic).

1 de maio de 2020. Dia do Trabalhador. Somos Profissionais de Saúde. Luto pelas vítimas do Covid 19. Luta por respeito e por melhores condições de trabalho. #diadotrabalhador #FiquemEmCasa #coronavirusbrasil #enfermagem #Nursing #who #1deMaio #Covid_19

Passamos a noite assim, pra que vc passe na sua casa! #FiquemEmCasa (sic).

#nosestamosaquiporvocêsfiqueemcasapornós

Além do apelo dos profissionais de saúde para que as pessoas pudessem ficar em casa, como vimos anteriormente, outra hashtag foi muito utilizada ao longo da pandemia: *nósestamosaquiporvocêsfiquememcasapornós*. Nela foram encontradas 140 publicações, onde o apelo dos profissionais de saúde estava direcionado para que as pessoas pudessem ficar em casa para evitar que os números de casos subissem e sobrecarregassem o sistema de saúde. Pode-se observar a partir de alguns depoimentos colhidos das redes sociais:

Prevenção é fundamental. Por isso, através das nossas redes sociais, o HRWL explica quais são os cuidados para evitar infecções pelo Coronavírus.

Evitar aglomerações, trabalhar de casa, reduzir a circulação e o contato físico próximo com outras pessoas são medidas incentivadas para conter a disseminação do coronavírus. É necessário seguir as instruções dos governos e diminuir o fluxo de pessoas nas cidades, ficando em casa sempre que possível e deixando de realizar atividades não essenciais fora, sobretudo em ambientes fechados e com grande circulação de pessoas.

Nos casos em que não for possível adotar o distanciamento social, as pessoas devem evitar ambientes lotados, proximidade física e cumprimentar encostando umas nas outras: sem apertos de mão ou abraços.

#NósEstamosAquiPorVocê #FiqueEmCasaPorNós #HRWenceslauLopes #Coronavírus #Prevenção #ÉtempodeInformação #AquitemSaúde #Saúdepb #SUS #SES #SomostodosParaíba

407 mortos notificados em 24 horas no Brasil, (há muita subnotificação) e nós, da área da saúde pedindo: *#fiqueemcasapornós*. *#nósestamosaquiporvocêsfiquememcasapornós* . Vocês subestimam o vírus e ignoram os alertas!

Completando um mês de HC @hospitalhcfmusp , em meio a pandemia da COVID-19. O mundo está muito diferente do que estamos habituados. Todos nós, de alguma forma, somos diariamente impactados pelas consequências desta pandemia: seja na saúde física, saúde mental, nas dificuldades do isolamento social, no nosso bolso, na insegurança que futuro incerto nos causa. Só consigo agradecer a Deus pela oportunidade de aprender a cada dia e trabalhar na assistência direta aos pacientes confirmados e com suspeita desta doença.

Agradeço principalmente em poder conhecer pessoas corajosas e de coração imenso que se dedicam de todas as formas para ajudar ao outro.

#HCcomvida #sepuderfiqueemcasa #nósestamosaquiporvocê #fiqueemcasapornós #hospitaldasclínicas #covid_19 #healthprofessionals #nutriçãohospitalar

#ENFERMAGEMEMLINHADEFRENTE

Um número considerável de publicações, totalizando 210 mostraram o trabalho dos profissionais de enfermagem na linha de frente. Os relatos obtidos por meio da pesquisa mostram sentimentos de angústia, medo e apelo por melhores condições de trabalho, como podem ser vistos em alguns relatos obtidos pelas redes sociais:

Nós que trabalhamos em hospital não temos o luxo de ficar de “quarentena” então vcs que não precisam sair de casa FIQUEM EM CASA, tenham a tal empatia por nós, pq tmb temos família Valeu! #enfermagemlinhadefrente (sic).

E lá se vão 4 meses de pandemia e ainda sinto um soco no estômago um medo uma angústia uma incerteza incontrolável a cada atendimento. Não tem como negar, como não se impactar, sentir, ser tocada por tudo isso. Quem nega é insensível, ignorante e fora da realidade. Porém seguimos... #enfermagemlinhadefrente #covid19 #enfermagem #enfermeira (sic).

Em tempos difíceis como esses, devemos estar comprometidos em permanecer juntos e apoiar os profissionais de saúde na linha de frente, que continuam sendo a alma do nosso Serviço Nacional de Saúde. Se há alguém que você acha que merece destaque por seu trabalho incrível, informe-nos abaixo! #enfermagemlinhadefrente #florenceightingale #florenceurse #enfermeiraflorence (sic).

O piso salarial para os profissionais de Enfermagem, já estabelecido para outros profissionais de Saúde, é uma reivindicação histórica da categoria. Sua criação promoverá considerável melhoria da assistência prestada e na segurança do paciente e do profissional, bem como condições mais dignas de trabalho e maior valorização da Enfermagem. #juntossomosmaisfortes #crieopisodaenfermagem #enfermagemlinhadefrente

Isso vai passar #saudenaluta #enfermagemlinhadefrente #linhadefrente

Vigésimo quarto dia do mês de Dezembro de 2020. Com isso falta menos de 3 meses pra completarmos 1 ano de Pandemia.

Quase um ano escolhendo quem vai pra UTI. Perdendo amigos na batalha. Ganhando parceiros no dia-a-dia e perdendo os mesmos na batalha do dia seguinte. É um trabalho constante, árduo e em equipe. O desafio é grande mas continuo aqui. Se Deus me perguntasse o que eu gostaria de ser na próxima encarnação, eu ainda pediria para ser enfermeira.

Mas se ainda posso pedir alguma coisa à alguém, peço à você, seja lá no que você acredite, só te peço: acenda a esperança de dias melhores em você e mantenha as medidas de prevenção. Eu sei que tá difícil. Pra mim também está bastante...#EnfermagemLinhaDeFrente

Obrigada aos Lugares Que Passei Nessa Pandemia Dando Um pouco De Mim...E Recebendo Sempre Um Aprendizado De Alguem?? Gratida0 Por acreditarem No Meu Trabalho Frente AO COVID 19...UPAS ALEMÃO...MARE...MARECHAL...ILHA...HOSPITAIS...ROCHA

FARIAS ...ALBERT...CAMPANHA MARACANA....SEI LA FORAM TANTOS LUGARES Q PASSEI!!! PERDENDO AMIGOS....CHORANDO A CADA PLANTÃO....
HJ AGRADEÇO A DEUS POR PASSAR MEU NATAL EM FAMÍLIA.....E PELO LIVRAMENTO Q ELE VEM ME DANDO SEMPRE!!

Deus nos mantenha em pé, com força, sabedoria e muita saúde para poder continuar lutando e cuidando do próximo. #LinhadefrenteaoCOVID19 #enfermagemlinhadefrente

Nem todos os super-heróis usam capas. Eles também estão vestidos de branco e são chamados de Enfermeiros! #enfermagemlinhadefrente #enfermeiradotrabalho #saudeocupacional #enfermagemporamor #lutacontracovid19

#CADÊMEUEPI

Um dos apelos que mais causou impacto, está diretamente relacionado com os profissionais que atuam na linha de frente, é a ausência de EPI para realização dos atendimentos de forma segura pelos profissionais. A ausência desses materiais fez com que diversos profissionais fossem as suas mídias sociais expor e exigir que as organizações de saúde providenciassem, o mais rápido possível, materiais indispensáveis para proteção em sua carga horária de trabalho, totalizando assim, 110 publicações, destacando-se as principais a seguir:

*Falta EPI, falta condições dignas. Temos excesso de carga horária e de gente nos postos de saúde. Uma hora a conta chega pra Enfermagem, né? O número de casos não para de aumentar e cada vez mais nossos colegas são contaminados. A linha de frente é isso... A gente arrisca nossa vida pra salvar a do próximo, não é mesmo? Mas quem preocupa com a gente? Quem está garantindo nossos direitos?
O risco é alto e ainda por cima falta reconhecimento da importância que temos no sistema de saúde no Brasil.
Queremos gratificação, queremos condições dignas. Temos que continuar nos manifestando. Temos que nos unir pra todo mundo ouvir a gente.
Dá uma força aí se você curte a nossa página. Compartilhe nosso perfil com um colega de trabalho. Fortaleça a nossa luta! Estamos juntos!
#semenfermagemnaotembrasil #enfermeirando
#enfermagemlinhadefrente #tecnfermagemporamor #cademeuEPI
governantes do Brasil protejam os profissionais da saúde !!*

Médicos e profissionais de saúde precisam de proteção!! #cademeuEPI #precisamosdeEPI

Se todo soldado precisa de trajes e equipamentos para uma guerra... cadê o meu!? CADÊ MEU EPI? Como combater um bom combate, sem EPI?

*CADÊ MEU EPI? #coronavírus #coronavirusnobrasil #ccih #enfermagem
#direitoavida #Deus #lutarsempre*

*Só entro no hospital se tiver EPI, uma falta de humanidade isso conosco
nesse momento. #coronavírus #coronavirusnobrasil #ccih #enfermagem.*

#ABRAÇEMAENFERMAGEM

Não apenas homenagens, "tapinha no ombro" e um aperto de mão. O profissional de enfermagem precisa ser valorizado. A partir 160 publicações, observa-se o apelo dos profissionais de enfermagem, para que a profissão possa ser mais valorizada, a partir da hashtag #abraçeaenfermagem, que reivindica melhores condições de trabalho, adequação da jornada, ausência de piso salarial, plano de aposentadorias, as condições precárias de trabalho e a ausência de valorização em seu processo de trabalho.

CHEGOU A HORA DE ABRAÇAR A ENFERMAGEM

Todos nós profissionais da categoria estamos contando com todo seu apoio! Suba nas suas redes sociais a hashtags #AbraçaAEnfermagem, mar os parlamentos que você elevou nos comentários e manifeste a sua solidariedade a todos os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de enfermagem do Brasil!!

NOVE MESES

Completamos quase um ano desde o primeiro paciente diagnosticado com o coronavírus no país. Desde então, profissionais da Enfermagem do Brasil inteiro não pouparam esforços para continuar salvando milhões de vidas. Agora chegou a hora de retribuir essa dedicação: Poste em suas redes sócias uma foto reproduzindo o gesto a baixo e coloque na legenda a hashtag #AbraçaAEnfermagem e valorize a maior categoria de saúde! Abraçar a Enfermagem é Reconegwcr a importância da categoria para a saúde do Brasil BR. Saiba mais sobre a campanha em www.abraceaenfermagem.com.br

@corensaopaulo @cofen_oficialb @avalorizacaodaenfermagem
#enfermagem #abraçeaenfermagem #corensp #cofen
#valorizaçãodaenfermagem #valorizeenfermagem
#enfermagemlinhadefrente #pandemia #coronavirus
#enfermagemvalorizada

Abraçar a Enfermagem é valorizar e reconhecer os serviços prestados à população, garantindo cuidados em saúde para todos. Profissionais do Brasil inteiro salvaram vidas e ajudam a liderar a linha de frente de combate à COVID-19.

A equipe do Hospital Regional de São José aparece em nossa timeline para lembrar que é hora de retribuir toda essa dedicação. Muito obrigado.

#abraçeaenfermagem #SaudeSC #GovernoSC #coronavirus #covid19

Não adianta criar leitos para atender os pacientes de COVID19 se não temos pessoal. A equipe de saúde está ESGOTADA e não temos de onde tirar mais profissionais...

MÉDICOS, ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, FISIOTERAPEUTAS, NUTRICIONISTAS, etc, etc, etc...

“Se a sociedade não nos ajudar, corremos riscos sim de ter problemas sérios de assistência. Tudo é finito na vida. Vamos chegar em um momento que não terá mais para onde correr. Não adianta cama, eu preciso de técnico de enfermagem, intensivistas. A situação é grave”, admitiu Huçulak.

#enfermagemintensiva #enfermagem #contecomigo
#juntassomosmaisfortes #prevenção #cuidado #uticirurgica
#abraçeaenfermagem #intensivista #logotudoissovaipassar #loveuti

Autocuidado de quem cuida!

Para meus colegas da área da saúde e todos àqueles que cuidam de alguma forma

Em 1º lugar: Antes de cuidar, precisamos nos cuidar! Olhar para nós com carinho e atenção... Nos colocar no topo não é egoísmo, é necessidade.

.

Está palavra ‘autocuidado’, aparece até em um diagnóstico de Enfermagem, sabia?

“Déficit no autocuidado...” Pois bem, diagnosticamos isso em nossos pacientes e em nós mesmos?

Todo e qualquer profissional de saúde deve cuidar de si para então, cuidar do outro.

Nós, enquanto Enfermagem, estamos 24h do lado deles e por isso lidamos com vários os sentimentos: Dor, medo, desesperança, tristeza, alívio, alegria...

E como lidar com tudo isso vindo do outro? SINCERAMENTE, não tenho uma resposta! Mas depois de pensar e estudar sobre o assunto, vejo que uma das regras mais importantes da NATUREZA é: Olhar para si, abraçar a si mesmo.

.

Neste dia que tirei esta foto - eu coloquei um micropore no rosto da acompanhante, que estava machucado devido a máscara... e olha eu aí Cuidar do outro faz eu me sentir uma pessoa melhor, mas não posso me anular dentro deste processo!

Nós somos prescritores de CUIDADO... Ensinamos o paciente a cuidar de si!

Então...

Vamos olhar um pouco para nós?

Vamos cuidar de nós?

Vamos fazer o que gostamos?

Pelo menos 1 vez na semana!

Combine isso com você!

Leia, dance, beba um vinho... Faça o que VOCE ama!

.

Eu abraço a Enfermagem... E queria abraçar à todos nós também Estamos juntos tá!?

.

#enfermagem #tecnicodeenfermagem #nurselife #vidadeenfermeira
#abraçeaenfermagem #autocuidado

Defesa da Enfermagem e enfrentamento da pandemia marcou solenidade de posse do novo Plenário do Coren/SC para Gestão 2021/2023 ontem (4/1) numa solenidade restrita na sede, em Florianópolis, e com algumas participações de forma remota devido à pandemia.

Leia mais e veja as fotos em www.corensc.gov.br

#corensc #gestão20212023 #nursingnow #abraçeaenfermagem
#enfermagem #forçaenfermagem #respeitonaveia
#enfermagem_valorizada #participação

Com a garra que Deus colocou em nós, vamos vencer.
#abraçeaenfermagem

Quando uma equipe luta unida, com certeza se torna mais forte e vence unida. Trabalhamos com amor, fomos escolhidas para cuidar. Merecemos também esse cuidado. Valorize a enfermagem. #abraçeaenfermagem

4. DISCUSSÃO

Durante o enfrentamento das pandemias que perpassam a história do planeta, algumas categorias profissionais têm suas atribuições acentuadas, na pandemia de COVID-19 isso ocorreu com os profissionais da saúde, em especial, os profissionais da enfermagem. O papel da enfermagem é relevante, pois busca estratégias de combate aos impactos causados pela COVID-19 através de ações de promoção, prevenção e reabilitação de saúde, e com o cuidado para com os adoecidos pela doença. Ao mesmo tempo, pelo convívio corriqueiro aos pacientes infectados pelo COVID-19 os profissionais da enfermagem passaram a caracterizar-se como grupo de risco para a doença, em detrimento à própria natureza do seu trabalho no contexto pandêmico (JACKSON FILHO *et al.*, 2020).

Nas mídias sociais, pode-se observar diversos aspectos relacionados ao trabalho dos profissionais de enfermagem a partir das hashtags, destaca-se dois principais grupos. O primeiro deles, está relacionado com a identidade que os profissionais de enfermagem exercem em sua prática social, que ficaram ainda mais visíveis a partir das publicações com as hashtags *#fiqueemcasa*, *#fiqueemcasapornósestamosaquiporvocê* e *#enfermagemnalinhadefrente*. Em um segundo momento, observa-se um enorme apelo por melhores condições de trabalho, a partir das hashtags *#cadêmeuEPI* e *#abracemaenfermagem*, onde

pode-se observar publicações relacionadas com a força de trabalho e as condições para a realização do mesmo.

Diversos países implementaram uma série de medidas para minimizar os riscos de contaminação pelo vírus Sars-CoV-2, onde a principal delas foi a adoção do isolamento social (AQUINO *et al.* 2020). Segundo levantamento da *World Health Organization* (WHO), os países que adotaram medidas de quarentena logo no início do surto, possuem maiores chances de retardar o início da doença ou até mesmo reduzir o pico da epidemia (WHO, 2020c), por isso uma das principais estratégias adotadas por governantes em escala global para conter a disseminação do vírus e identificar os casos confirmados a partir de exames laboratoriais foi a adoção de medidas de isolamento social seja ela em unidades hospitalares (para casos que requerem maiores cuidados) ou em casa (para pacientes com sintomas leves ou assintomáticos) (WHO, 2020d).

Realizar ações para tentar frear o curso da doença, é considerada como uma das principais medidas para que não ocorra uma superlotação e consequente sobrecarregar os sistemas de saúde, especialmente, dos países em desenvolvimento que já sofrem diariamente com problemas (ausência de equipamentos, ausência de leitos de UTI, entre outros). A velocidade de implementação dessas medidas precisa ter uma agilidade jamais antes vista, passando por uma tomada de decisão dos líderes mundiais, com rigorosas medidas além é claro do engajamento da população na adoção das mesmas para que se ganhe tempo para que possa conhecer mais a fisiopatologia do vírus e assim poder desenvolver melhores estratégias de tratamento e até mesmo o surgimento de vacinas (WHO, 2020a).

Considerada como peça essencial no Sistema Único de Saúde (SUS), os profissionais de enfermagem, desde o início da pandemia estão engajados em campanhas para conscientizar as pessoas a partir de hashtags como *#fiqueemcasa* e *#fiqueemcasapornosestamosaquiporvocês*. Além disso, para mostrar os desafios vivenciados na rotina de enfrentamento da pandemia, os profissionais de enfermagem utilizaram as redes sociais com a hashtag *#enfermagemnalinhadefrente* para mostrar a população a intensa e extenuante rotina dos profissionais que atuam na linha de frente. A procura pela valorização dos trabalhadores da saúde e a exposição com que os enfermeiros, auxiliares e

técnicos de enfermagem ganharam maior notoriedade com a pandemia da COVID-19 (DUARTE *et al.*, 2021).

De acordo com Souza e Souza (2020), 2020 foi considerado como o ano da Enfermagem, observou-se uma mobilização mundial recomendando que a profissão torna-se peça central de políticas públicas em saúde, a partir da criação de programas para o desenvolvimento de líderes em enfermagem, a partir da campanha *Nursing Now*, entrando, o que se observa é um cenário bem diferente. A pandemia da COVID-19 mostrou uma triste realidade que os profissionais de enfermagem vivenciam diariamente, trouxe a tona as fragilidades que expõe os profissionais em realizar tarefas arriscadas, longas jornadas de trabalho, como consequência a sobrecarga de trabalho, ambientes insalubres, exposição diária ao vírus, ausência de valorização profissional, de EPIs para proteção entre outros. Todos esses fatores afetam negativamente a saúde física e mental dos profissionais de enfermagem.

Sabe-se que a transmissão do vírus é favorecida por meio de contato próximo e desprotegido de secreções ou excreções de pacientes contaminados, onde a principal fonte de contaminação são as gotículas salivares, além disso o contato desprotegido com sangue, fezes, vômitos e urina, podem levar aos profissionais a contrair o novo coronavírus (GALLASCH; SILVA JÚNIOR, 2020).

Para proteção desses profissionais torna-se essencial desenvolver estratégias que venham para minimizar o risco de exposição ao vírus, e um dos principais agentes que são utilizados para proteger os trabalhos da área da saúde são os EPIs que desenvolvem uma barreira de contato de risco prolongado para atuar com pacientes infectados. Entretanto, toda essa eficácia dos EPIs, está relacionada com o fornecimento de equipamentos de qualidade, em grande quantidade, além do fornecimento de um adequado treinamento para as equipes de saúde possam utilizar de forma correta e consciente esses dispositivos (GALLASCH; SILVA JÚNIOR, 2020).

Entretanto, a realidade que se encontra os profissionais é totalmente diferente da ideal, existem realizados nas redes sociais sobre a ausências desses equipamentos, observados a partir da hashtag *#cadêmeuEPI*. Segundo o COFEN (2020), ao longo da fase aguda da pandemia, a ausência dos EPI foi um dos fatores

mais preponderantes para o comprometimento das equipes de saúde. A ausência dos mesmos, levou ao adoecimento de diversos profissionais, quando chegavam aos mesmos, eram de péssima qualidade e com pouca efetividade.

Além disso, neste período considerado de escassez dos EPIs, diversos profissionais perderam suas vidas, devido a ausência de um protocolo mais seguro, específico e rígido, preparando os profissionais para atuar em hospitais que realizam o enfrentamento da COVID-19, isto porque, os profissionais em grande parte dos casos se contaminavam na desparamentação, pois não tinham o hábito em utilizar gorro, *face shield*, aventais e máscara N-95 (COFEN, 2020).

Passado a primeira onda, observa-se que outros fatores corroboram para as contaminações e mortes dos profissionais de saúde, o principal deles é a exaustão, visto que diversas equipes estão na linha de frente desde março sem parar, fazendo com que as chances de um deslize sejam bem maiores, devido ao cansaço físico e mental dessas equipes²⁸. Os profissionais de saúde ao longo do enfrentamento da pandemia trabalham em condições desfavoráveis, com sobrecarga na jornada de trabalho, as relações, formas de organizações, piso salarial e outros direitos. Há longos anos a enfermagem trava uma enorme luta para conseguir, a partir de um decreto, a regulamentação da sua jornada de trabalho semanal, não supere as 30 horas semanais, além que seja estipulado um piso salarial compatível com as suas atribuições e importância (FORTE, PIRES, 2020).

Buscando valorizar os profissionais de enfermagem, o COFEN, lançou em novembro de 2020, a campanha "abraça a enfermagem", em uma tentativa de buscar valorizar o trabalho dos profissionais, chamando a atenção da sociedade para a seriedade do cenário atual no qual trabalham esses profissionais. A partir da hashtag #abraçaenfermagem, observa-se nas redes sociais, apelos que visem exaltar e valorizar todo o esforço dessa categoria profissional, que atua incansavelmente ao longo dessa pandemia, com enormes obstáculos estruturais e emocionais que são vivenciadas diariamente, os profissionais seguem atuam, salvando vidas diariamente (COFEN, 2020b).

5. CONCLUSÃO

A partir do levantamento e posterior, análise dos apelos da enfermagem nas redes sociais ao longo da pandemia do Covid-19, observa-se que os antigos da profissão somam-se com os atuais, principalmente relacionado a ausência de materiais de trabalho e a força de trabalho que são expostas as situações de risco. No momento em que vivencia-se a maior pandemia dessa geração, esses assuntos assumem uma maior relevância, principalmente com a força que as redes sociais possuem nesta década.

Pode-se concluir que na busca realizada pelo Facebook, os profissionais de saúde utilizaram-se em sua maioria de fotos com as hashtags utilizadas, especialmente a *#fiqueemcasa* e *#nosestamosaquiporvocêsfiqueemcasapornós*.

Já no *Twitter*, observa-se um apelo maior pela busca de melhores condições trabalho com a hashtag *#cadêmeuEPI*, além disso, muitos profissionais mostrarem o seu dia a dia no combate ao coronavírus por meio da hashtag *#enfermagemnalinhadefrente*.

Por fim, no *Instagram*, a busca encontrou diversas publicações em duas principais frentes, onde a primeira foi a *#enfermagemnalinhadefrente* onde mostravam-se o dia a dia da realidade do profissional que atua na linha de frente e mais recentemente, tomou a rede social a *campanha #abraçeaenfermagem* em busca da valorização profissional.

REFERÊNCIAS

ATUN, R., *et al.* Health-system reform and universal health coverage in Latin America. **Lancet.**, v.385, n.9974, p.1230-47, 2015.

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva.** v.25, n.2, p. 2423-2446, 2020.

CASSIANI, S. H. B.; LIRA NETO, J. C. G. Perspectivas da Enfermagem e a Campanha Nursing Now. **Rev Bras Enferm.** v.71, n.5, p.2351-5, 2018.

CASTRO, J. H. "Nós estamos aqui por você. Fique em casa por nós", pedem profissionais do ES. A Gazeta; 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/nos-estamos-aqui-por-voce-fique-em-casa-por-nos-pedem-profissionais-do-es-0320>>. Acesso em: 10 Jan 2021.

COFEN. **Conselho Federal de Enfermagem. Brasil representa um terço das mortes de profissionais de Enfermagem por covid-19.** 2021. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/brasil-responde-por-um-terco-das-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19_84357.html>. Acesso em: 10 Jan 2021.

_____. **Brasil responde por 30% das mortes de profissionais de Enfermagem por covid-19.** 2020. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/brasil-responde-por-30-das-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19_80622.html>. Acesso em: 19 Jan 2021

_____. **Abrace a Enfermagem: fortaleça quem está na linha de frente.** 2020b. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/abrace-a-enfermagem-fortaleca-quem-esta-na-linha-de-frente_83443.html>. Acesso em 19 Jan 2021

DUARTE, M. L. C., *et al.* Enfermagem e saúde mental: uma reflexão em meio à pandemia de coronavírus. **Rev Gaúcha Enferm.** v.42, e.20200140, 2021.

FAPESP. **O enigma da letalidade.** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; 2020. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-enigma-da-letalidade/>>. Acesso em: 05 Jan 2021

FORTE, E. C. N.; PIRES, D. E. P. Os apelos da enfermagem nos meios de comunicação em tempos de coronavírus. **Rev Bras Enferm.** v.73, n.2, p.e20200225, 2020.

GADELHA, C. A. G. B.; COSTA, O. S. Health and innovation: economic dynamics and Welfare State in Brazil. **Cad Saúde Pública.** v.32, n.2, p.00160115, 2016.

GALLASCH, C. H.; SILVA JÚNIOR, J. Recomendações de prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde atuante no cenário de COVID-19. **Rev. Enf.**, 2020. Disponível em: <<https://blog.revenf.org/2020/03/27/recomendacoes-de-prevencao-relacionada-a-exposicao-ocupacional-do-profissional-de-saude-atuante-no-cenario-de-covid-19/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JACKSON FILHO, J. M., *et al.* A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. **Rev Bras Saude Ocup,** v.45, p.e14, 2020.

LANA, R. M.; *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cad. Saúde Pública,** v.36, n.3, p.00019620, 2020.

MAIA, M. A. The daily work in nursing: a reflection on professional practices. **Ciênc., Cuid. Saúde.,** v.18, n.4, p.1-6, 2019.

MARX, K. **O capital.** 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PIRES, D. E. P. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Rev Bras Enferm.** v.62, n.5, p.739-44, 2009.

SALVAGE, J. Breaking the silence: A new story of nursing. **J Clin Nurs.**, v.27, p.1301-1303, 2018.

SILVA, A. M. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. **Rev Bras Epidemiol.** v.23, p.e200021, 2020.

SOUZA, S. R., *et al.* 81ª Semana Brasileira de Enfermagem e 1ª Semana Brasileira de Enfermagem em Tempos de Pandemia COVID-19. **J. res.: fundam. Care**, v.12, editoral, 2020.

SOUZA, L. P. S. S.; SOUZA, A. G. Enfermagem brasileira na linha de frente contra o novo Coronavírus: quem cuidará de quem cuida? **J. nurs. health.**, v.10, n.S., p.1-13, 2020.

SOUZA JÚNIOR, J. H., *et al.* Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção.** v.13, n.2, p.331-346, 2020.

RAN, L. *et al.* Risk factors of healthcare workers with corona virus disease 2019: a retrospective cohort study in a designated hospital of wuhan in China. **Clinical Infectious Diseases.** **Clin Infect Dis.** v.19, n.71, p.2218-2221, 2020.

VENTURA SILVA, J. M. A., *et al.* Ano internacional da Enfermagem e a pandemia da Covid-19: a expressão na mídia. **Cienc Cuid Saude**, v.19, n.e55546, 2020.

WHO. **World Health Organization. Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease 2019 (COVID-19).** World Health Organization; 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-missionon-covid-19-final-report.pdf>>. Disponível em: em 05 Jan 2021

_____. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 3 March 2020.** World Health Organization; 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19--3-march-2020>. Disponível em: 05 Jan 2021

_____. **Considerations for quarantine of individuals in the context of containment for coronavirus disease (COVID-19): Interim guidance 28 February 2020.** 2020c. Disponível em: <[https://www.who.int/publications-detail/considerations-for-quarantine-of-individuals-in-the-contextof-containment-for-coronavirus-disease-\(covid-19\)](https://www.who.int/publications-detail/considerations-for-quarantine-of-individuals-in-the-contextof-containment-for-coronavirus-disease-(covid-19))>. Acesso em: 15 Jan 2021

_____. **Home care for patients with COVID-19 presenting with mild symptoms and management of their contacts: interim guidance,** 17 March 2020. Geneva:

World Health Organization; 2020d. Disponível em: <[https://www.who.int/publications-detail/home-care-for-patients-with-suspected-novel-coronavirus-\(ncov\)-infection-presenting-with-mild-symptoms-andmanagement-of-contacts](https://www.who.int/publications-detail/home-care-for-patients-with-suspected-novel-coronavirus-(ncov)-infection-presenting-with-mild-symptoms-andmanagement-of-contacts)>. Acesso em: 15 Jan 2021.

PREVALÊNCIA E PERFIL DOS ISOLADOS PROVENIENTES DE CASOS DE MENINGITE BACTERIANA NOTIFICADOS NO DRS DE ARAÇATUBA DE 2017 A 2021

Giovanna Bertaglia dos Santos SCARPIN¹

Tatiane Ferreira PETRONI²

RESUMO

Meningite refere-se ao episódio de inflamação das meninges, membrana que circunda o cérebro, responsável por levar nutrientes e recolher metabólitos. A meningite pode ser causada por agentes infecciosos como fungos, vírus, bactérias, como por substâncias químicas, tumores e traumas. As de causa infecciosa são as mais importantes para a Saúde Pública devido a sua ocorrência e capacidade de originar surtos e dentre estas, as meningites bacterianas são as mais relevantes em virtude das altas taxas de morbidade e mortalidade. Qualquer bactéria que alcance as meninges pode causar infecção, porém as mais recorrentes na comunidade são *Neisseria meningitidis*, *Streptococcus pneumoniae* e *Haemophilus influenzae*. O objetivo deste trabalho foi realizar o levantamento dos casos de meningite bacteriana notificados na área de abrangência do Departamento Regional de Saúde de Araçatuba (DRS II) no período de 2017 a 2021, identificar os gêneros bacterianos mais prevalentes conforme sexo e faixa etária dos pacientes, os exames laboratoriais utilizados para confirmação e o desfecho clínico dos pacientes. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa de artigos científicos, entre 2001 e 2021, analisados através dos indexadores SCIELO e BVS, bases de dados Google Acadêmico e PubMed, guias de vigilância epidemiológica e em saúde. Foram utilizados dados públicos do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde através do Tabnet com enfoque nos últimos cinco anos. Ao todo, foram notificados

¹ Discente do Programa de Especialização “Vigilância Laboratorial em Saúde Pública” CEFOR/IAL.

² Biomédica, Instituto Adolfo Lutz- CLR IAL Araçatuba. Docente do Curso de Medicina- FAFIPE/ FUNEPE

155 casos de meningite bacteriana no DRS II entre 2017 e 2021, predominando as meningites bacterianas não especificadas (n=138), seguida de meningite pneumocócica (n=16) e meningite por complexo *Mycobacterium tuberculosis* (n=1). Houve predomínio dos casos no sexo masculino (56,86%) e letalidade de 7,71%. O grande percentual de meningite por bactérias não especificadas foi relacionado ao fato do ensaio quimio citológico ter sido utilizado para encerramento de 76,62% dos casos, enquanto a cultura em apenas 11,56%. Faz-se necessário o entendimento das dificuldades dos laboratórios locais quanto à identificação do agente bacteriano e/ou preenchimento correto da ficha de notificação a fim de que seja possível o conhecimento sobre os agentes bacterianos verdadeiramente envolvidos nos quadros de meningite para que ações de vigilância possam ser desenvolvidas.

Palavras-chave: Diagnóstico Laboratorial; Estudo Epidemiológico; Meningite Bacteriana.

ABSTRACT

Meningitis refers to the episode of inflammation of the meninges, the membrane that surrounds the brain, responsible for taking nutrients and collecting metabolites. Meningitis can be caused by infectious agents such as fungi, viruses, bacteria, as well as chemical substances, tumors and trauma. Those of infectious cause are the most important for Public Health due to their occurrence and ability to cause outbreaks and among these, bacterial meningitis are the most relevant due to the high rates of morbidity and mortality. Any bacteria that reach the meninges can cause infection, but the most recurrent in the community are *Neisseria meningitidis*, *Streptococcus pneumoniae* and *Haemophilus influenzae*. The objective of this work was to carry out a survey of cases of bacterial meningitis notified in the area covered by the Regional Health Department of Araçatuba (DRS II) in the period from 2017 to 2021, to identify the most prevalent bacteria according to gender and age group of patients, the laboratory tests used for confirmation as well as the clinical outcome of the patients. Therefore, a narrative bibliographic review of scientific articles was carried out between 2001 and 2021, analyzed using the SCIELO and BVS indexes, Google Scholar and PubMed databases, epidemiological and health surveillance guides. Public data from the

Epidemiological Bulletin of the Ministry of Health and the Department of Informatics of the Unified Health System were used through the Tabnet with a focus on the last five years. A total of 155 cases of bacterial meningitis were reported in DRS II between 2017 and 2021, predominantly unspecified bacterial meningitis (n=138), followed by pneumococcal meningitis (n=16) and meningitis due to *Mycobacterium tuberculosis* Complex (n=1). There was a predominance of cases in males (56.86%) and a mortality rate of 7.71%. The large percentage of meningitis caused by unspecified bacteria was related to the fact that the chemocytological assay was used in 76.62% of the cases, while culture was used in only 11.56%. It is necessary to understand the difficulties of local laboratories regarding the identification of the bacterial agent and/or correct closure of notification forms so that the bacterial agents truly involved in meningitis are known and surveillance actions are developed.

Keywords: Laboratory Diagnosis, Epidemiological Study, Bacterial Meningitis.

1. INTRODUÇÃO

O líquido cefalorraquidiano é um fluido biológico presente no sistema nervoso central e em seus envoltórios como as meninges, responsável pela nutrição dos tecidos, eliminação de metabólitos e proteção mecânica ao cérebro e medula espinhal. Além disso possui um mecanismo de seleção muito rigoroso em relação à passagem das moléculas pela barreira hematoencefálica (AZEVEDO, 2012).

Meningite refere-se ao episódio de inflamação das meninges e pode ser causada por fatores infecciosos como fungos, vírus, bactérias, como por substâncias químicas, tumores e traumas. As de causa infecciosa são mais importantes para a Saúde Pública, devido a sua ocorrência e capacidade de originar surtos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009), sendo as meningites bacterianas as mais relevantes em consequência das altas taxas de morbidade e mortalidade (SILVA *et al.*, 2021). A transmissão ocorre através da propagação de gotículas de saliva entre um indivíduo contaminado e outro sadio, comumente por meio de compartilhamento de alimentos, bebidas, beijo, tosse ou espirro (LIPHAUS *et al.*, 2021).

Qualquer bactéria que alcance as meninges pode causar infecção, porém as mais recorrentes na comunidade são *Neisseria meningitidis*, *Streptococcus pneumoniae* e *Haemophilus influenzae* (LIPHAUS *et al.*, 2021).

Neisseria meningitidis, agente etiológico da doença meningocócica, pertence à família *Neisseriaceae*, é um diplococo Gram-negativo aeróbico com formato de rins ou grãos de feijão unidos. O antígeno polissacarídeo da cápsula é responsável pela designação dos sorogrupos da bactéria. Acomete todas as faixas etárias, está presente mundialmente e é reconhecida por ocasionar meningites graves, todavia ainda é bastante sensível aos antimicrobianos disponíveis (BATISTA, 2022; LEVY, 2004; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020 e 2021; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2001).

Streptococcus pneumoniae é responsável pela doença pneumocócica em todas as faixas etárias e está presente mundialmente. É uma bactéria Gram-positiva, encapsulada, com morfologia esférica aos pares conhecida como diplococos lanceolados, mais precisamente, “chama de vela”. É um alfa-hemolítico e possui a prova da catalase negativa. Foi o segundo agente mais prevalente nos casos de meningite bacteriana no ano de 2019 (ANVISA, 2008; BATISTA, 2022; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Haemophilus influenzae, Gram-negativo, cocobacilo, com antígenos da cápsula polissacarídica responsáveis por diferenciar seis sorotipos. Sua incidência era a maior de todas as bactérias capazes de infectar a meninge, entretanto após a implantação da vacina em 1999 no Brasil, houve uma diminuição de 90% dos casos (BATISTA, 2022; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

O diagnóstico laboratorial de meningite bacteriana tem início a partir da suspeita clínica, seguida da punção do líquido cefalorraquidiano (líquor) do paciente pelo médico e da posterior realização de ensaios como quimiocitológico, bacterioscopia, cultura, reação em cadeia da polimerase (PCR) e aglutinação pelo látex (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

A análise quimiocitológica é importante para detectar uma possível infecção das meninges. Pode-se observar pleocitose elevada, um aumento de leucócitos acima de mil células por milímetro cúbico, ou mais que quatro ou cinco células por campo microscópico, indicando meningite. A análise bioquímica é o método para

ajudar a reconhecer as infecções, sendo o diferencial de células, glicose, proteína, lactato os parâmetros indicados para diferenciar as meningites. Na meningite bacteriana, por exemplo, a glicose pode encontrar-se baixa e o nível de proteína aumentado. Já na meningite viral, a glicose não se altera e a proteína encontra-se normal ou ligeiramente elevada. O lactato também sofre alteração, elevando-se devido à destruição de tecidos do sistema nervoso central (AZEVEDO, 2012; GNUTZMANN, 2016).

A bacterioscopia é um exame rápido, baseado na coloração pelo método de Gram com posterior leitura microscópica do esfregaço do líquido. Ao microscópio é possível verificar a forma, o arranjo e a reação ao gram de bactérias possivelmente presentes no líquido e prever, mas não identificar, a espécie bacteriana envolvida.

A cultura é o exame padrão ouro (*gold standard*) para o diagnóstico da meningite bacteriana, pois permite a identificação da espécie bacteriana envolvida no quadro infeccioso, além de permitir a identificação de sorotipos/sorogrupos, o perfil de suscetibilidade aos antimicrobianos e até mesmo uma caracterização genética da cepa. A maior limitação é que a conclusão do exame exige em torno de 72 horas e a necessidade da viabilidade da cepa, podendo não haver crescimento se houve antibioticoterapia prévia ou se as condições de transporte de amostra, semeadura e incubação não foram rigorosamente respeitadas (ALBUQUERQUE, 2019; LEVY, 2004; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010; SALGADO, 2013).

A reação em cadeia da polimerase do tipo multiplex (multiplex-PCR), detecta simultaneamente *Neisseria meningitidis*, *Streptococcus pneumoniae* e *Haemophilus influenzae* na amostra biológica através da localização dos genes *ctrA*, *lytA* e *bexA*, respectivamente. Apresenta alta sensibilidade e especificidade e possui o diferencial de redução do tempo para se obter um resultado e detectar o microrganismo causador da doença mesmo que o agente não esteja viável pois detecta material genético. Além disso, por ser um sistema fechado há menores riscos de contaminação da amostra (SALGADO *et al.*, 2013; GOLÇALVES *et al.*, 2022); entretanto, a limitação está na identificação somente dos três agentes bacterianos para os quais os “*primers*” foram desenhados, apresentando

resultados negativos para meningites bacterianas por outros agentes.

Como pode ser observado, cada metodologia possui suas vantagens e limitações, sendo a realização dos ensaios quimiocitológico, bacterioscopia, cultura e PCR indicados para todos os casos suspeitos de meningite bacteriana a fim de que a identificação do agente envolvido possa ser alcançada (LIPHAUS *et al.*, 2021).

A etiologia das meningites bacterianas varia de acordo com a faixa etária bem como o grau de comprometimento do sistema imunológico do indivíduo. Em recém-nascidos é mais comum casos de meningite bacteriana por *Streptococcus pneumoniae*; em bebês e crianças, *S. pneumoniae*, *N. meningitidis* e *H. influenzae*. Entre adolescentes e adultos, *S. pneumoniae* e *N. meningitidis* são os mais comuns e em idosos, *N. meningitidis* e *H. influenzae*. Entretanto, com a introdução das vacinas no Sistema Único de Saúde, os casos de meningites por alguns sorotipos bacterianos diminuíram (ARAUJO, 2020).

A introdução da vacina conjugada *Haemophilus influenzae* tipo b (Hib) no Brasil teve início em 1999; a meningocócica conjugada sorogrupo C em 2003 com introdução no calendário nacional de vacinação infantil apenas em 2010; pneumocócica 10-valente conjugada em março de 2010 e a pentavalente (a qual protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e *Haemophilus influenzae* tipo b) em 2012. Por outro lado, infecções por sorogrupos não vacinais aumentaram, despertando a atenção epidemiológica (FIOCRUZ, 2022a; FIOCRUZ, 2022b; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020) e a necessidade da identificação destes agentes através da cultura.

Diante desse cenário, torna-se relevante a análise epidemiológica retrospectiva dos casos de meningite bacteriana ocorridos na Região de Saúde de Araçatuba nos últimos cinco anos a fim de que os agentes bacterianos mais prevalentes bem como as potencialidades e limitações da rede de diagnóstico da meningite sejam conhecidos, possibilitando assim a adoção de estratégias para melhoria dos serviços prestados.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi realizar o levantamento dos casos de meningite bacteriana notificados na área de abrangência do Departamento Regional de Saúde de Araçatuba no período de 2017 a 2021. E dentre os objetivos específicos, a identificação dos principais gêneros bacterianos envolvidos em casos de meningite de acordo com sexo e faixa etária; apresentação dos exames laboratoriais utilizados para encerramento dos casos e conhecimento da taxa de mortalidade conforme etiologia e faixa etária.

3. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa de artigos científicos, entre 2001 e 2021, analisados através dos indexadores SCIELO – *Scientific Electronic Library Online* e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, bases de dados Google Acadêmico e PubMed, guias de vigilância epidemiológica e em saúde. Foram utilizados dados públicos do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde através do Tabnet com enfoque nos últimos cinco anos, sendo de 2017 a 2021. Os artigos foram pesquisados nos idiomas português e inglês utilizando os descritores: “meningite bacteriana”, “estudo epidemiológico” e “diagnóstico laboratorial”. Os artigos foram selecionados primeiramente por meio da leitura de seus resumos e, em seguida, através da leitura dos artigos na íntegra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, entre os anos de 2017 e 2021, houve 64.995 casos confirmados de meningite, dos quais 30.505 foram de etiologia viral (46,9%), 19.296 casos de etiologia bacteriana (29,68%), 10.776 casos de meningite não especificada (16,57%), os quais referem-se a meningites sem agente etiológico determinado e 3.320 de meningite de outras etiologias (5,10%). Em números absolutos a região sudeste é a que apresenta maior número de notificações (n=34.561) seguido da Região Sul (n=15.130). Entretanto, a proporção de casos por 100.000 habitantes faz com que a Região Sul seja a que possui maior incidência (7,2/100.000)

(ANDRADE *et al.*, 2019).

Segundo o DATASUS, o Departamento Regional de Saúde de Araçatuba (DRS II) notificou 415 casos de meningite nos últimos cinco anos, dos quais 232 são de etiologia viral (55,9%) e 155 de etiologia bacteriana (37,34%). Dos casos de meningite bacteriana, 138 são não especificadas (89%), 16 casos por meningite pneumocócica (10,32%) e 1 do complexo *Mycobacterium tuberculosis* (0,64%), não havendo relato de meningite meningocócica (MM) e por *Haemophilus influenzae* (MH) nesse período, muito embora estes dois agentes tenham sido notificados na Unidade Federativa de São Paulo, com 599 e 209 casos respectivamente.

De acordo com o banco de dados do SinanNet do Portal da Saúde (2021), dentre os anos de 2007 e 2020, foram registrados no Brasil 265.644 casos confirmados de meningite, sendo 87.993 de causa bacteriana (33,12%). Em relação ao agente bacteriano, houve 26.436 casos de meningite meningocócica (30,04%) com prevalência dos sorotipos C, B, W e Y; 14.132 casos de meningite pneumocócica (16,06%), 1.708 casos de meningite por *Haemophilus influenzae* (1,94%) e 40.801 causada por bactérias indeterminadas (46,36%).

Em relação ao número de casos confirmados quanto ao sexo, o masculino prevaleceu com 236 casos (56,86%) contra 179 casos do sexo feminino (43,13%). No que diz respeito à faixa etária, as meningites bacterianas não especificadas prevaleceram entre 40-59 anos, enquanto a meningite pneumocócica prevaleceu entre 20-39 anos.

Fontaneli e colaboradores (2006), também observaram maior ocorrência no sexo masculino em estudo realizado na Região Metropolitana de Goiânia. Vieira (2001) em estudo realizado com pacientes do Instituto de Medicina Tropical de Manaus também obteve o mesmo perfil quanto ao sexo. De acordo com o SIREVA (2021), há também predomínio do sexo masculino nas três principais bactérias causadoras da meningite, todavia, não há uma predisposição de gênero à meningite bacteriana reconhecida na literatura.

Um estudo realizado por Vieira (2007), no Distrito Federal, destacou que a ocorrência do pneumococo foi maior na faixa etária de 0-5 anos. No estudo de Ramos e colaboradores (2019), as faixas etárias mais predominantes foram entre 5-19 anos e entre 20-59 anos. No que diz respeito à meningite pneumocócica,

conforme um estudo de vigilância ocorrido em Louisville, Kentucky, os mais afetados foram a população de menores de dois anos, corroborando com os dados do Boletim Epidemiológico (2021), que afirma que os menores de cinco anos são os mais afetados, embora tenha havido drástica redução nos casos após a implantação da vacina pneumocócica 10-Valente em 2010 (0,2 caso/100.000 habitantes em 2020). Estudo realizado por Uribe-Ocampo (2018), confirma meningite pneumocócica como principal responsável pelos casos de meningite bacteriana. De acordo com o SIREVA (2021), a bactéria *Haemophilus influenzae* prevaleceu na faixa etária de 24-59 anos, enquanto *Neisseria meningitidis* prevalece em menores de 12 meses e entre 24-59 anos, enquanto a bactéria *Streptococcus pneumoniae* predominou na faixa etária dos 30-49 anos.

Com relação ao critério utilizado para diagnóstico laboratorial das meningites, o quimiocitológico aparece em primeiro lugar (76,62%), seguido da cultura (11,56%) e bacterioscopia (6,74%). Estes dados justificam o porquê de quase 90% das notificações de meningite bacteriana serem “não especificadas”; pois se a cultura representa apenas 11,56% e o quimiocitológico 76,62%, a realização deste último não permite de fato especificar qual a bactéria envolvida no caso. É importante destacar a existência de uma limitação dos serviços de saúde na identificação laboratorial do gênero bacteriano ou uma dificuldade no encerramento das fichas de notificação que possam justificar tal percentual de encerramento dos casos pelo quimiocitológico e conseqüentemente a alta taxa de meningites bacterianas não especificadas observadas nesse estudo.

Frasson e colaboradores (2021), levantaram dados coincidindo com este estudo, em que o exame quimiocitológico é predominante, seguido da cultura.

No Boletim Epidemiológico (2021), nota-se a prevalência da cultura, já que esta é o exame “padrão ouro” para meningite bacteriana seguida do exame PCR, este muito utilizado atualmente devido à agilidade no diagnóstico.

De acordo com Araujo e Penha (2020), a meningite bacteriana apresentou uma letalidade de 20% nos últimos anos, aumentando para 50% em casos graves de doença meningocócica. Similarmente, Davis (2018) cita que as meningites pneumocócicas possuem uma letalidade de 10% a 20% em países desenvolvidos, aumentando para 30% a 40% nos países em desenvolvimento. Para a mesma

doença, o Boletim Epidemiológico (2021) menciona que após a implantação da vacina, entre os anos de 2017 e 2020, o índice de mortalidade reduziu para 0,12 óbitos/100.000 habitantes, enquanto no período pré-vacina era 0,19 óbito/100.000 habitantes. Dada circunstância, o estudo em questão mostra que a ocorrência do desfecho “alta” (101 casos – 24,33%) predominou em relação ao desfecho “óbito” (23 casos – 5,54%) por meningite bacteriana, ignorando outras etiologias, os índices em branco e óbitos por outras causas.

Os óbitos por meningite ocorreram, principalmente, nas faixas etárias de 40-59 anos seguida de 70-79 anos. Não houve a ocorrência “óbito” para os indivíduos entre 10-14 anos e entre 15-19 anos. Em menores de um ano houve três óbitos por meningite contra 36 desfechos “alta”, o que representa um índice positivo para essa faixa etária que é mais suscetível à doença. Erdem e colaboradores (2014) mostram em seu estudo que a faixa etária mais afetada por óbitos foram os indivíduos maiores que 50 anos seguidos daqueles com maiores de 65 anos de idade. O Boletim Epidemiológico (2021) reforça que no Brasil a faixa etária maior ou igual aos 60 anos de idade ainda apresenta maiores taxas de mortalidade, seguida da faixa etária entre 40-59 anos.

5. CONCLUSÃO

Foram notificados 155 casos de meningite bacteriana no Departamento Regional de Saúde de Araçatuba, dos quais 138 casos de meningite bacteriana não especificada. Houve discreto predomínio do sexo masculino (56,86%) e as faixas etárias variaram conforme o gênero bacteriano. O exame quimiocitológico foi o mais utilizado para fins de diagnóstico e isso justifica o porquê de tantos casos de meningites bacterianas “não especificadas”. Com relação ao desfecho clínico dos pacientes, satisfatoriamente as altas prevaleceram em relação aos óbitos. Apesar disso, estes dados emitem um alerta, pois sem a especificação do gênero bacteriano tanto o tratamento do paciente, quanto a vigilância epidemiológica dos sorotipos circulantes ficam comprometidos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. *et al.* Multiplex-PCR for diagnosis of bacterial meningitis. **Brazilian Journal of Microbiology**, v. 50, n. 2, p. 435-443, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007%2Fs42770-019-00055-9> Acesso em: 17 ago. 2022.

ANDRADE, A. P. B. *et al.* Meningite no Brasil segundo região, sexo e faixa etária. **Revista Educação em Saúde**, Anápolis, v. 7, n. 1, p. 41-44. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/3825> Acesso em: 26 set. 2022.

ANVISA. **Módulo 4 – Gram-positivos**. Brasil, 2008. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/servicosade/controle/rede_rm/cursos/boas_praticas/modulo4/intr_stre.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

ARAÚJO, P. Q.; PENHA, R. A importância epidemiológica da meningite bacteriana no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, p. 87-100, maio 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/meningite-bacteriana>. Acesso em: 13 jul. 2022.

AZEVEDO, I. F. Exame de Líquido Cefalorraquidiano. **Academia de Ciência e Tecnologia**, São José do Rio Preto. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v26i2.2022.8140>. Acesso em: 05 junho, 2023.

BATISTA, L. F.; BARBOSA, S. M.; DIAS, F. M. MENINGITE BACTERIANA: UMA REVISÃO. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 26, n. 2, p.135-145, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1372966>. Acesso em: 4 jul. 2022.

DATASUS. **Tabnet**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 5 set. 2022.

DAVIS, L. E. Acute Bacterial Meningitis. **American Academy of Neurology**, v. 24, n.5, p. 1264-1283. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30273239/>. Acesso em: 4 out. 2022.

ERDEM, H. *et al.* Mortality indicators in pneumococcal meningitis: therapeutic implications. **International Journal of Infectious Diseases**, v. 19, p. 13-19, fev. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijid.2013.09.012>. Acesso em: 03 out.2022.

FIOCRUZ. **Haemophilus influenzae tipo B (Hib)**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/vacina-hib-produzida-por-bio-manguinhos>. Acesso em: 14 out. 2022a.

FIOCRUZ. **Vacina pneumocócica 10-valente**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/produtos/vacinas/pneumococica>. Acesso

em: 14 out. 2022b.

FONTANELI, C. R. *et al.* Incidência de Meningite na Região Metropolitana de Goiânia. **Revista Eletrônica de Farmácia**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 25-27. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/2100/2035>. Acesso em: 28 set.2022.

FRASSON, L. R. *et al.* Perfil epidemiológico da meningite bacteriana no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Ciência & Humanização**, v. 1, n. 2, p. 96-110, jul.-dez.2021. Disponível em: <https://rechhc.com.br/index.php/rechhc/article/view/54>. Acesso em: 4 jul. 2022.

GNUTZMANN, L. V. *et al.* Análise dos valores de referência do líquido cefalorraquidiano. **Revista RBAC**, Cascavel, v. 48, n. 3, p. 189-197, jan. 2016. Disponível em: http://www.rbac.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ARTIGO-2_RBAC-48-3-2016-ref.-163.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

GOLÇALVES, M. G. *et al.* Evolução na vigilância laboratorial do *Haemophilus influenzae* nas meningites e pneumonias bacterianas, por PCR em tempo real, no Estado de São Paulo (2010-2019). **Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 19, n. 217, p. 1-18, jan. 2022. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/37293>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LEVY, C. E. Manual de Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção em Serviços de Saúde. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, Brasília. 2004. Disponível em: <https://www.anvisa.gov.br/servicos/saude/microbiologia/introducao.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

LIPHAUS, B. L. *et al.* Meningites Bacterianas: Diagnóstico e Caracterização Laboratorial dos Agentes Etiológicos. **Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 215, p. 69-86, nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/view/37236>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso**, Brasília, 8. Ed., p. 1-444. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-diarreicas-agudas/doencas-infecciosas-e-parasitarias_-guia-de-bolso.pdf/view. Acesso em: 6 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude_5ed_21nov21_isbn5.pdf/view. Acesso em: 12 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Brasília, 2009.

Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/guia-de-vigil%C3%A2ncia-epidemiol%C3%B3gica>. Acesso: 21 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informe Técnico – Orientações técnico-operacionais para a Vacinação dos Adolescentes com a Vacina Meningocócica ACWY (conjugada)**. Brasília, 2020. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/PEI/Informe%20T%C3%A9cnico%20Informe_ACWY__Adolescente_02_03_2020.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Meningite – Casos confirmados notificados no sistema de informação de agravos de notificação – Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em 20 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Panorama da meningite pneumocócica no Brasil, 2007- 2020. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 52, n. 25, p. 21-34, jul. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim-epidemiologico-25_svs.pdf/view. Acesso em: 12 set. 2022.

PORTAL DA SAÚDE. **Ministério da Saúde: Glossário Meningites**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/meningite-1/meningite>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RAMOS, C. G. *et al.* Meningites bacterianas: epidemiologia dos casos notificados em Minas Gerais entre os anos de 2007 e 2017. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 22, p. 1-7, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e655.2019>. Acesso em: 4 jul. 2022.

REDE DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA DE AGENTES RESPONSÁVEIS POR PNEUMONIA BACTERIANA E MENINGITE – SIREVA. **Informação da vigilânciadas pneumonias e meningites bacterianas**. São Paulo, 2021.

SALGADO, M. M. *et al.* Evolution of bacterial meningitis diagnosis in São Paulo State-Brazil and future challenges. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 71, n. 9B, p. 672-676, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0004-282X20130148>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Doença Meningocócica e Outras Meningites Bacterianas – Texto para profissionais da saúde**. Campinas, 2001. Disponível em: https://saude.campinas.sp.gov.br/boletins/meningite/texto_profission.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, A. F. T. *et al.* Estudo epidemiológico sobre meningite bacteriana no Brasil no período entre 2009 a 2018. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 100, n. 3, p. 220-228, maio/jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v100i3p220-228>. Acesso em: 4 jul. 2022.

URIBE-OCAMPO, A. *et al.* Características clínicas, epidemiológicas y manejo terapêutico de la meningitis pediátrica en dos instituciones de Medellín, Colombia. **Universidad y Salud**, Colombia, v. 20, n. 2, p. 121-130, maio-ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22267/rus.182002.116>. Acesso em: 28 set. 2022.

VIEIRA, J. F. S. Incidência de meningite em pacientes de 0-12 anos no Instituto de Medicina Tropical de Manaus. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, Manaus, v. 59, n. 2A, jun.2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0004-282X2001000200015>. Acesso em: 28 set. 2022.

VIEIRA, A.C. *et al.* *Streptococcus pneumoniae*: a study of strains isolated from cerebrospinal fluid. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 83, n. 1, p. 71-78, fev. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0021-75572007000100013>. Acesso em: 6 set. 2022.